



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS MESQUITA PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

THAÍS MARINHO DA SILVA

Oficinas de leitura baseadas no livro de Carolina Maria de Jesus “Quarto de despejo - Diário de uma favelada”: Contribuições para formação integral e leitura crítica no Proeja do Colégio Pedro II.

Mesquita/RJ 2023.1

THAIS MARINHO DA SILVA

Oficinas de leitura baseadas no livro de Carolina Maria de Jesus “Quarto de despejo - Diário de uma favelada”: Contribuições para formação integral e leitura crítica no Proeja do Colégio Pedro II.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Mesquita do Instituto Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa.Dra. Gabriela Ventura da Silva do Nascimento

Mesquita/RJ 2023.1

Ficha catalográfica:

S586o

Silva, Thais Marinho da.

Oficinas de leitura baseada no livro de Carolina Maria de Jesus "Quarto de despejo-diário de uma favelada": contribuições para uma formação integral e leitura crítica no Proeja do Colégio Pedro II. – Rio de Janeiro: Mesquita, 2023.

143 p. Il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – do Programa de Pós-Graduação do IFRJ / Campus Mesquita, 2023.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Gabriela Ventura da Silva do Nascimento

1. Proeja. 2. Oficinas de leitura. 3. Formação integral. 4. Educação Profissional e Tecnológica I. Silva, Thais Marinho da. II. Instituto Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

DISS./ IFRJ/CMesq ProfEPT/PG

Acervo Campus Mesquita
Ficha catalográfica elaborada por
Marcos F. de Araujo.
CRB7 / 3600.



INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

THAÍS MARINHO DA SILVA

Oficinas de leitura baseadas no livro de Carolina Maria de Jesus “Quarto de despejo - Diário de uma favelada”: Contribuições para formação integral e leitura crítica no Proeja do Colégio Pedro II.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Mesquita do Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 16 de março de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dra. Gabriela Ventura da Silva do Nascimento (Orientadora)
Instituto Federal do Rio de Janeiro/Campus Mesquita



Prof. Dra. Maylta Brandão dos Anjos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro



Prof. Dra. Beatriz Brandão
Universidade do Grande Rio



INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

THAÍS MARINHO DA SILVA

Oficinas de leitura no Proeja: fortalecimento da leitura crítica e formação integral com o livro: “Quarto de despejo - Diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus.

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Mesquita do Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 16 de março de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.ª Dra. Gabriela Ventura da Silva do Nascimento (Orientadora)
Instituto Federal do Rio de Janeiro/Campus Mesquita

Prof. Dra. Maylta Brandão dos Anjos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Beatriz Brandão
Universidade do Grande Rio

“Se não puder voar, corra. Se não puder correr, ande. Se não puder andar, rasteje, mas continue em frente de qualquer jeito.”

(Martin Luther King)

AGRADECIMENTOS

Ao poderoso Deus, pela minha vida e saúde.

À minha mãe, pelo apoio e exemplo de vida.

À minha querida orientadora, Professora Doutora Gabriela Ventura, por ter sido um anjo na minha caminhada, com uma dedicação e um carinho que vão muito além do lado profissional e que fez dos meus dias dentro do Mestrado serem tão gratificantes e inesquecíveis. A senhora, que não é senhora, é fantástica. A ternura no falar, no acolher e no orientar. Que exemplo de ser humano! Quanta bondade! Que papai do céu te dê tudo de mais maravilhoso nessa e nas outras vidas, professora!

Às professoras Maylta e Beatriz Brandão que aceitaram tão gentilmente participar desta banca. O meu muito obrigada pelo acolhimento e zelo. Duas pessoas iluminadas que só acrescentaram no meu caminhar dentro do Profept. Muito obrigada, professoras!

Obrigada Tatiana da secretaria. Seu tratamento com nossa turma é impecável!

À minha chefia imediata, Fernanda Panaro, por conceder minha licença para eu poder me concentrar na dissertação. Por ser tão humana no tratamento com todas no Napne. Você é 1000, chefe!!!!

À minha amiga, Anna Eliza que trabalha comigo e me deu todo apoio. Que mudou sua rotina e seus horários para eu poder usufruir da licença. Obrigada, gatona!!!!

Às queridas Dani e Ju que trabalham comigo e enchem o setor de boas energias! “Universo, me surpreenda!”

Aos meus queridos anjos de quatro patas e asas que me fazem continuar firme e empenhada. Meus maiores amores!

Aos amigos de longa data e àqueles que fiz aqui dentro. Um abraço carinhoso no Eduardo Seabra, no Alexandre Ornelles e na Dona Janete, que tal como eu, tiveram o presente de serem orientados pela “Gabi”! Um beijo, meus queridos!!!

Gratidão a todos aqueles que fazem esse programa acontecer. A todos os envolvidos no processo, pelo esforço em nos proporcionar momentos únicos e lembrar que o ambiente no Mestrado em Mesquita é maravilhoso. O Mestrado não é o bicho papão que falam. Aqui eu só tive apoio e considerações frutíferas no meu trabalho. Pena que passou tão rápido!

Obrigada, pessoal lindo!! Muitas bençãos na vida de cada um de vocês!!

RESUMO

A presente pesquisa teve como propósito auxiliar o processo de leitura crítica para a formação integral dos alunos concluintes do Curso Técnico em Administração do Proeja do Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II. Delimitamos os concluintes como participantes da pesquisa. Traçamos assim, como recorte metodológico, a pesquisa qualitativa com a natureza de pesquisa participante. A coleta de dados foi realizada com questionário, através de entrevistas individuais que nos permitiram verificar quais seriam as dificuldades e o perfil das concluintes. No segundo momento, houve a estimulação do hábito de ler como ferramenta de informação e desenvolvimento crítico e reflexivo dentro do atual cenário brasileiro com a análise de temas contemporâneos e de conhecimento das participantes. Por fim, a avaliação, através de entrevistas individuais semiestruturadas com a parceria das discentes, no que diz respeito às possíveis contribuições para além da escola. Buscamos então, para atingirmos os objetivos propostos, a elaboração de oficinas de leitura baseadas no livro “Quarto de Despejo- Diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, cuja finalidade foi auxiliar a desenvolver o hábito de ler criticamente, contribuindo com a formação integral do indivíduo. Os resultados analisados mostraram que apesar das dificuldades apresentadas e a clara vulnerabilidade social das alunas participantes, o comprometimento e o interesse pelos temas abordados foram bem aceitos, conferindo relevância dos assuntos para o desenvolvimento das discentes. A experiência corroborou com a necessidade de ações inclusivas com o público do Proeja ao longo do curso, no sentido de fortalecer a formação integral para além da escola.

Palavras-chave: Proeja; Oficinas de leitura; Formação Integral; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

The purpose of this research was to assist the critical reading process for the integral training of the graduating students of the Technical Course in Administration of the Proeja of Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II. We delimit the graduates as participants of the research. Thus, as a methodological clipping, we treat qualitative research with the nature of participant research. Data collection was carried out with a questionnaire, through individual interviews that allowed us to verify what the difficulties and the profile of the graduates would be. In the second moment, there was the stimulation of the habit of reading as an information tool and critical and reflective development within the current Brazilian scenario with the analysis of contemporary themes and knowledge of the participants. Finally, the evaluation, through semi-structured individual interviews with the partnership of the students, with regard to the possible contributions beyond the school. We then seek, to achieve the proposed objectives, the elaboration of reading workshops based on the book "Quarto de Despejo- Diário de uma favelada" by Carolina Maria de Jesus, whose purpose was to help them develop the habit of reading critically, contributing to the integral formation of the individual. The results analyzed showed that despite the difficulties presented and the clear social vulnerability of the students, the commitment and interest in the topics covered were well accepted, conferring relevance of the subjects for the development of the students. The experience corroborated the need for inclusive actions with the Proeja public throughout the course, in order to strengthen integral training beyond the school.

Keywords: Proeja; Reading workshops; Integral Training; Professional and Technological Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Audálio Dantas e Carolina Maria de Jesus.....	34
Figura 2- Primeira capa do livro: “ O Quarto de Despejo”.....	38
Figura 3- Situação profissional das participantes da pesquisa.....	42
Figura 4- Autodeclaração de cor das participantes da pesquisa	43
Figura 5- Autodeclaração de cor da população brasileira, conforme IBGE 2021.....	43
Figura 6- Renda mensal das participantes.....	46
Figura 7- Setores mais utilizados pelos participantes da pesquisa	47
Figura 8- Relevância das oficinas de leitura.....	53
Figura 9- Leitura como ferramenta de conhecimento.....	53
Figura 10- Encontro com as participantes.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Exposição das oficinas de leitura.....	48
Quadro 2- Identificação das práticas de leitura.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica - Celso Suckow da Fonseca

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CP2 – Colégio Pedro II

EAAES – Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMJAT- Ensino Médio para Jovens e Adultos trabalhadores

EN2 – Engenho Novo 2

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ETFES – Escola Técnica Federal do Espírito Santo

IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MOODLE – Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment. É um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual.

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Breve histórico sobre a EPT.....	18
2.2 O PROEJA dentro da história da EPT a importância da leitura na sociedade.....	20
2.3 A EPT, O Ensino Médio Integrado e o Trabalho.....	27
3. CAROLINA MARIA DE JESUS, DO CONTEXTO DA PESQUISA AOS EXCLUÍDOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO	32
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS	39
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
5.1 Conhecendo o perfil dos sujeitos da pesquisa.....	42
5.1.2 Relatos para a escolha do Curso Técnico em Administração e do Campus Engenho Novo 2	44
5.2 Aplicação das oficinas de leitura.....	47
5.3 O acesso à leitura como ferramenta para a formação integral e leitura crítica: a experiência das oficinas de leitura no PROEJA.....	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
7. REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A- PRODUTO EDUCACIONAL	62
APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO 1	106
APÊNDICE C- QUESTIONÁRIO 2	117
ANEXO A- EDITAL Nº03/2021 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO DE APOIO AO ESTUDANTE	124
ANEXO B- EDITAL Nº04/2021 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO ESTUDANTIL FINANCEIRO INCLUSÃO DIGITAL	132

APRESENTAÇÃO

Sou pedagoga no Napne do Colégio Pedro II, no Engenho Novo 2. Acompanho alunos com necessidades específicas, sejam elas transitórias ou não, além de assistir alguns discentes do Proeja, os nossos participantes da pesquisa. No ápice da pandemia, as atividades foram voltadas ao acompanhamento remoto junto aos estudantes do turno da noite (Proeja), daí a percepção que a leitura e compreensão daquilo que era lido estava aquém do esperado.

É de amplo conhecimento que a educação no cenário brasileiro é marcada pelo dualismo histórico. De um lado, o ensino geral, destinado às elites, aos brancos. Do outro, o ensino profissional, direcionado aos trabalhadores e filhos da classe trabalhadora, pardos e pretos. Pessoas que precisam desde muito cedo contribuir com o sustento de seus lares. Essa falta de oportunidades equânimes está enraizada na constituição social, no racismo, na desigualdade social e histórica do nosso país. O trabalho vinculado à educação profissional ainda é percebido como atividade inferior e até mesmo indigno, atrelado à escravidão. Qual a cor daqueles que atuam nas construções, em serviços de limpeza? Aqueles que ocupam as salas do nosso Proeja? Aqueles que são vítimas de violência, que moram nas favelas, que sofrem com o ódio gratuito e que são alvejados diariamente única e exclusivamente pela cor da pele?

Essa trajetória histórica dentro do Proeja, marcada por entraves, contrapontos, lutas, avanços, retrocessos e poucas transformações é a parte essencial para entendermos a história que continua sendo esquecida e negligenciada pelo Poder Público, tanto pela falta de uma legislação sólida, investimentos ou simplesmente deixada de lado no ambiente escolar, durante o percurso formativo dos estudantes, já que é interessante dentro da nossa sociedade capitalista que existam pessoas exploradas e alienadas.

Assim, dividimos a pesquisa em seis seções. A primeira consiste na apresentação. Em seguida passamos para a introdução. Na terceira, apresentamos o referencial teórico, base de nossa pesquisa. A quarta descreve o caminho metodológico, com as etapas e seus instrumentos. Na quinta seção, as análises dos dados coletados e seus resultados, levando em consideração a aplicação do produto educacional (oficinas de leitura). Na sexta, as considerações finais da pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de pesquisa surgiu no colégio onde a pesquisadora é Pedagoga, diante do contato com os alunos do curso Técnico em Administração do Proeja do Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II, acompanhados pelo NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, ainda no início da pandemia. Percebemos muitas dificuldades em relação à leitura quando apresentamos a plataforma de acesso (Moodle) para a realização de atividades síncronas e assíncronas. Situação inquietante que foi objeto do presente estudo.

O NAPNE é o núcleo responsável pela Educação Especial dentro do colégio Pedro II com respaldo legal na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96, Art. 58). Assim, é incumbido de assistir aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Além de acompanhar aqueles que em razão de questões psicológicas e até mesmo vulnerabilidades sociais de caráter permanente ou temporário, venham a apresentar dificuldades na aprendizagem ou limitações acadêmicas. As atribuições do NAPNE são correntes e seus esforços contumazes em todas as etapas e modalidades de ensino da instituição. Atendimentos pedagógicos, grupos de estudos, acompanhamentos individuais por docentes, oficinas fonoaudiológicas, acompanhamentos remotos especializados aos estudantes impossibilitados de frequentar a escola por questões de saúde, como ferramenta de inclusão escolar, instrumentalizando e contribuindo para a permanência dos jovens no colégio, além da formação educacional integral.

O Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) teve origem no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e pretendia associar a EJA à Educação Profissional com ofertas de cursos de ensino médio oferecidos por instituições da Rede Federal, as escolas técnicas. O Programa foi instituído no ano de 2005 por meio do Decreto nº 5.478/05. Em 2006 foi revogado e substituído pelo Decreto nº 5.840/06, expandindo sua previsão de atendimento, abrangendo o ensino fundamental, Redes Municipais, Estaduais, Sistema S e o Colégio Pedro II (CPII).

O público atendido pelo Proeja do Cp2/En2 caracteriza-se por alunos que precisaram se afastar muito cedo da escola para colaborar com a renda das famílias. De tal forma,

o longo tempo de afastamento do seio escolar trouxe sérias complicações de aprendizagem. Muitas dificuldades e poucas possibilidades de desenvolvimento pleno.

A rotina dentro do Proeja nos mostrou ao longo da pesquisa, as gigantescas lacunas anteriores de aprendizado e dificuldades em traçar caminhos eficazes que permitam o desenvolvimento pleno como a possibilidade de se apropriar da autonomia, criticidade e reflexão. É bem verdade que possui função reparadora, pois traz em seu bojo uma ideia de restauração de um direito a uma escola de qualidade que fora negada na idade própria do aluno. Direito que deveria ser garantido a todos os cidadãos.

Conforme disposições do Ministério da Educação e Cultura, MEC (2006), o Proeja é um desafio pedagógico e político para aqueles que desejam transformar o país dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e justiça social. A implementação do Programa compreende a construção de um projeto possível de sociedade mais igualitária e fundamenta-se nos eixos norteadores das políticas de educação profissional do governo: a expansão da oferta pública de educação profissional; o desenvolvimento de estratégias de financiamento público que permitam a obtenção de recursos para um atendimento de qualidade; a oferta de educação profissional dentro da concepção de formação integral do cidadão - formação capaz de combinar, na sua prática e nos seus fundamentos científicos-tecnológicos e histórico sociais - trabalho, ciência e cultura - e o papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social.

Apesar do MEC romantizar os objetivos e desafios do Proeja, percebemos com o desenvolvimento do estudo, que os alunos ali inseridos tiveram seu direito à escola cerceado quando em idade adequada. Dessa forma, constitui-se uma dívida social não reparada com aqueles que não tiveram acesso à educação, muito menos ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, dentro ou fora da escola, e tenham sido explorados, vendendo sua força de trabalho para composição das riquezas das elites. Verificamos durante o levantamento de dados, que os excluídos do direito à educação têm cor, raça, classe social e residem em sua totalidade em favelas próximas à escola. De fato, ficar alheio ao acesso escolar poderá trazer consequências irreparáveis na vida em sociedade, dentre elas, a desigualdade social.

Hall (2016) deslinda que a raça, como uma categoria sociológica, é essencial para que possamos compreender as relações sociais existentes, pois são atravessadas por

um núcleo racializado de representação estruturado na dominação e seus efeitos concretos são percebidos nas diversas dimensões da vida social local, nacional e mundial. Seus estudos vão esclarecer que os banidos do cenário escolar são aqueles que ocupam as vagas do nosso Proeja e tal como afirmava Jesus (1967) são os excluídos, aqueles que vivem no quarto de despejo de uma sociedade.

O cenário da educação brasileira, no decorrer das décadas, apresenta a oferta ao acesso a níveis de ensino pela população delimitada e mitigada de acordo com a cor e raça. Pardos e pretos são dissipados dos anos e níveis mais avançados da escolarização (IBGE, 2010). Assim, o critério raça não é neutro pelo viés social. Atrela-se a um critério de hierarquização social, de tal forma que as oportunidades educacionais disponíveis e as indignas chances de vida a que estão associados os não brancos em decorrência do racismo e discriminação racial, permanecem ao longo da vida e são percebidas no Proeja (SILVA, 1992). O branco possui um status de poder e privilégio racial, a branquitude. Reconhecer que a desigualdade entre brancos e negros existe e é fruto do racismo e da discriminação racial nos faz compreender quem são os alunos atendidos na modalidade de jovens e adultos e a necessidade inadiável de um olhar mais próximo e ações mais humanizadas.

Com o propósito de embasar nossa pesquisa, trouxemos as contribuições de Du Bois (1999) sobre a relação entre raça, nação, cultura e seu zelo específico ao tratar da subordinação racial. Como resultado, afirma que o problema do século é a barreira racial que impede à oportunidade humana, tanto aos negros quanto aos brancos. Preceitua, então, que a identidade racial branca assumiu a condição de superioridade humana por meio da vigência das leis e dos costumes enquanto categorizava o negro como semi-homem, pertencente a uma classe servil, a parte com direitos e privilégios mitigados.

Sob a análise de Du Bois (1999), a separação social das raças tratava-se da ruptura súbita de quase todas as relações entre brancos e negros no trabalho, no governo, na vida familiar. Desde então, tem-se propagado um novo ajustamento de relações em questões econômicas e políticas – um ajustamento sutil e difícil de compreender e, contudo, singularmente engenhoso, em que ainda persevera aquele temível abismo do preconceito, cuja transposição é extremamente arriscada.

A branquitude conforme entendimento de Azevedo (1987) é uma construção social, percebida como expressão de poder e privilégios raciais, econômicos, políticos, sociais, materiais e simbólicos. Um lócus de soberania dentro da sociedade estruturada na dominação racial, apoiada pelo racismo e desigualdade social que se ampara no interior de denominações étnicas e de classes sociais, ocultado por uma mudez, que de acordo com Bento (2011) não é apenas o não-dito, mas o apagado, o alheio, o excluído, pelo silêncio da opressão.

Destarte, o termo branquitude em nossa pesquisa, refere-se à forma pela qual os indivíduos brancos usurpam da categoria raça e amoldando-se dentro racismo na constituição de suas subjetividades perpetuadas e ao se apoderar, acreditam que o “ser branco” é capaz de determinar características morais, profissionais, intelectuais e estéticas dos indivíduos que os distinguem de outros. Logo, fica compreensível entender as marcas da exclusão, da falta de oportunidades igualitárias na seara mercadológica e educacional aos indivíduos pretos e pardos. São esses indivíduos excluídos que ocupam as salas do nosso PROEJA.

Por todo o exposto, verificamos as origens do problema do nosso estudo: As dificuldades de leitura e interpretação dos alunos concluintes do curso Técnico em Administração do Proeja, Campus Engenho Novo II. Como proporcionar momentos de reflexão, desenvolvimento da leitura e contextualização que acompanharão os discentes para além da escola? Quais fatores corroboram com essas dificuldades? De que maneira contribuir com a formação integral capaz de englobar a capacidade de leitura, reflexão, elaboração de crítica e contextualização através das oficinas de leitura baseadas na obra de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo- Diário de uma favelada abordando temas como fome, violência, desigualdade social, alta de preços, etc?

Isso posto, delimitamos como objetivo geral: auxiliar no processo de compreensão de mundo para a formação integral dos alunos concluintes do Curso Técnico em Administração do Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II, através das oficinas de leitura com o livro de Carolina Maria de Jesus “Quarto de Despejo - Diário de uma favelada”, tendo em vista que durante o levantamento de dados, percebemos que todas as alunas envolvidas na pesquisa moram nas favelas próximas à escola e tal como Carolina Maria de Jesus, continuam vivenciando o processo de exclusão social.

É importante sinalizar que os excluídos do sistema de ensino em seu tempo adequado, dentro da faixa etária sinalizada pelas esferas educacionais têm cor, classe social, e residem nas favelas próximas ao Colégio Pedro II. Já os objetivos específicos são: identificar as principais dificuldades de leitura das alunas concluintes do curso Técnico em Administração do Proeja do Colégio Pedro II, Engenho Novo II; estimular o hábito de leitura durante as oficinas, favorecendo a formação integral do indivíduo, considerando o mundo do trabalho e a emancipação humana; avaliar junto às estudantes concluintes as possíveis contribuições das oficinas de leitura para além do cotidiano escolar.

Optamos pelos alunos concluintes ao invés dos ingressantes porque os índices de reprovação e evasão dos ingressantes passou de 40% no Conselho de Classe, realizado em 2021 e 52% em 2022. Índices que já eram altos, mas que aumentaram durante o período pandêmico e permaneceram elevados mesmo diante do retorno presencial. Como os alunos concluintes estão em seu último ano, muitos contemplados pelo Edital de Tecnologias Assistivas com auxílios financeiros e pacotes de internet, percebemos que as possibilidades de êxito na execução das oficinas e a verificação dos resultados poderiam ser mais satisfatórias. Edital nº 03/2021, de 18 de agosto de 2021 (edital interno para concessão de auxílio financeiro de apoio ao estudante) e Edital nº 04/2021, de 18 de agosto de 2021 (edital interno para concessão de auxílio estudantil financeiro inclusão digital).¹

A denominação de “favela” trazida por Carolina é comparada ao quarto de despejo de uma cidade, associando os pobres a trastes velhos. A escritora compartilha ao longo da leitura que ao estar na favela sente-se como um objeto fora de uso, digna de um quarto de despejo, justificando, dessa maneira, o título do livro trabalhado em nossas oficinas de leitura. Quando em 1948, iniciou-se um processo de demolição para a construção de edifícios, os pobres que residiam nas habitações coletivas, foram despejados e foram residir embaixo de pontes. Por esse exposto, a extraordinária autora percebe a favela como um local de depósito de coisas inservíveis. Classifica São Paulo como um palácio, equiparando-o à sala de visitas, a prefeitura como sala de jantar e a cidade, seu jardim. A favela, por sua vez, é o quintal onde os lixos são jogados, onde os pobres vivem, isto é, excluídos, considerados marginais. As décadas

¹ Edital nº 03 de 2021 concede auxílio de quinhentos reais, enquanto o edital nº 04 de 2021 concede seiscentos reais para compra de tecnologias assistivas

passaram, os governos modificaram, no entanto, essa história lamentável continua se repetindo. A obra dessa estupenda literata foi traduzida para 14 línguas em 20 países e pertence ao gênero textual diário memorialista, com foco narrativo em 1ª pessoa, pois é um relato de suas memórias, onde demonstra com sua narrativa, as críticas perante a sociedade e políticos, além do seu amor pela escrita e leitura.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve histórico sobre a EPT

O marco inicial de uma política nacional de formação profissional ocorreu com a publicação do Decreto Federal número 7.566 em 23 de setembro de 1909, com autoria de Nilo Peçanha, criando a rede federal de educação profissional e tecnológica, com o nome de Escola de Aprendizes e Artífices (EAAES). Havia uma em cada capital dos estados da República. O principal objetivo era profissionalizar as classes populares, a fim de formar mão de obra especializada para alimentar o mercado local de oficinas artesanais, bem como de manufaturas. Havia convergência entre o regime educacional e o fabril, o que direcionava os fins educacionais da EAAES, pautados por características higienistas, correccionais e assistencialistas.

De acordo com Pinto (2006), apenas em 1965, sob o nome de Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Etfes), ocorreu uma modificação em relação ao público atendido, que passou a não se restringir aos desvalidos de sorte. A classe média capixaba, então, seria em maior número na escola, cada vez mais distanciando-se das classes populares. E apesar dessas modificações, não se pode esquecer que a ideia principal da Escola de Aprendizes Artífices era formar para o trabalho manual, os profissionais artesãos.

Consonante Pinto (2006), a história da educação profissional teve como característica precípua a formação de capital humano para alimentar o ramo industrial, vista como uma ferramenta que formava exclusivamente para o trabalho. Um local existente para atender os pobres, os desfavorecidos da fortuna, direcionando-os ao labor. Apesar desse “atendimento”, esclarece que por um longo período se manteve elitizada, deixando de fora os alunos oriundos de classes trabalhadoras, já que em 1960,

deparou-se com o processo de elitização, o qual foi modificado parcialmente com a proposta de inclusão do Ensino Médio para Jovens e Adultos Trabalhadores (Emjat), em 2001, regulado pelo Decreto nº 2.208/97.²

Destarte, dentro dessa realidade, houve a necessidade de superação da perspectiva de uma educação pobre para os desfavorecidos de fortuna, os excluídos, assumindo um papel capaz de proporcionar uma formação para os trabalhadores que possibilitasse não só a inserção no mercado de trabalho, responsável por reproduzir as relações sociais capitalistas, mas que fornecesse minimamente condições de modificar a alienação vivenciada pelos indivíduos ao longo dos anos.

Nesse sentido, Bento (2011) analisa que a sociedade brasileira tem uma dívida histórica com os trabalhadores, que foram cerceados do direito de acesso ao conhecimento escolar. Tais pessoas que ingressaram na execução do trabalho produtivo e contribuíram com o crescimento econômico, conhecidas como “infames da história” apenas seriam incluídas na esfera escolar no começo do século XX, caso favorecessem, de alguma maneira, com o desenvolvimento do país.

Concebe alguns esclarecimentos relevantes, Bento (2011), sobre os argumentos utilizados nessa terrível estratégia, onde o poder público defendia o aproveitamento dos “normais”, o perigo e o peso social, bem como o desperdício econômico de excluir os “anormais” da escola primária. Desse modo, os citados “trabalhadores de reserva” e os “irrecuperáveis”, são atualmente, os inseridos na Educação de Jovens e Adultos em nosso país.

Sob a ótica dos educadores, pesquisadores e militantes da EJA e do Proeja, a luta pela inclusão e oportunidades igualitárias desses indivíduos na escola, assim como o direito à permanência e das condições de aprender e concluir os estudos com êxito escolar deve permanecer contínua. Outro ponto indispensável é a luta teórica e política sobre a concepção de educação que desejamos para as classes trabalhadoras. Uma educação que se baseie nos princípios do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como aportes primordiais da formação humana omnilateral.

Sendo assim, no início de 2001, com a criação do Emjat originou-se o movimento nessa direção. Conforme documentos indicados pelo CEFET, o EMJAT surgiu do exame voluntário de alguns docentes, cuja preocupação inicial era formar indivíduos

² EMJAT: Curso de Ensino Médio para Jovens e Adultos trabalhadores

conscientes do seu papel dentro da sociedade e que tivessem a capacidade de participar das melhorias em seu cotidiano e assim, pudessem contribuir com o crescimento social. Com esse intuito, o curso oferta aos jovens e adultos trabalhadores, excluídos do processo educativo na faixa etária regular, a possibilidade de conclusão do Ensino Médio e o ingresso, opcional, em um curso técnico do CEFET.

Vale destacar que o período da criação do Emjat foi regido pelo Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997) e pela dualidade ensino profissional/ensino médio. Provisão legal que foi revogada posteriormente pelo Decreto nº 5154/2004. Entretanto foi apenas com a vigência dos Decretos nº 5.478 (BRASIL, 2005) e nº 5.840 (BRASIL, 2006) que a educação de jovens e adultos se tornou mais expressiva, na criação do Proeja durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. No interior desse instrumento legal, nº 5840/2006, destacam-se as alterações no processo de seleção, o aumento da carga horária total dos cursos, a oferta de vagas e sua duração, com uma nova roupagem de quatro anos. Os dois primeiros anos reservados aos componentes curriculares visando à formação geral e os dois últimos, para as disciplinas de formação profissional técnica do discente. Essas alterações, ainda que robustas, infelizmente, não foram capazes de findar com a dualidade entre formação profissional e formação humanística. Muito pelo contrário, acabou por deixá-la mais nítida, já que continuamos a perceber a diferença em relação às oportunidades educacionais.

2.2 O PROEJA dentro da história da EPT e a importância da leitura na sociedade.

De acordo com Moll (2010), o Programa Nacional de Integração da Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), foi iniciado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2005, através do Decreto 5.478. Relacionado dentro de tendência inclusiva e na obrigação do Estado em ofertar uma educação básica gratuita, pública e de qualidade. O referido programa é orientado aos indivíduos com 18 anos ou mais que não puderam finalizar o ensino básico e que manifestem a vontade de conciliar a formação básica conjuntamente com a qualificação profissional.

Todavia, Moll (2010) salienta que em 2006, o Decreto 5.478/2005 foi revogado e substituído pelo atual Decreto 5.840/2006, expandindo o horizonte de atuação “do ensino médio para a educação básica da rede federal para os sistemas públicos de ensino, bem como para o Sistema S, além de possibilitar a oferta na forma concomitante. É o que preceitua o artigo 1º do Decreto nº 5840/2006:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II - educação profissional técnica de nível médio.

§ 2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores.

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante.

§ 3º O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical ("Sistema S").

Assim sendo, aumentar a oferta da EPT articulada com a educação básica continua sendo um grande desafio e é uma meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), com a intenção de que, pelo menos 25% da oferta da matrícula esteja integrada à EPT.

No interior do documento, a fim de implementar o Proeja foram realizadas inúmeras ações, tais como:

- financiar a abertura de cursos do Proeja ofertados nas redes federal e estadual;
- elaborar documentos base da política;
- ofertar cursos de formação continuada para profissionais da educação e de cursos de pós-graduação stricto sensu;
- melhorar o processo educativo e minimizar a evasão escolar;
- incrementar os recursos da assistência estudantil da Rede Federal para o atendimento de jovens e adultos matriculados no Proeja e fomento à oferta de curso Proeja FIC Fundamental, junto aos municípios, inclusive, com a articulação de processos de certificação profissional.

Consequentemente, a EPT engloba os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de ensino médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008).

Frigotto (2005) complementa que no âmbito brasileiro, a EPT possui uma função especificamente estratégica com fins de desenvolvimento nacional em diversas áreas produtivas, atendendo grupos heterogêneos.

Por abrigar tantas diferenças de estrutura e distribuição, a heterogeneidade dentro do país, cumpre ressaltar a forte presença da dualidade educacional no cenário brasileiro, ou seja, na história da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, como esclarecido nos parágrafos acima.

Em harmonia com Moura (2015), as políticas implementadas estiveram atreladas à dualidade educacional. De um lado, uma escola feita para a classe trabalhadora e de outro lado, uma que atenda a classe média e a elite. Para os mais humildes é direcionada a formação para trabalho manual e, para os privilegiados, a educação formativa para o trabalho intelectual.

Para Arroyo (2017), não é por acaso que as escolas públicas chegam aos coletivos sociais, étnicos, raciais, das periferias carregadas de preconceitos e representações sociais. Além da dualidade educacional enraizada por longos séculos existe um grande contingente de jovens e adultos carentes da devida formação básica, situação que para Kuenzer (2016) necessita da criação de mecanismos inclusivos para que as escolas consigam atender aos trabalhadores adultos, inseridos no processo produtivo, proprietários de um saber experienciado na prática cotidiana, mas com poucas chances de analisar sistematicamente sobre esse saber e até mesmo incorporá-los.

Dentro dessa perspectiva, Arroyo (2017) esclarece que o acompanhamento a esses indivíduos carece de reconhecimento, pois em nosso país há a terrível tradição política e cultural da exclusão, a qual precisa ser urgentemente superada, tendo em vista que a própria dualidade educacional nada mais é que a reação natural dos coletivos humanos de maneira injusta e preconceituosa, impedindo o livre exercício da democracia.

Em suma, considerando a educação integral, a qual permita associar os aspectos formativos direcionados para a vida em sociedade, trabalho e continuidade dos

estudos, o ato de ler no Proeja torna-se fundamental, devendo ser cultivado para a formação do indivíduo autônomo e letrado.

Segundo Foucambert (1994), o acesso à leitura é o único meio para alcançar a democracia e o poder individual. Assim, tornar a leitura objeto de estudo é urgente para o avanço da educação, considerando que o hábito de ler contribui para a vida escolar e em sociedade.

Na perspectiva de Giordani (2013), o hábito de leitura no comportamento é capaz de possibilitar o desenvolvimento necessário à interpretação e produção de textos. Além de ser uma ferramenta para aquisição da linguagem. A leitura, então, permite a inserção do sujeito em seu contexto sócio-histórico, propiciando a construção do indivíduo crítico, capaz de modificar sua realidade.

Gadotti (2007) argumenta que a formação de indivíduos letrados está relacionada à utilização da leitura nas práticas sociais. A trajetória sociocultural e de educação escolar são a identidade dos sujeitos. De tal forma, defende que a tarefa da escola é refletir sobre essa jornada para a formação do estudante e auxiliá-lo enquanto cidadão crítico que transita por espaços sociais fazendo uso da linguagem caracterizada pelos diferentes gêneros textuais existentes, entendendo seus diferentes usos em sociedade.

Gadotti (2007) esclarece que a leitura é crítica quando leva o leitor a mudar a sua prática, questionar o mundo e desacomodá-lo. Um leitor somente é crítico se, além de possuir uma visão crítica da realidade, é criativo e capaz de recriar aquilo que lê.

Para Silva (2009), o leitor caminha por algumas etapas em seu processo de formação onde se verificam 6 (seis) etapas em sucessão. São elas: pré-leitor: apenas ouve a narrativa a ser lida; leitor iniciante: lê sem ajuda alguns textos breves; leitor em processo: lê textos que apresentam dificuldade média; leitor fluente: lê textos mais extensos e complexos; leitor competente: lê textos mais complexos e é capaz de estabelecer conexões entre diversas leituras e o leitor crítico: lê com total autonomia, identificando alusões e subentendidos, estabelece conexões com o texto lido e a realidade que conhece, sendo capaz de emitir juízo crítico sobre o texto lido.

Silva (2009) ainda define três formas de leitura. São elas: leitura mecânica: aquela que é compreendida como habilidade de decifrar códigos e sinais; a leitura de mundo: é anterior à leitura mecânica e a ela incorpora-se e leitura crítica, tão desejada em

nosso estudo, capaz de conciliar a leitura mecânica à leitura de mundo, diante de uma conduta perspicaz, questionadora e avaliativa, sendo o indivíduo capaz de emitir suas próprias conclusões.

Assim, esclarecendo os conceitos que foram trabalhados ao longo da pesquisa, tivemos como ação, o contribuir com o processo de formação integral dos concluintes do Proeja, no que diz respeito à realização de leituras e interpretações críticas, que vão para além da escola.

Consoante Solé (1998), leitor ativo é aquele que processa e atribui significado àquilo que está escrito em uma página, sendo capaz de aprender conforme os textos lidos. O indivíduo deve conseguir refletir sobre sua compreensão. Vincular o que se lê e o que faz parte do seu conhecimento particular, indagar seus conhecimentos e até alterá-los. Conseguir estabelecer relações que permitam transferir o que foi aprendido para outros contextos diferentes faz parte de um processo de leitura ativa.

Conhecendo a importância da leitura e compreensão da informação lida para um bom desenvolvimento social dos alunos provocamos uma mudança, ainda que mínima, mas benéfica, capaz de proporcionar lazer e conhecimento. Estimular o desenvolvimento pessoal, profissional, intelectual, social e cultural foi um grande desafio. Percebemos a pequena mudança durante a aplicação do questionário: “Conhecendo o leitor” no Apêndice B da nossa dissertação, obtivemos respostas como: “Só leio porque sou obrigada!”, entretanto aplicando o questionário: “Avaliação das Oficinas de leitura”, a mesma participante que no início foi relutante, percebeu que a leitura poderia ser uma ferramenta de conhecimento. Que há fontes de informações seguras e que não podemos acreditar em toda e qualquer notícia que chega em grupos de família/amigos. Há a necessidade de verificarmos sua real origem, além do intuito. Portanto, percebemos uma grande mudança na postura das concluintes ao longo do desenvolvimento deste Produto Educacional.

A palavra letramento foi trazida para o Brasil em 1986 por Mary Kato. Conforme a autora, o indivíduo letrado é capaz de utilizar a linguagem escrita nas mais variadas demandas sociais a que se articula. Faz-se como instrumento de comunicação, apresentando condições de agir autonomamente em suas funções sociais.

Soares (2012) complementa que o letramento permite a apropriação da escrita como forma de atuação consciente nas práticas sociais que não se encerram nas habilidades

de ler e escrever. A pessoa letrada utiliza a escrita e a leitura de acordo com as demandas encontradas na sociedade. Assim, justifica que o letramento é o estado ou condição de quem exerce as práticas sociais de leitura e de escrita, daquele que participa de eventos em que a escrita é parte integrante da interação entre pessoas e do processo de interpretação dessa interação.

No entendimento de Kleiman (2007), a escola é um local que precisa viabilizar a participação dos estudantes nas práticas sociais letradas por meio de exposição aos múltiplos letramentos da vida social na estrutura do trabalho escolar. Deste modo, o letramento é uma concepção de leitura voltada para ações na sociedade que permite ao estudante atribuir sentidos aos textos que lê e escreve nas diferentes situações comunicativas no meio em que está inserido, proporcionando-lhe familiaridade com os gêneros textuais utilizados para práticas sociocomunicativas.

Sobre a leitura, de acordo com os apontamentos de Solé (1998), para que o ser humano possa realizá-la, é preciso que ele se sinta capaz de ler e compreender o texto analisado. Isto posto, dois aspectos tornam-se fundamentais na formação de leitores autônomos. O primeiro ressalta que ler não significa apenas decodificar e o segundo salienta que a compreensão do texto é uma ação estrategicamente consciente, a qual envolve aspectos cognitivos e metacognitivos.

Em relação a esses aspectos cognitivos e metacognitivos, Cintra e Passareli (2012) defendem que as estratégias cognitivas compreendem comportamentos automáticos do leitor desenvolvidos inicialmente com o processo de aquisição de leitura. Já as estratégias metacognitivas são apresentadas através de comportamentos desautomatizados, isto é, o indivíduo tem plena consciência do que ocorre quando lê.

Para embasar nossa pesquisa, traremos os apontamentos de Gadotti (2007) sobre leitura crítica:

Uma leitura pode ser considerada como leitura crítica se o leitor consegue identificar no texto o contexto, as raízes daquilo de que fala o texto. É o oposto da leitura ingênua ou superficial. Não é apenas a leitura de “textos críticos”, dos textos que fazem o leitor compreender radicalmente o mundo. Leitura crítica supõe leitor crítico. Se o leitor for crítico, mesmo com um texto muito ruim, ele pode “fazer um bom trabalho”. O leitor crítico precisa superar a primeira leitura, interpretativa e compreensiva, para relacioná-la com uma certa totalidade relativa a um contexto muito maior. Essa habilidade crítica depende, sempre, de muita leitura e de uma formação geral ampla. A leitura crítica sempre leva à produção ou construção de um outro texto: o texto do próprio leitor (GADOTTI, 2007, p.67).

Em conformidade com Freire (2000), não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho, pois o ato de ler não se esgota na decodificação da palavra escrita, já que a leitura não é mera decodificação de símbolos e sim uma reflexão e criticidade que permite ao leitor ir além das marcas linguísticas. Nesse sentido, temos a leitura como uma importante prática integradora, uma ação transformadora da realidade.

2.3 Educação Profissional e Tecnológica, o Ensino Médio Integrado e o Trabalho.

A Educação Profissional e Tecnológica, pode ser compreendida conforme a dualidade acadêmica e prática em relação ao seu propósito. Moura (2014) explicita os lados dessa dualidade com a apresentação de dois projetos educacionais vigentes. De um lado, o projeto hegemônico que alimenta os interesses do mercado de trabalho dentro de uma formação direcionada à qualificação profissional que atenda o desempenho de uma função dentro de um estabelecimento. Do outro lado, o projeto societário com foco no sujeito, visando uma formação omnilateral, capaz de unir trabalho, ciência, tecnologia e sociedade dentro de uma perspectiva de formação integral. Por conseguinte, busca-se uma formação para além do capital econômico, cujo objetivo é contribuir para uma ação emancipatória e crítica de sujeito ativo e participativo dentro da sociedade.

Duarte (2017) defende que precisaremos de ações e políticas educacionais para uma formação omnilateral dos indivíduos ao valorizar o “processo que envolve a totalidade da vida humana, o qual não pode ficar restrito ao âmbito da educação escolar”

Nesse cenário, Moura (2013) revela que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) carece de uma aprendizagem significativa e contextualizada, capaz de possibilitar aos estudantes a capacidade de resolver problemas e conduzir projetos nos mais diversos setores. Os estudiosos trazem que a aprendizagem em EPT deve se afastar urgentemente da aprendizagem tradicional, calcada em abordagens apenas teóricas, onde o aluno depende do uso intensivo da memória e é mero receptor dos conteúdos.

Ramos (2014) explica que o Ensino Médio Integrado visa superar a dualidade da formação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A existência da dualidade

educacional é uma declaração específica da dualidade social ligada ao modo de produção capitalista, já que é muito conveniente fornecer educação rasa para a classe trabalhadora e seus filhos. Precarizar o ensino, limitar a oportunidade de conhecimento, frear as chances de prosseguimento nos estudos, manter os explorados em seu devido lugar para alimentar a lógica irreformável e incorrigível do capital.

Conforme Ramos (2014), o Ensino Médio Integrado é:

...uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Dimensões que são constituídas pelo trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (RAMOS, p.87, 2014).

Nos ensinamentos de Frigotto (2021) não se trata apenas de uma oferta da educação profissional de nível médio. O ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais.

Corroborar com a elaboração deste trabalho no que diz respeito ao público atendido pelo Proeja, como desejamos que fosse sua real educação e como de fato ela é, as obras de Dante Henrique Moura (2013) sobre o ensino médio como condição de etapa final da educação básica, pois a realidade socioeconômica e educacional brasileira, em que grande parte dos filhos das classes populares precisa trabalhar antes dos 18 (dezoito) anos de idade. Parte-se do pressuposto que o objetivo a ser alcançado, na perspectiva de uma sociedade justa, é a formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do Estado, visando a emancipação humana.

Apesar de essa representar uma utopia a ser buscada, a realidade atual está muito distante dessa perspectiva formativa integrada.

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, p.85, 2005).

Della Fonte (2018) entende por emancipação humana, um novo arranjo social em que o ser humano é fim de si mesmo e não meio. Isto posto, não se trata de mera emancipação e sim de ordem integral do ser humano. Em oposição ao ser humano cindido pela divisão social do trabalho manual versus o trabalho intelectual, vislumbra-se o ser humano total, omnilateral, em todas as suas capacidades e faculdades.

Na base da construção de um projeto de formação que, enquanto reconhece e valoriza o diverso, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, está a compreensão do trabalho no seu duplo sentido:

a) ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;

b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos (RAMOS, 2014, p.91)

Nessa linha, Ramos (2010) destaca que o direito ao trabalho deve ser garantido à pessoa, entretanto, no lugar de oferecer diretamente o trabalho é ofertada a educação de jovens e adultos com uma formação profissional, buscando qualificar para atender às necessidades urgentes do mercado e conseguir o trabalho. Nessa linha de pensamento, o “projeto hegemônico”, citado por Moura (2013), é imposto dentro da sociedade capitalista, já que a prioridade absoluta é atender as necessidades incessantes do mercado de trabalho no lugar das necessidades pessoais e sociais de seus sujeitos participantes.

Nas explicações de Moura (2014), o trabalho manual que, em tempos passados, era vergonhoso para aqueles que tinham liberdade, todavia, era a única possibilidade que os pobres tinham de garantir seu próprio sustento e de suas famílias. Daí o elo com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país, pois originou-se da necessidade de qualificação para o máximo de pessoas, com a finalidade de atender a produção industrial, além de estimular o consumo. Foi direcionada para a formação da classe trabalhadora e seu ingresso no mercado de trabalho, conduzindo a massa para a execução de uma tarefa específica, guiada pelas demandas do capitalismo, formando a mão-de-obra para atender as exigências da região e da nação.

Gradativamente, mas ainda marcada por contradições, as percepções sobre o trabalho começam a modificar e o ensino profissional passa a ser valorizado e estendido. Só então, o trabalho começa a ser percebido como uma constituição do ser humano, crucial para a vida e formação profissional. A educação profissional, é conduzida para a autonomia e emancipação humana, voltando-se à superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, pendendo à transformação social.

Pela palavra “trabalho” usaremos o conceito de Marx, segundo o qual é o fator de mediação entre o homem e a natureza, a expressão da vida humana. Com o trabalho, altera-se a relação do homem com o meio. “É o esforço do homem para regular seu metabolismo com a tão rica natureza”, (MARX, 1989). Dessa maneira, ao transformar a natureza, o homem também se transforma e esse processo é corporificação de um trabalho concreto e real capaz de gerar valor de uso. O primeiro é o trabalho, atrelado à matéria bruta retirada da natureza. O segundo, é o meio de trabalho, através de meios e instrumentos utilizados para produzir algo.

Segundo Yamamoto (2001), o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. De tal modo que se tornam imprescindíveis em qualquer processo de trabalho, tornando o labor elemento essencial na vida do ser humano, possibilitando o atendimento de suas necessidades e elemento responsável por dignificar os indivíduos na sociedade, isto é, relaciona-se à estrutura socioeconômica, social e cultural. Por essa razão, o homem e a natureza participam de forma equivalente do processo em

que o ser humano, através de sua própria ação, impulsiona, regula e controla a natureza e a si mesmo.

Temos como referência os estudos de Maria Ciavatta (2016) que vão ao encontro de nossas inquietações dentro de um sistema secularmente dominado pelo capital como a educação no Brasil. As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e em qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação porque não há interesse em manter um padrão elevado de educação. Há a urgência em formar pessoas com capacidades flexíveis, adaptáveis às mudanças, fragmentados e precarizados que tenham seus direitos mitigados tal como preceitua Ricardo Antunes (2007).

O mundo do trabalho é perpassado por diversas transformações, de ordem tecnológica, organizacional e estrutural. Conforme Antunes (1995), percebe-se de um lado uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, principalmente nos países de capitalismo avançado, ou seja, uma diminuição contínua da classe operária, ao mesmo tempo em que a terceirização do trabalho se expande com base na absorção do setor de serviço, inclusive com a incorporação da mulher no mercado de trabalho, mascarando a composição do trabalho, dando ares de heterogeneidade. Descortina-se a subproletarização do trabalho, com os altos contingentes rumo a precarização do trabalho, através do constrangimento social que se intensifica com o trabalho parcial, subcontratado e informal que tornam mais explícitas as desigualdades sociais.

No sentido de diminuir essas desigualdades sociais oriundas da precarização do trabalho, que absorvem os nossos sujeitos da pesquisa, temos a intenção de colaborar com o desenvolvimento crítico e contextualizado do indivíduo, dentro de uma perspectiva integral trazendo à luz os ensinamentos de Moura (2013), os quais evidenciam que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) clama por uma aprendizagem significativa e contextualizada, a qual permita subsidiar aos estudantes a capacidade de resolver problemas por si só e conduzir seus projetos nos diferentes setores da vida. Moura discute que a aprendizagem em EPT deve se afastar do que

chama de aprendizagem tradicional, baseada numa abordagem teórica, repetitiva, fundamentada na transmissão de conhecimento em que o aluno é mero receptor.

Por acreditarmos que a leitura liberta, que o conhecimento de mundo não pode e nem deve ser esquecido e sim contextualizado, por discordarmos da educação bancária e sua defesa de aluno como mero receptor dos conhecimentos oriundos e exclusivos do professor sem que haja uma análise crítica, citaremos Paulo Freire no desenvolvimento do produto educacional, as oficinas de leitura, baseadas na obra de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo – Diário de uma favelada.

Freire (2000) deslinda que ler é algo mais criativo do que simplesmente ou ingenuamente “passear” sobre as palavras. Ler tanto mais e melhor quando se inteira da substantividade do que se é lido, tornando-se capaz de reescrever o lido, à maneira, e de escrever o que ainda não foi escrito. Não é possível dicotomizar ler de escrever.

Diante dessa perspectiva, Freire (2005) aponta que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. O movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

Mencionamos em nosso texto o leitor crítico e para tanto traremos o conceito de Silva (2009) esclarecendo que é o indivíduo que lê com total autonomia, identificando alusões e subentendidos, capaz de estabelecer conexões com o texto lido e a realidade que conhece, sendo capaz de emitir juízo crítico sobre o texto lido. O mesmo autor esclarece que a leitura crítica, é capaz de conciliar a leitura mecânica à leitura de mundo, diante de uma conduta perspicaz, questionadora e avaliativa, sendo o indivíduo capaz de emitir suas próprias conclusões.

No entendimento de Solé (1998), leitor ativo é aquele que processa e atribui significado àquilo que está escrito em uma página, sendo capaz de aprender conforme os textos lidos. O sujeito deve conseguir refletir sobre sua compreensão. Vincular o que se lê e o que faz parte do seu conhecimento particular, indagar seus conhecimentos e

até alterá-los. Conseguir estabelecer relações que permitam transferir o que foi aprendido para outros contextos diferentes faz parte de um processo de leitura ativa.

Portanto, prestar a estes estudantes uma educação profissional omnilateral e integrada dentro do Proeja pode constituir a possibilidade para contribuir com a formação de pessoas plenas, no sentido social, intelectual e cultural e não apenas no sentido técnico desprovido de sentido.

3 CAROLINA MARIA DE JESUS: DO CONTEXTO DA PESQUISA AOS EXCLUÍDOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO

De acordo com Souza (2021), Carolina Maria de Jesus (Figura 1) foi uma autora brasileira, nascida em Sacramento, interior de Minas Gerais, em 14 de março de 1914. Era neta de escravos e cresceu com 7 (sete) irmãos, filhos de uma mulher negra, analfabeta e lavadeira. Carolina é considerada uma das primeiras autoras negras do país com diversas obras conhecidas: Diário de Bitita, Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada, Pedacos da fome, Provérbios, Quarto de Despejo- Diário de uma favelada, etc. Este último é a obra presente em nossa pesquisa e base do nosso Produto educacional.

Carolina foi incentivada a estudar por uma freguesa de sua mãe, a Sr^a Maria Leite Monteiro de Barros. Aos 7 (sete) foi matriculada na escola Allan Kardec onde cursou os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Mesmo passando pouquíssimo tempo na escola, despertou o interesse pela leitura e pela escrita.

Buscando chances de emprego, mudou-se com sua família para Lajeado em 1924. Trabalharam na colheita, e retornaram para Sacramento em 1927. Ao retornarem, Carolina e sua genitora foram acusadas de roubo e ficaram encarceradas, até que a polícia verificasse que não houve nenhum crime. Em 1930, mudou-se para Franca, São Paulo, com sua família. Carolina trabalhava de lavradora e empregada doméstica. A mãe de Carolina morre e ela decide ir para a capital de São Paulo trabalhar como faxineira e empregada doméstica.

Em 1948 ela vai habitar a favela do Canindé, próxima ao Rio Tietê em São Paulo e lá têm seus três filhos de diferentes relacionamentos: Vera Eunice de Jesus Lima, João

José de Jesus e José Carlos de Jesus. Carolina então, passa a sobreviver catando recicláveis como papéis, madeiras e ferros para sustentar sua família.

A nobre escritora escreveu em seus 20 cadernos encardidos como eram os seus dias dentro da favela: a fome, a violência, o desespero, a falta de oportunidade, a politicagem, a desigualdade social, etc. até que em 1958, o jornalista Audálio Dantas, incumbido de realizar uma reportagem sobre a favela que crescia aceleradamente às margens do Rio Tietê, a conheceu. E como o jornalista afirmou: “ *Repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história- a visão de dentro da favela.*” E dessa maneira, teve trechos de seu diário publicados na Folha da Noite, em 1958. Em 1959 houve publicação na Revista Cruzeiro, chegando ao livro em 1960 com a marca de 100 mil exemplares em um único ano. Com tanta repercussão, jornais, revistas, rádios e televisão do mundo inteiro abriram voz para o livro e para a história da escritora.



Figura 1- Audálio Dantas e Carolina Maria de Jesus

Fonte:https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2021/09/10/1801_estacao-livre-relembra-a-udalio-dantas-e-sua-parceria-com-carolina-maria-de-jesus.html

Mesmo ganhando muito dinheiro do dia para a noite, a autora não conseguiu administrar o dinheiro recebido. Viveu também o preconceito numa sociedade vil que atrelava o talento de autora com a figura do jornalista Audálio Dantas, homem branco, conhecido e letrado. Em suas obras posteriores, não obteve o lucro alcançado em sua primeira publicação e assim em 1977, voltou a catar papel para se sustentar, até que aos 62 anos, veio a falecer.

A imagem de Carolina Maria de Jesus é sinônimo de força e determinação, pois é referência da luta de uma mulher preta brasileira. A autora é uma figura de luta, capacidade e superação por tudo que enfrentou ao longo de sua vida. Ainda que tenha ficado décadas de sua vida invisível no contexto societal, seus livros foram conhecidos fora do Brasil com traduções em 14 línguas.

É a obra de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo- Diário de uma favelada, a fonte das nossas oficinas de leitura com as 6 (seis) participantes da pesquisa. São as alunas concluintes do Curso Técnico em Administração do Proeja no Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II. Colégio que foi fundado em 2 de dezembro de 1837 e é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Foi e continua sendo responsável pela formação de talentosos discentes em suas carreiras profissionais. Em seu admirável quadro de egressos constam nomes de presidentes da República, ministros do Supremo Tribunal Federal, músicos, compositores, poetas, médicos, pesquisadores, juristas, professores, historiadores, apresentadores, jornalistas, dentre tantas outras profissões brilhantes.

A Instituição em seus mais de 185 anos passou por períodos de mudança e inovação sem se afastar das particularidades que a tornaram referência no cenário da educação brasileira. Com a sanção da lei 12.677/12 foi equiparada aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Atualmente, o Colégio Pedro II possui 14 (quatorze) campi. 12 (doze) deles no município do Rio de Janeiro, 1 (um) em Niterói e 1 (um) em Duque de Caxias, além do Centro de Referência em Educação Infantil, em Realengo. O Colégio possui mais de 12 (doze) mil alunos e oferece: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Integrado, Educação de Jovens e Adultos (Proeja), além de cursos de graduação e pós-graduação.

Conforme disposições do Ministério da Educação e Cultura, MEC (2006), o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja é um desafio pedagógico e político para aqueles que desejam transformar o país dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e justiça social. A implementação do Programa compreende a construção de um projeto possível de sociedade mais igualitária e fundamenta-se nos eixos norteadores das políticas de educação profissional do governo: a expansão da oferta pública de educação profissional; o desenvolvimento de estratégias de

financiamento público que permitam a obtenção de recursos para um atendimento de qualidade; a oferta de educação profissional dentro da concepção de formação integral do cidadão - formação capaz de combinar, na sua prática e nos seus fundamentos científicos-tecnológicos e histórico sociais - trabalho, ciência e cultura - e o papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social.

Apesar do MEC romantizar os objetivos e desafios do Proeja, percebemos com o desenvolvimento do estudo, que os alunos ali inseridos tiveram seu direito à escola cerceado quando em idade adequada. Dessa forma, constitui-se uma dívida social não reparada com aqueles que não tiveram acesso à educação, muito menos ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, dentro ou fora da escola, e tenham sido explorados, vendendo sua força de trabalho para composição das riquezas das elites. Verificamos durante o levantamento de dados, que os excluídos do direito à educação têm cor, raça, classe social e residem em sua totalidade nas favelas. De fato, ficar alheio ao acesso escolar poderá trazer consequências irreparáveis na vida em sociedade, dentre elas, a desigualdade social.

Hall (2016) deslinda que a raça, como uma categoria sociológica, é essencial para que possamos compreender as relações sociais existentes, pois são atravessadas por um núcleo racializado de representação estruturado na dominação e seus efeitos concretos são percebidos nas diversas dimensões da vida social local, nacional e mundial. Seus estudos vão esclarecer que os banidos do cenário escolar são aqueles que ocupam as vagas do nosso Proeja e tal como afirmava Jesus (1967) são os excluídos, aqueles que vivem no quarto de despejo de uma sociedade.

O cenário da educação brasileira, no decorrer das décadas, apresenta a oferta ao acesso a níveis de ensino pela população delimitada e mitigada de acordo com a cor e raça. Pardos e pretos são dissipados dos anos e níveis mais avançados da escolarização (IBGE, 2010). Assim, o critério raça não é neutro pelo viés social. Atrela-se a um critério de hierarquização social, de tal forma que as oportunidades educacionais disponíveis e as indignas chances de vida a que estão associados os não brancos em decorrência do racismo e discriminação racial, permanecem ao longo da vida e são percebidas no Proeja (SILVA, 1992). O branco possui um status de poder e privilégio racial, a branquitude. Reconhecer que a desigualdade entre brancos e negros existe e é fruto do racismo e da discriminação racial nos faz compreender quem são os

alunos atendidos na modalidade de jovens e adultos e a necessidade inadiável de um olhar mais próximo e ações mais humanizadas.

Com o propósito de embasar nossa pesquisa, trouxemos as contribuições de Du Bois (1999) sobre a relação entre raça, nação, cultura e seu zelo específico ao tratar da subordinação racial. Como resultado, afirma que o problema do século é a barreira racial que impede a oportunidade humana, tanto aos negros quanto aos brancos. Preceitua, então, que a identidade racial branca assumiu a condição de superioridade humana por meio da vigência das leis e dos costumes enquanto categorizava o negro como semi-homem, pertencente a uma classe servil a parte com direitos e privilégios mitigados.

Sob a análise de Du Bois (1999), a separação social das raças tratava-se da ruptura súbita de quase todas as relações entre brancos e negros no trabalho, no governo, na vida familiar. Desde então, tem-se propagado um novo ajustamento de relações em questões econômicas e políticas – um ajustamento sutil e difícil de compreender e, contudo, singularmente engenhoso, em que ainda persevera aquele temível abismo do preconceito, cuja transposição é extremamente arriscada.

A branquitude conforme entendimento de Azevedo (1987) é uma construção social, percebida como expressão de poder e privilégios raciais, econômicos, políticos, sociais, materiais e simbólicos. Um lócus de soberania dentro da sociedade estruturada na dominação racial, apoiada pelo racismo e desigualdade social que se ampara no interior de denominações étnicas e de classes sociais, ocultado por uma mudez, que de acordo com Bento (2011) não é apenas o não-dito, mas o apagado, o alheio, o excluído, pelo silêncio da opressão.

Destarte, o termo branquitude em nossa pesquisa, refere-se à forma pela qual os indivíduos brancos usurpam da categoria raça e amoldando-se dentro racismo na constituição de suas subjetividades perpetuadas e ao se apoderar, acreditam que o “ser branco” é capaz de determinar características morais, profissionais, intelectuais e estéticas dos indivíduos que os distinguem de outros. Logo, fica compreensível entender as marcas da exclusão, da falta de oportunidades igualitárias na seara mercadológica e educacional aos indivíduos pretos e pardos. São esses indivíduos excluídos que ocupam as salas do nosso Proeja.

O Proeja, como já sinalizamos, teve origem no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e pretendia associar a Eja à Educação Profissional com ofertas de cursos de ensino médio oferecidos por instituições da Rede Federal, as escolas técnicas. O Programa foi instituído no ano de 2005 por meio do Decreto nº 5.478/05. Em 2006 foi revogado e substituído pelo Decreto nº 5.840/06, expandindo sua previsão de atendimento, abrangendo o ensino fundamental, Redes Municipais, Estaduais, Sistema S e o Colégio Pedro II (CPII).

O Ensino Médio Integrado à qualificação em Técnico em Administração na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no Colégio Pedro II tem previsão de conclusão em 3 (três) anos, objetiva atender à política pública de Educação de Jovens e Adultos, contemplando os suprimidos do sistema educacional ou que a ele não tiveram acesso nas faixas etárias ditas regulares.

Conforme proposta educacional do Colégio Pedro II, seu curso Técnico em Administração é direcionado para aqueles que tenham 18 (dezoito) anos ou mais, e que não conseguiram cursar o Ensino Médio em idade própria, mas que pretendam obter a formação geral integrada a uma formação profissional, para que possam obter a formação técnica e ingressar no mercado de trabalho. Ao término do curso, o discente obterá o diploma do Ensino Médio e da Formação Profissional/Técnica correspondente.

A presente pesquisa teve como objetivo auxiliá-los para além dessa competitividade do mercado de trabalho, entendendo que a formação humana e trabalho estão interligados, pois o âmbito mercadológico visa a formação de trabalhadores com competências flexíveis que segundo Kuenzer (2016) são definidas e redefinidas segundo as estratégias de contratação e subcontratação mobilizadas para atender à produção puxada pela demanda do mercado.

Mercado que segundo Kuenzer (2016), ora inclui, ora exclui trabalhadores com diferentes qualificações, de modo a constituir corpos coletivos de trabalho dinâmicos, por meio de uma rede que integra diferentes formas de subcontratação e trabalho temporário e que, ao combinar diferentes estratégias de extração de mais-valia, asseguram a realização da lógica mercantil.

Para contrapormos a lógica mercantil traremos as colaborações cruciais de Marx (1998) quanto à relação entre formação humana e trabalho. Marx apresenta o trabalho

como uma ação que instaura relações do ser humano com a natureza e com seus pares. Representando um agir formativo sob relações historicamente determinadas. Ao analisar as formas da produção no capitalismo, ressalta que o trabalho explorado constrói uma formação unilateral. Todavia, salienta que a produção mecanizada é capaz de trazer germes não apenas de uma formação omnilateral, mas também de uma educação do futuro que articula educação intelectual, física/estética e tecnológica a partir dos interesses dos trabalhadores. É essa educação em que acreditamos.

Ainda nos termos de Della Fonte (2018), a proposta marxista é talvez a alternativa mais avançada e sistematizada na luta contra um projeto que se limita a preparar e qualificar o trabalhador a partir dos interesses patronais. Partindo dessa análise, pretendemos salientar como as ideias de omnilateralidade na formação do indivíduo podem auxiliar com os objetivos da presente investigação.

A partir do breve exposto, a pesquisa teve a intenção de analisar como a oferta de oficinas de leitura no Proeja no Colégio Pedro II, baseadas na obra de Carolina Maria de Jesus (Figura 2) , dentro de um direcionamento crítico, diante de problemas sociais graves que ainda persistem ao longo das décadas. Pobreza, miséria, fome, racismo, preconceito, violência física e sexual, alcoolismo, dificuldade dos mais vulneráveis foram aspectos tratados nas oficinas, direcionadas às estudantes concluintes, contribuindo para a reflexão, bem como para o despertar da importância do ato de ler com criticidade, para formação do indivíduo letrado na sociedade, além de auxiliar na formação integral em todos os aspectos da vida humana, sejam eles: física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, diante de um viés autônomo nos moldes Freirianos.



Figura 2 : Primeira versão da capa do livro “Quarto de Despejo”

Fonte: Livraria da Travessa, 2020.

Levando em consideração o contexto exposto, traremos na seção seguinte, o caminho metodológico, suas etapas e quais foram os instrumentos usados para a realização dessa pesquisa. Informamos que o parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Colégio Pedro II tem o número: 5.086.278, aprovado em 08 de novembro de 2021 e o parecer consubstanciado CEP do IFRJ possui a numeração: 5.018.791, sendo aprovado em 05 de outubro de 2021.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Gil (2010) avalia a pesquisa como procedimento racional e sistemático cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos. A pesquisa é desenvolvida diante dos conhecimentos disponíveis e a utilização minuciosa de métodos, técnicas e procedimentos científicos, ao longo de um caminho de diversas etapas, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Para Zanette (2017) a pesquisa qualitativa no contexto da educação brasileira busca a credibilidade e a garantia de rigor, gerando a necessidade de se refletir sobre a produção de conhecimentos que levasse em conta as múltiplas e variáveis influências externas e internas da própria realidade focada. O uso do método qualitativo gerou diversas contribuições ao avanço do saber na dinâmica do processo educacional e na sua estrutura como um todo: reconfigurou a compreensão da aprendizagem, das relações internas e externas nas instâncias institucionais, da compreensão histórico-cultural das exigências de uma educação mais digna para todos e da compreensão da importância da instituição escolar no processo de humanização.

No presente estudo adotamos a pesquisa qualitativa exploratória, cuja natureza é a pesquisa participante com a realização de entrevistas e oficinas individuais, além de questionários semiestruturados ao final, na parte avaliativa do produto educacional elaborado.

Conforme Lakatos e Marconi (2011), a metodologia qualitativa inclina-se a analisar e interpretar aspectos acentuados, demonstrando a complexidade do tema e a relevância da realidade investigada. Assim, será capaz de fornecer uma análise mais minuciosa sobre aquilo que está sendo pesquisado. Durante o desenvolvimento de nossas investigações, analisamos a prática de leitura entre as participantes conuintes do Proeja, de modo detalhado, pois somente compreendendo a complexidade do

problema conseguimos realizar o ciclo de oficinas com o envolvimento dos sujeitos da pesquisa e o desenvolvimento de mecanismos capazes de auxiliar o processo de compreensão de mundo, buscando sua formação integral.

Sabendo que a turma de concluintes do curso Técnico em Administração do Proeja no Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II continha 19 (dezenove) alunos, delimitamos dentro desse cenário, nossos participantes da pesquisa e o local em que ela seria realizada. Todos os concluintes foram convidados a participar da pesquisa por e-mail, o qual foi enviado individualmente visando ao sigilo e confidencialidade dos dados e em seu bojo, de forma clara e objetiva, foram explicadas as intenções da pesquisa, bem como seus benefícios. Deixamos claro, nesta comunicação, que a participação na pesquisa seria livre, ou seja, não haveria a obrigação em cooperar com nossa proposta e mesmo aqueles que manifestassem a vontade em colaborar, poderiam a qualquer tempo e etapa desistir do processo sem precisar apresentar justificativas. Dos 19 (dezenove) alunos concluintes, 6 (seis) sinalizaram o interesse em participar. Todas do gênero feminino com idades entre 18 e 76 anos. As perguntas do questionário foram divulgadas após o consentimento em relação à participação. Enfatizamos que em todas as perguntas da pesquisa, houve a opção “não quero responder”, caso a participante não se sentisse à vontade com os questionamentos. Essa foi uma medida para minimizar os riscos de constrangimento no processo. Houve uma enorme preocupação com os princípios éticos da pesquisa. Deixamos claro que não houve auxílios financeiros, tampouco acréscimos de pontuações nas disciplinas cursadas. A pesquisa desenvolvida possuiu caráter totalmente voluntário e sem nenhum custo ao participante, mesmo em caso de não aceite ou desistência durante o processo.

A pesquisa desenvolveu-se em três principais etapas:

1ª etapa: Houve a coleta e a investigação de dados com as alunas concluintes do curso Técnico em Administração do Proeja do Campus Engenho Novo II, com vistas a entendermos as dificuldades de leitura e o seu perfil. Dos 19 (dezenove) alunos convidados, 6 (seis) participaram. O procedimento foi realizado através de entrevistas individuais por inferirmos que as dificuldades das alunas podem ser melhor compreendidas quando consideramos a sua realidade escolar. Para a realização das entrevistas individuais, utilizamos o questionário anexado no Apêndice B.

2ª etapa: A aplicação das oficinas de leitura ocorreu através de encontros individuais/semanais, os quais tiveram a duração de 1h e 20min. Utilizamos a obra de Carolina Maria de Jesus, “Quarto de Despejo- Diário de uma favelada” diante da perspectiva da própria autora, mulher preta, mãe solteira, catadora de papel, morando em favela na década de 50. A obra apresenta os costumes de seus habitantes, a violência, a privação, a politicagem, o preconceito, a marginalização dos pretos e pobres, o alto preço dos produtos alimentares básicos, a fome e as complicações para se obter comida. Fatos tão contemporâneos, apesar do passar do tempo, demonstram que a realidade de quem vive na miséria não teve mudanças significativas. Analisamos fatos pretéritos em conjunto com eventos presentes. Ao longo da realização das oficinas, percebemos que os 5 (cinco) encontros pensados inicialmente eram insuficientes e por essa razão ampliamos o quantitativo de oficinas para o mínimo de 14 (quatorze), as quais também foram estendidas conforme o desenvolvimento do trabalho e acompanhamento das estudantes. Duas participantes se fizeram presentes em 16 (dezesesseis) oficinas, uma aluna em 15 (quinze) encontros e 3 (três) delas em 14 destes. Como a pesquisa esteve sempre avançada, tivemos tempo hábil de expandi-las e aperfeiçoá-las, tendo em vista que a pesquisadora exerce suas funções no lócus investigado, além de acompanhar a turma, como sinalizado na breve apresentação da pesquisa.

3ª etapa: Avaliação do produto adotou a técnica de entrevistas com perguntas semiestruturadas articulando perguntas fechadas e abertas onde as participantes puderam tecer comentários e opiniões sem ficarem atreladas aos simples questionamentos. As apreciações pelas alunas foram individuais, a fim de que pudessem se expressar mais livremente sem receio de serem julgadas ou intimidadas pelas demais, diminuindo a possibilidade de se sentirem constrangidas. As perguntas da avaliação se encontram no Apêndice C.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Conhecendo o perfil das participantes da pesquisa

No que diz respeito à faixa etária, as estudantes participantes da pesquisa, todas do gênero feminino, possuem entre 18 e 76 anos. Todo o grupo era composto por moradoras das favelas que ficam no entorno do lócus da pesquisa, o Colégio Pedro II. São elas: Complexo do Lins, Morro dos Macacos, Rato Molhado, Morro do São João e a Comunidade do Céu Azul).

Todas as participantes cursaram a modalidade integrada e não possuíam o ensino médio. Tal modalidade prevê cursos em que o ensino médio é realizado em conjunto com a formação técnica. Por isso, para se candidatar a esses cursos, é necessário comprovar a conclusão do ensino fundamental ou equivalente na data da matrícula. Em conformidade com Ramos (2008), a modalidade integrada possibilita uma educação continuada, oferecendo aos jovens e adultos uma chance de conseguirem uma formação profissional que permita a ampliação de oportunidades, além de viabilizar a inserção no mundo do trabalho.

Os dados referentes à vida profissional das participantes (Figura 3) confirmam a desigualdade social e a falta de oportunidade aos mais carentes, pois, 2 das alunas declararam estar aposentadas, 3 estão desempregadas (a única fonte de renda são os R\$ 100,00 fornecidos pelo colégio para alunos frequentes) e 1 declarou o trabalho informal.

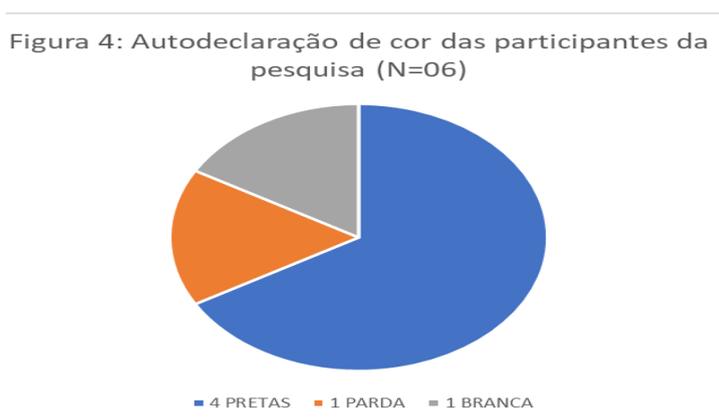
Figura 3: Situação profissional das participantes da pesquisa (N=06)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Para que possamos compreender a desigualdade social e que a exclusão tem cor, raça e lugar dentro do Proeja, vejamos o gráfico onde as participantes autodeclararam sua cor (Figura 4), conforme os parâmetros do IBGE. 4 (quatro) participantes se declararam pretas, 1 (uma) branca e 1 (uma) parda.

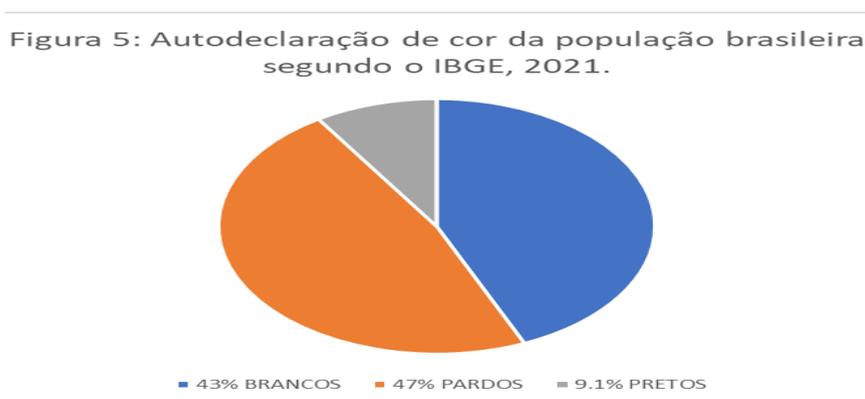
Figura 4: Autodeclaração de cor das participantes da pesquisa (N=06)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Ao analisarmos a autodeclaração de cor das participantes com os dados da população brasileira, verificamos a cor do Proeja, a cor da favela, a cor do desemprego, a cor da exclusão. Trata-se de um público predominantemente preto/pardo. Ressaltando que o IBGE pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração (Figura 5). Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2021, 43,0% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos.

Figura 5: Autodeclaração de cor da população brasileira segundo o IBGE, 2021.



Fonte: IBGE, 2021

5.1.2. Relatos para a escolha do curso e do Campus Engenho Novo II

Com relação à escolha do curso e do Campus, tivemos as seguintes respostas:

P6: *“Eu criei meus 7 filhos e 4 netos. Nunca pude estudar porque tinha que ajudar em casa. Minha mãe falava que mulher não precisava estudar, que era só se casar com um bom marido para resolver a vida. Formei uma filha professora que me ensinou a ler e me deu forças para eu estar aqui porque também é perto de casa. Eu sempre quis ser administradora e terminei administrando minha casa. Melhor estar na escola que ficar em casa limpando e cozinhando porque aqui eu venho conversar e aprender com meus professores. Eu já sou aposentada mesmo.”*

P5: *“Eu sou aposentada. Trabalhei mais de 20 anos na mesma casa cuidando dos filhos da minha patroa e deixando minhas filhas com minha irmã. Minhas duas filhas são formadas e me inscreveram aqui para “mim” estudar e manter minha cabeça ativa. Nesse curso tinha mais vagas e foi mais fácil de entrar. A mais velha passou num concurso de professora e me ajuda muito. A mais nova está estudando para concurso também. São duas meninas de ouro. Eu venho a pé de casa porque eu moro ali, na rua da feira. É só subir o morrinho. Já tenho uma idade e andar é bom, sabe?! Eu gosto muito de estudar porque os professores são muito bonzinhos e aqui eu janto também. A comida é gostosa e ainda ganho cem reais.”*

P4: *“Eu estou desempregada tem maior tempão. Não arrumo nem faxina. Eu dependo desse auxílio que a escola me dá porque me ajuda muito. Tentei o auxílio do Bolsonaro, mas não consegui, acho que é porque eu tenho nome sujo. Meu marido faz bico para botar comida em casa. Eu tenho 2 meninos que vivem com o pai deles porque o meu marido não gosta deles. Estou estudando para tentar um emprego de carteira assinada. É meu sonho acordar cedo, me arrumar e sair para trabalhar no escritório. Acho chique “se arrumar”, botar uma roupa chique e ir trabalhar para poder comprar as minhas coisinhas. Eu queria ficar bonita, botar unha e botar minhas tranças, mas não tenho dinheiro. Às vezes bate um desespero porque eu sou “correria”, não me falta disposição. Eu só queria trabalhar mesmo. Eu escolhi aqui porque a porteira da escola me disse que tinha vaga e que era só “se” inscrever.”*

P3: *“Eu moro com a minha filha e com meu genro porque não trabalho e não tenho como pagar um quartinho. Mataram meu marido tem 4 anos, tive que sair “voada” lá da*

Providência, só com a roupa do corpo e meus documentos. Ali no “Rato” tem um quartinho de 250 reais que não precisa pagar nem água e nem luz. Eu queria morar sozinha num quartinho porque meu genro é muito ignorante e quando ele bebe gosta de jogar as coisas na cara dos outros. Fica agressivo com minha filha e com as crianças”. Eu escolhi o curso de Administração porque é bonito e quem sabe um dia eu” consigo” um trabalho num escritório bonito lá no Centro do Rio. A escola fica perto de casa e eu fiz muitos amigos aqui. Quando eu estou na escola parece que eu voltei no tempo, eu me sinto feliz.”

P2: *“Estou procurando um trabalho e acho que fica mais fácil com o diploma do Pedro II. Meus vizinhos me acham inteligente porque estudo aqui e saio de casa sempre de uniforme limpo e passadinho. Fiquei muito tempo longe da escola porque tive que trabalhar para sustentar meus irmãos. Minha mãe fugiu com o marido da minha tia quando eu era mocinha e eu tive que cuidar deles porque eu sou a mais velha. Assim, sabe... eu não me arrependo de ter cuidado dos meus irmãos porque eles me ajudam hoje em dia. Todo mundo de família. Ninguém está envolvido com parada errada. O mais novinho passou pra Uerj e conseguiu um estágio e me ajuda. Ele é um moço tão bom. Por isso eu voltei a estudar, para melhorar de vida. Foi ele quem me trouxe para estudar aqui. Ele passou em frente à escola e viu um papelzinho ali no portão “falando” que tinha vaga. Aqui é perto de casa e eu tenho o cartão de graça para passar no ônibus e o dinheiro da bolsa que me ajuda muito. A comida da Dona X é muito gostosa também.”*

Esclarecemos que a Dona X é a senhora terceirizada que faz as refeições dos alunos da escola. Por cozinhar divinamente é diariamente elogiada pelos alunos.

P1: *“Eu trabalho de camelô ali no Méier. Trabalhar de carteira assinada é tudo. Vou ter férias, décimo terceiro, horário para entrar e sair. Não é mole não aturar essas pessoas, tá?! “Elas vêm tudo mandada, esculachando o trabalhador.” Estou estudando aqui porque minha mãe é ex aluna e me indicou para o mesmo curso que ela fez. Os cadernos da minha mãe são “tudo lindo” e eu estudo por eles.*

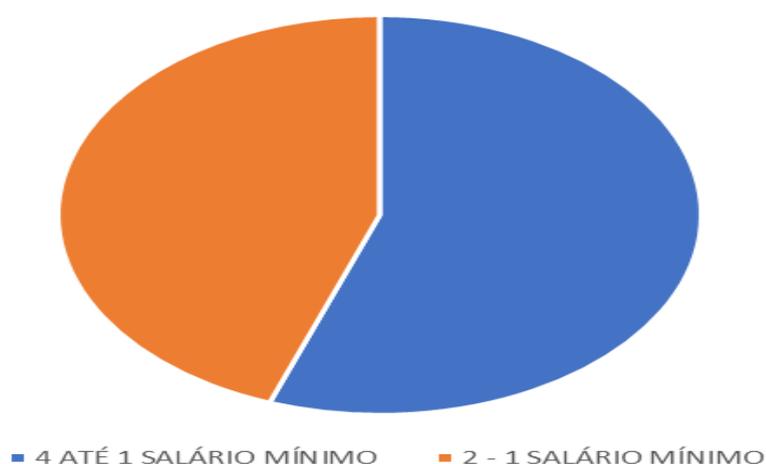
Com esses relatos percebemos que as alunas não conhecem quais são as atribuições de um Técnico de Administração. Associam o curso à labuta dentro de um escritório. Em relação à renda (Figura 6) das 6 (seis) participantes, 2 (duas) recebem 1 (um) salário mínimo da aposentadoria; 4 (quatro) até 1(um) salário mínimo. Expondo que

três participantes não possuem renda, tampouco conseguem trabalho informal, sobrevivendo através de ajuda de terceiros e com o auxílio de 100 reais fornecidos pela escola.

Faz-se necessário pontuar que, segundo dados do IPEA (2022), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a renda média habitual real do brasileiro é de R\$ 2.652, no segundo trimestre de 2022, ou seja, 3 (três) das nossas participantes recebem menos da metade desse valor e as outras 3 (três), apenas o auxílio escolar de cem reais por mês, passando por muitas dificuldades e privações, deixando em evidência a desigualdade social. As mais vulneráveis sinalizaram que o jantar fornecido pela escola diminui as despesas em casa.

Figura 6: Renda mensal das participantes (N=06)

Figura 6: Renda mensal das participantes (N=06)

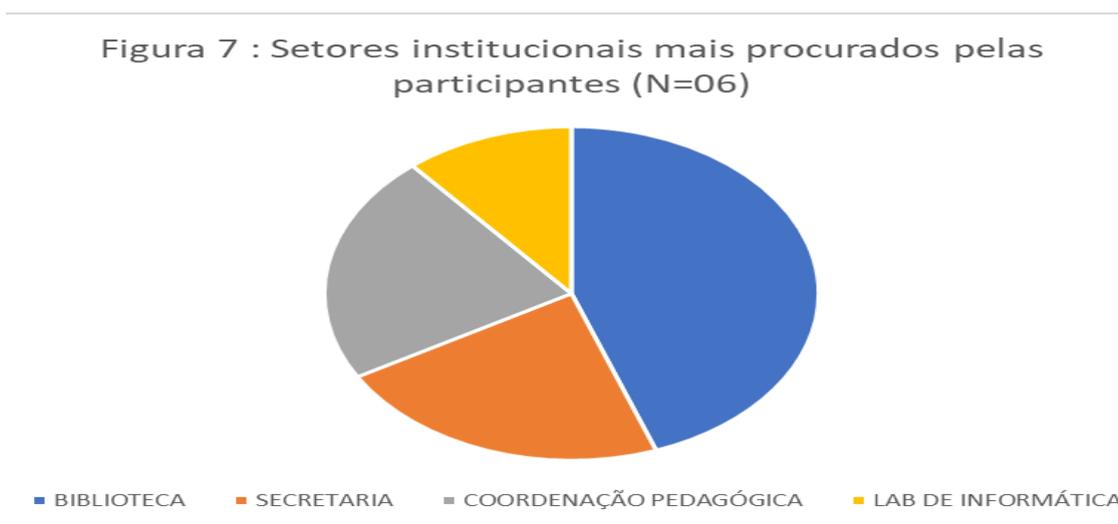


Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Ao aplicarmos o questionário para conhecermos o perfil das participantes, observamos que os setores institucionais (Figura 7) mais utilizados por elas possuem uma relação direta vinculada ao cotidiano discente. A biblioteca, pelo seu gigantesco acervo de livros, pela estrutura informatizada, ambiente climatizado, pouco barulho, etc. permite um espaço de acolhimento que facilita os estudos das discentes. A secretaria foi o segundo setor mais votado, já que é por lá que as estudantes resolvem suas pendências em relação às notas, faltas, justificativas de ausências, segundas chamadas, matrículas e renovações de matrículas, entrega e solicitação de documentos e as datas para o recebimento das bolsas. O terceiro mais votado foi a

Coordenação Pedagógica que ampara os alunos nas questões de dificuldades pedagógicas, que conversa sobre notas, que mitiga eventuais conflitos. O quarto foi o laboratório de informática, local em que as alunas podem utilizar a rede para realizar suas pesquisas, ler notícias sobre assuntos ligados ao mundo.

Figura 7 : Setores institucionais mais procurados pelas participantes (N=06)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

5.2 Aplicação das oficinas de leitura.

A aplicação das oficinas de leitura ocorreu através de encontros individuais/semanais, os quais tiveram a duração de 1h e 20min. Utilizamos a obra de Carolina Maria de Jesus, “Quarto de Despejo- Diário de uma favelada” diante da perspectiva da própria autora, mulher preta, mãe solteira, catadora de papel, morando em favela na década de 50. A obra apresenta os costumes de seus habitantes, a violência, a privação, a politicagem, o preconceito, a marginalização dos pretos e pobres, o alto preço dos produtos alimentares básicos, a fome e as complicações para se obter comida. Fatos tão contemporâneos, apesar do passar do tempo, demonstram que a realidade de quem vive na miséria não teve mudanças significativas. Analisamos fatos pretéritos em conjunto com eventos presentes.

Quadro 1: Exposição das oficinas de leitura

Sujeitos da pesquisa	Concluintes do Curso Técnico em Administração PROEJA.
Local	Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II.
Alunas participantes	6 concluintes.
Faixa etária das alunas participantes	18 anos à 76 anos.
Tempo de duração das oficinas	1h 20m.
Quantidade de encontros individuais	P1 - 14 encontros; P2 - 14 encontros; P3 - 14 encontros; P4 - 15 encontros; P5 - 16 encontros; P6 - 16 encontros.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Para que pudéssemos conhecer individualmente as nossas participantes, utilizamos o instrumento de coleta que se encontra no Apêndice B. Assim, o questionário utilizado com as 6 (seis) participantes (P1, P2, P3, P4, P5 e P6) que aceitaram o nosso convite, com questões fechadas e abertas, permitindo a identificação de suas práticas de leitura e preferências revelaram que:

Quadro 2: Identificação das práticas de leitura

	P1	P2	P3	P4	P5	P6
Idade	18	37	48	64	72	76
Possui celular/ tablet/ note?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quais atividades realiza pela internet?	Jogos/ redes sociais/ Escutar música/ Assistir filmes	Jogos/ redes sociais/ Trabalhar ou buscar notícias sobre o trabalho	Redes sociais/ sites de relacionamentos	Redes sociais/ família/ Assisto vídeos recomendados pelos meus professores	Redes sociais/ família/ Assisto vídeos recomendados pelos meus professores.	Redes sociais família/ Assisto vídeos recomendados pelos meus professores.
Quais atividades de leitura realiza pela internet?	Notícias pelo Instagram e WhatsApp	Notícias pelo Instagram e WhatsApp	Whatsapp (grupo de familiares, amigos e escola)	Whatsapp (grupo de familiares, amigos e escola)	Whatsapp (grupo de familiares, amigos e escola)	Whatsapp (grupo de familiares, amigos e escola)

Aprecia a leitura?	Não	Às vezes	Às vezes	Sim	Sim	Sim
Prefere textos impressos ou digitais?	Digitais	Impressos	Impressos	Impressos	Impressos	Impressos
Quantos livros leu nos últimos 3 meses?	Zero	Zero	Zero	Zero	Um (culinária)	Um (Livro didático)
Considera esse número suficiente?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Motivos para não ler com habitualidade	Não gosto	Trabalho e tenho filhos/falta de tempo	Cansaço/às vezes não entendo o que estou lendo	Falta de concentração/cansaço	Cansaço/Dificuldade de ler	Cansaço/Leio devagar
Compreende o que são textos verbais e	Não	Não	Não	Não	Não	Não

não verbais?						
Forma de acesso aos livros	Internet / escola	Apenas na escola	Apenas na escola	Apenas na escola	Parentes/ escola	Apenas na escola
O que a leitura significa para você?	Só leio porque sou obrigada.	A leitura é uma atividade cansativa	A leitura é uma atividade cansativa	A leitura traz conhecimento	A leitura traz conhecimento	A leitura traz conhecimento

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Através das respostas obtidas, percebemos que aquelas de maior idade, apesar de não terem o hábito da leitura, compreendem a sua relevância e a apreciam, enquanto a mais jovem informou que não enxerga a sua necessidade. Como vimos, tivemos respostas como: “Só leio porque sou obrigada.” Em contrapartida, temos a escola, predominantemente, como fonte de acesso aos livros

Outro dado preocupante está relacionado às fontes de leitura. O whatsapp se fez presente em todas as respostas, ou seja, a possibilidade de notícias falsas serem propagadas é alta. Por isso, trabalhamos também, durante as oficinas, com a necessidade de procurarmos informações em fontes confiáveis.

5.3 O acesso à leitura como ferramenta para formação integral e leitura crítica: a experiência das oficinas no Proeja

As oficinas de leitura, amparadas na obra de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, Diário de uma favelada, propuseram contribuições dentro de uma perspectiva de formação integral, bem como pelo desenvolvimento crítico da leitura das participantes.

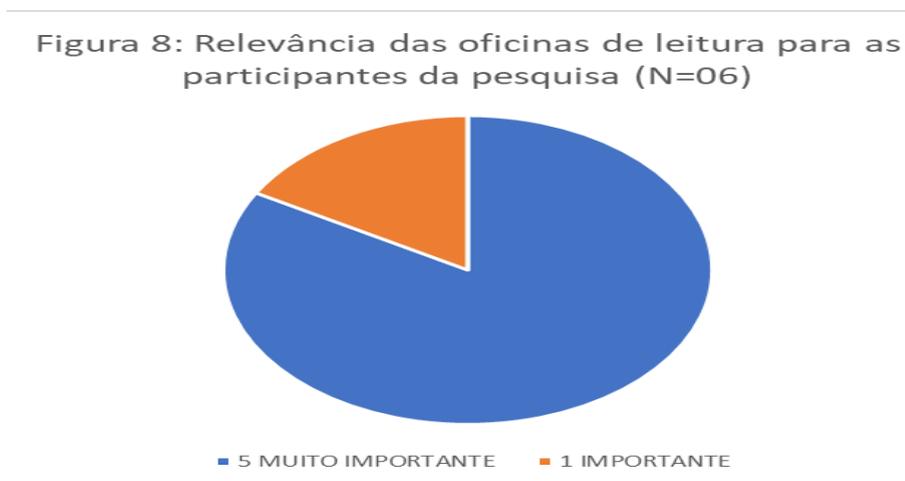
É bem evidente que foi um trabalho complexo, pois ocorreu de maneira individual com a finalidade de evitar constrangimentos ou inibições durante e após sua realização. Foi moroso, quando comparamos com o coletivo. Seria muito mais fácil se colocássemos todas juntas numa mesa e aplicássemos o produto, mas não fizemos dessa forma porque a preocupação com o bem estar das concluintes sempre foi um dos principais interesses nesta pesquisa, tendo em vista que 3 (três) alunas têm idade superior a sessenta anos. Sinalizamos que tivemos muito tempo para levantar dados, desenvolver o produto, a pesquisa, aplicar e avaliar porque, como explicado na apresentação, a pesquisadora acompanha os alunos do Proeja no lócus da pesquisa. Portanto, houve a possibilidade de fazermos diversos ajustes, principalmente em relação ao número de oficinas individualmente ofertadas e a duração dos encontros.

Desse modo, as oficinas de leitura dispuseram de características singulares que as tornam uma excelente opção para trabalharmos assuntos tão rotineiros e presentes em nosso cotidiano. Características como a flexibilidade para sua realização e ajustes, seu formato mais dinâmico orientado para a leitura de mundo das participantes, criando um ambiente facilitador de reflexões e discussões.

A oficina se caracteriza como uma estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá. Pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências práticas, enfim vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 96)

Na realização das oficinas, participaram 6 (seis) concluintes que compartilharam suas opiniões sobre a relevância das oficinas de leitura (Figura 08), através das perguntas constantes no Apêndice C. 4 (quatro) consideraram muito importantes e 2 (duas) importantes. Nenhuma delas considerou a oficina sem importância, mesmo que a mais jovem tenha afirmado, na coleta de dados, que “só lia porque era obrigada!”. Todas as alunas sinalizaram que leem pouco e que não consideram suficiente suas práticas de leitura. 4 (quatro) das 6 (seis) participantes explicaram que o cansaço é um fator impeditivo da leitura. Vejamos, então, a seguinte representação gráfica:

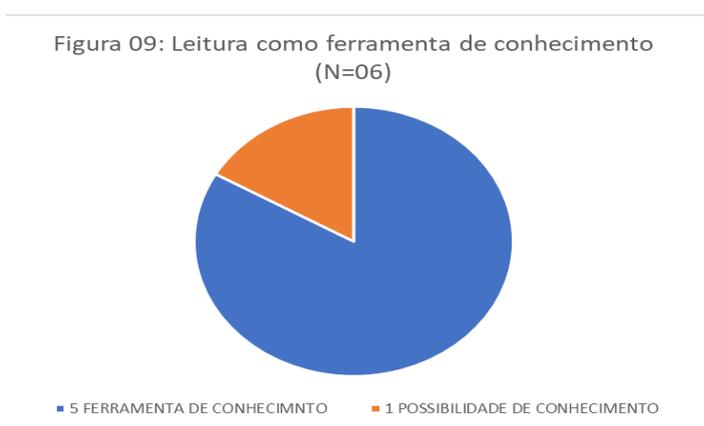
Figura 8: Relevância das oficinas de leitura para as participantes da pesquisa (N=06)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Outro fator que nos chamou a atenção foi a possibilidade da leitura como ferramenta de conhecimento (Figura 09). 5 (cinco) participantes consideraram que a leitura é uma ferramenta de conhecimento e 1 (uma) como uma possibilidade. Vejamos o seguinte gráfico com as impressões fornecidas:

Figura 09: Leitura como ferramenta de conhecimento (N=06)



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Figura 10: Encontros com as participantes.

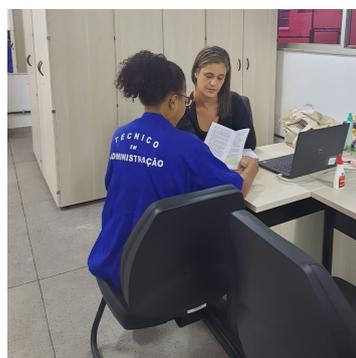


Foto: Foto: Aplicação da 2ª oficina (Tema específico: Violência doméstica/ Desigualdade social)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe uma inspiração à leitura baseada na obra de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo- Diário de uma favelada. A proposta de realizar as oficinas de leitura surgiu mediante a percepção das dificuldades dos concluintes, além da necessidade de criarmos novas estratégias para a formação de leitores críticos, para além dos muros da escola.

Formar leitores críticos e participativos não é tarefa fácil e formar leitores letrados pode ser ainda mais desafiador dentro de uma realidade que segrega a população mais carente, aquela que habita as favelas e que continua sendo esquecida pelo Poder Público. Infelizmente, uma grande maioria dos discentes, ao findar o Ensino Médio, apesar de estarem supostamente alfabetizados, ainda não conseguem construir as habilidades de compreensão de textos mais complexos . De tal maneira, a escola poderia ser o lugar de somar esforços em prol da formação de estudantes letrados e conscientes de seu papel no mundo. Pessoas capazes de participar ativamente dos processos existentes de nossa sociedade e que não fiquem alheios a ela.

Foi diante dessa realidade, de propor um experimento de estímulo à leitura, que nossas oficinas foram idealizadas, já que as nossas participantes não cultuavam o hábito da leitura de livros. Liam o material didático usado durante suas aulas por solicitação dos professores e todas elas tinham acesso a notícias apenas pelas redes sociais. Logo, a escola se torna o lugar fundamental, senão o único em que as práticas de leitura acontecem.

A experiência vivida dentro do Mestrado Profept através da realização das oficinas de leitura foi majestosa e absolutamente humana, pois nos permitiu conhecer de perto o nosso público e suas condições de vida tão desafiadoras. Perceber o engajamento de participantes, o brilho no olhar ao ler e compreender assuntos rotineiros, além dos problemas sociais que se repetem ao longo das décadas e que passam de geração em geração foi o que tornou a realização desse trabalho tão única. O comprometimento com os horários e com os encontros realizados. A dedicação de cada uma delas, só nos fazem agradecer por essa oportunidade tão significativa.

A aplicação das oficinas de leitura foi um aprendizado onde conseguimos perceber de perto a desigualdade social, o preconceito, os sonhos de muitos que ficaram pelo

caminho. Enxergamos que a exclusão tem endereço, tem cor e que ocupa as cadeiras nas turmas do Proeja.

Salientamos que desde o deferimento pelo CEP, até a finalização da última etapa desse trabalho, a pesquisadora e sua orientadora trabalharam intensamente e incansavelmente, somando esforços para contribuir com uma pesquisa pautada na ética. Sempre atentas aos prazos, mas sobretudo, dedicando-se conjuntamente pela qualidade na finalização de cada uma das etapas desenvolvidas, além de cuidarem de questões tão singulares, como a apresentação do Projeto à banca examinadora.

A análise das oficinas de leitura demonstrou que é urgente continuarmos com essa prática de levar conhecimento e momentos prazerosos aos nossos alunos. Muitos destes precisam apenas de uma orientação, de um espaço e uma oportunidade de desenvolvimento para que consigam desfrutar da prática da leitura.

A proposta das oficinas para contribuir com uma leitura crítica e reflexiva foi bem aceita pelas participantes, inclusive pela aluna que afirmou que “só lia por obrigação” e que informou no início que “não gostava de ler”. Vivenciamos a adesão de cada uma delas. Algumas com a idade bem avançada, todavia, sempre dispostas em participar e fazer parte dessa realização. Apesar da evidente falta de prática da leitura por parte delas, conforme declarações fornecidas à pesquisadora, durante a aplicação dos questionários individuais, não percebemos dificuldades em desenvolver o nosso produto, baseado na obra literária de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, Diário de uma favelada, pois dentro da obra os assuntos são tão reais, tão vivenciados por todos, facilitaram a compreensão e participação das nossas colaboradoras.

Nossa pesquisa procurou desvendar que é possível e viável a realização de projetos institucionalizados que estimulem a leitura, amparados na leitura de mundo e conhecimentos das próprias participantes. Quando utilizamos assuntos de conhecimentos coletivos como preconceito, exclusão, violência doméstica, falta de oportunidades, fome, desigualdade, preços de alimentos, possibilitamos que o aluno forneça seu ponto de vista e compartilhe sua realidade. Os ambientes escolares carecem de formar leitores autônomos e para que a educação possa dar um salto de qualidade, por isso é imperioso priorizar a leitura crítica e reflexiva como fonte de conhecimento e formação integral do ser humano.

7- REFERÊNCIAS:

ANASTASIOU, L.C. ALVES, L.P. (org.). **Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3. ed. Joinville, SC: Editora Univille, 2004

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 9. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite: do trabalho para EJA : itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, C. M. M. **A recusa da “raça”: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos de 1830**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 297-320, jul./dez. 2005.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. **Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica**. Boletim Técnico Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p.48-67, ago. 2013.

BENTO, M. A. S. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a. p. 25-58.

BENTO, M. A. S. **Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro**. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b. p. 147-162.

BENTO, M. A. S. **Branquitude e poder - a questão das cotas para negros**. 2011. Disponível em: geledes.org.br. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 de abril de 2022.

_____. **Constituição Federal da República do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 17 de maio de 2022.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 17 de fevereiro de 2023.

_____. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. **Instituiu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos -PROEJA.** Brasília-2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm>. Acesso em 18 de abril de 2022.

_____.Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm>. Acesso em 03 de maio de 2022.

_____. Decreto – Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

CIAVATTA, M. **Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos?** Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>>. Acesso em 07 de abril de 2022.

CINTRA, A. M. M.; PASSARELLI, L. G. **Português para fins específicos: retomando a análise de necessidades.** In: ZOZZOLI, R.M.D. (Org.). Leitura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística: número temático: Ensino de Língua

Portuguesa: Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Faculdade de Letras. Maceió: EDUFAL

DELLA FONTE, S. S. **Formação no e para o trabalho**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 2, n° 2. Vitória: IFES, 2018, p. 6-19. Disponível em: <<http://ojs2.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1221/709>> Acesso em 19 de junho de 2022.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

FAILLA, Z. (Org.) **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FERNANDEZ, R. **Percursos de uma poética de resíduos na obra de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo. Editora Unesp, 2008.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. – São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. **Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 82, p. 93 -130, abril 2003. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2021.

FRIGOTTO, G, CIAVATTA, M e RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: Educação e Sociedade. Campinas: Cortez, vol.26, n.92, out. 2005

GADOTTI, M. ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 7. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007 (Guia da escola cidadã: v. 5)

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIORDANI, E. M. RAMBO, M. C. **Leitura como instrumento de construção do sujeito histórico**. Revista Latino-Americana de História. Vol. 2, nº. 6. 2013 p.1145-1158.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016
- IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social no processo capitalista de produção. Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo, Cortez, 2001.
- JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**. 8 ed. São Paulo: Ática,2000.
- KATO, M. A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.
- KLEIMAN, A. B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. In: Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.
- KUENZER, A. Z. **Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada**. Reunião Científica Regional da ANPED – XI ANPED SUL. Curitiba/PR, 2016. p. 1 – 22. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educacao-e-Trabalho.pdf>>Acesso em: 15 de abril de 2022.
- LAKATOS, E.M; MARCONI; M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. -São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MOLL, J. **PROEJA e democratização da educação básica**. In: MOLL, Jaqueline (org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. 1ª edição.Coleção Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.
<<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-doc-ente-na-educacao-profissional-dante-moura>>Acesso em: 02 de julho de 2022.

PASSARELLI, L. G. **Ensino e correção na produção de textos escolares**. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1ª edição. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

SILVA, V. M. T. **Leitura Literária e outras leituras: impasses e alternativas no trabalho do professor**. 1ª ed. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

SOARES, M. **Letramento e escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.) Letramento no Brasil: reflexões a partir do ENAF 2001. São Paulo: Global, 2012.

SOUZA, W. Biografia de Carolina de Jesus. <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/carolina-maria-jesus.htm>. Acesso em 14 de março de 2021.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Trad. Claudia Schilling. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZANETTE, M. S. **Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017

APÊNDICE A
Produto Educacional

OFICINAS DE LEITURA NO PROEJA: FORTALECIMENTO DA LEITURA CRÍTICA E FORMAÇÃO INTEGRAL COM O LIVRO QUARTO DE DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA, DE CAROLINA MARIA DE JESUS.

Carolina Maria de Jesus referência da literatura brasileira e da comunidade negra - (crédito: Arquivo Nacional)



Elaborado por: Thais Marinho da Silva

TÍTULO ORIGINAL: OFICINAS DE LEITURA NO PROEJA:
FORTALECIMENTO DA LEITURA CRÍTICA E FORMAÇÃO INTEGRAL COM
O LIVRO QUARTO DE DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA, DE
CAROLINA MARIA DE JESUS.

AUTORAS: Thais Marinho
Gabriela Ventura da Silva

E-mail: thaisjurista@yahoo.com.br / gabriela.silva@ifrj.edu.br

Essa obra foi organizada e produzida em janeiro de 2023. Trata-se de um produto educacional sem direito à venda. Todos os direitos desta obra são reservados às autoras. As fotos fazem parte do acervo da presente pesquisa e foram usadas com o absoluto consentimento de seus proprietários. Não podem ser utilizadas sem a permissão destes. As ilustrações foram extraídas da rede com suas devidas fontes, bem como dos dados obtidos ao longo da pesquisa realizada pelas autoras.

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL – PROFEPT

Portal nacional: <http://profept.ifes.edu.br/>

E-mail: profept.cmesq@ifrj.edu.br

Nome da instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ - Campus Mesquita

Diretora Geral do Campus: Cristiane Henriques de Oliveira

E-mail: dgcmesq@ifrj.edu.br

Direção de Ensino: Grazielle Rodrigues Pereira

E-mail: de.cmesq@ifrj.edu.br

Coordenação do curso: Michele Waltz Comarú

E-mail: profept.cmesq@ifrj.edu.br

Orientadora: Professora Doutora Gabriela Ventura da Silva do
Nascimento

E-mail: gabriela.silva@ifrj.edu.br

Mestranda: Thaís Marinho da Silva

E-mail: thaisjurista@yahoo.com.br

LOCAL DA ATIVIDADE

Nome da Instituição: Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II

Endereço do Campus: Rua Barão do Bom Retiro, 726, Engenho Novo, Rio de Janeiro, Cep: 20.715-003

Telefone: 3891-9417

Direção Geral do Campus: Eric Assis dos Santos

E-mail: cen2@cp2.g12.br

Direção Pedagógica do Campus: Luiza Araújo Jorge de Aguiar

E-mail: cen2@cp2.g12.br

Direção Administrativa do Campus: André Luiz Gomes da Costa Homem

E-mail: cen2@cp2.g12.br

Chefe do NAPNE: Fernanda Barroso Panaro

E-mail: napnecp2en2@gmail.com

Colégio Pedro II- Campus Engenho Novo



<https://www.cp2.g12.br/blog/engenhonovo2/files/2020/03/Campus-Engenho-Novo-II1-e1584575615682.jpg>

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Área de conhecimento: Ensino

Público-alvo: Alunas concluintes do PROEJA

Finalidade: Contribuir com a formação integral capaz de englobar a capacidade de leitura, reflexão, elaboração de crítica e contextualização através das oficinas de leitura baseadas na obra de Carolina Maria de Jesus, o quarto de despejo- Diário de uma favelada.

Registro do produto: Biblioteca do IFRJ – Campus Mesquita

Disponibilidade: Irrestrita, zelando pelo respeito à autoria do produto. Sendo terminantemente proibida a utilização comercial por terceiros.

Divulgação: Digital

Idioma: Português

Cidade: Mesquita

País: Brasil

Ano: 2023

Origem do produto: Desenvolvido durante o Mestrado em Educação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Informações complementares: Produto vinculado à dissertação: Oficinas de leitura baseadas no livro de Carolina Maria de Jesus “Quarto de despejo - Diário de uma favelada”: Contribuições para formação integral e leitura crítica no Proeja do Colégio Pedro II.

AGRADECIMENTOS



Agradeço à antiga Diretora, Carolina Medeiros que permitiu prontamente a pesquisa dentro da Unidade Escolar. Carol, muito obrigada mesmo!

Agradeço à minha chefia imediata, Fernanda Panaro, pela concessão da minha licença. Chefia de milhões!

Agradeço às queridas colegas que viabilizaram o meu afastamento, unindo esforços para que o trabalho desempenhado no setor não fosse prejudicado. Obrigada Anna Elisa, Dani, Juliane e Lú.

Agradeço à minha querida orientadora que esteve tão presente em todas as etapas e caminhos percorridos. Uma criatura divina que se dedicou incansavelmente pelo meu êxito ao longo do mestrado, bem como às professoras Maylta e Beatriz Brandão pelas contribuições no trabalho desenvolvido.

Obrigada aos amigos que me acompanharam nesta trajetória tão magnífica. Um abraço especial a Eduardo Seabra, Alexandre Ornelles e Dona Janete. Que o poderoso Deus abençoe enormemente a vida de cada um de vocês!

Thais Marinho

**Nosso projeto
envolveu a
parceria da Equipe
Napne do Colégio
Pedro II do
Engenho Novo II.
O apoio de todas as
servidoras foi
crucial para o bom
desenvolvimento
da pesquisa.**

PRIMEIRAS PALAVRAS

Olá, pessoal! Eu me chamo Thaís Marinho e sou Pedagoga no Napne do Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II. Acompanho alunos com necessidades específicas, sejam elas transitórias ou não, além de assistir alguns discentes do Proeja, os nossos participantes da pesquisa. No ápice da pandemia tive minhas atividades voltadas ao acompanhamento remoto e durante o contato com os estudantes do turno da noite (Proeja) percebi que a leitura e compreensão daquilo que era lido estava aquém do esperado. Alguns liam bem, mas não compreendiam, já outros, mal juntavam as sílabas e sequer formavam uma palavra. E assim surgiu a ideia deste produto educacional.

É de amplo conhecimento que a educação no cenário brasileiro é marcada pelo dualismo histórico, que infelizmente ainda se faz presente. De um lado, o ensino geral, destinado às elites, aos brancos. Do outro lado temos o ensino profissional, direcionado aos trabalhadores e filhos da classe trabalhadora, pardos e pretos. Filhos estes que precisam desde muito cedo contribuir com o sustento de seus lares. Essa falta de oportunidades equânimes está enraizada na constituição social, no racismo, na desigualdade social e histórica do nosso país.

O trabalho vinculado à educação profissional ainda é percebido como atividade inferior e até mesmo indigno, atrelado à escravidão. Qual a cor daqueles que atuam nas construções, em serviços de limpeza? Aqueles que ocupam as salas do nosso Proeja? Aqueles que são vítimas de violência, que moram nas comunidades/favelas, que sofrem com o ódio gratuito e que são alvejados diariamente única e exclusivamente pela cor da pele? Vamos perceber isso nas próprias palavras e depoimentos das nossas participantes.

Essa trajetória histórica dentro do Proeja, marcada por entraves, contrapontos, lutas, avanços, retrocessos e poucas transformações é a parte essencial para entendermos a história que continua sendo esquecida e negligenciada pelo Poder Público, tanto pela falta de uma legislação sólida, investimentos ou simplesmente deixada de lado no ambiente escolar, durante o percurso formativo dos estudantes, já que é interessante dentro da nossa sociedade capitalista que existam pessoas exploradas e alienadas.

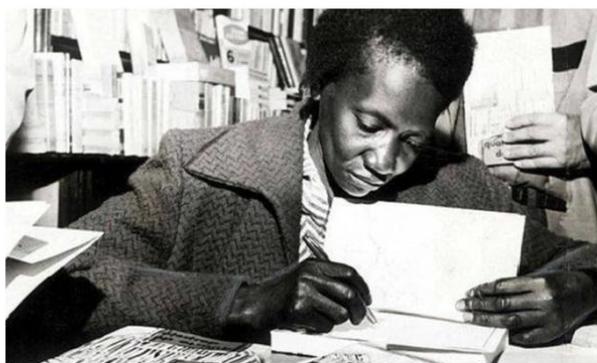
Assim sendo, na busca por uma educação omnilateral do ser humano, a pesquisa de dissertação "Oficinas de leitura baseadas no livro de Carolina Maria de Jesus "Quarto de despejo - Diário de uma favelada": Contribuições para formação integral e leitura crítica no Proeja do Colégio Pedro II." desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional ProfEPT-IFRJ-Campus Mesquita buscou meios para contribuir com a formação integral dos alunos concluintes do Proeja, Curso Técnico em Administração no Colégio Pedro II.



Desta forma, a realização das oficinas individuais com as alunas concluintes do Proeja, do Curso Técnico em Administração trouxe experiências relevantes no campo da educação, tendo em vista que a formação em todos os aspectos da vida deveria estar presente em todas as modalidades e instâncias de ensino.

As oficinas de leitura baseadas no livro de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo- Diário de uma favelada, trouxeram a possibilidade de diálogo com temas atuais narrados na obra literária que fazem parte do cotidiano das participantes, do seu conhecimento de mundo. Lembrando que as oficinas aconteceram de forma individual com o propósito de ampliar o diálogo com as concluintes, evitando pilhérias ou qualquer tipo de constrangimento e desconforto.

Escritora Carolina Maria de Jesus



Fonte: https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/04/carolina_maria_jesus.jpg

É claro que seguindo esse procedimento individual, a finalização do produto educacional foi mais morosa e muito mais humana. Conhecemos cada participante a fundo. Seus sonhos, realidades, vontades, conquistas, anseios, frustrações, temores etc. Algumas delas se emocionaram ao longo da oficina e compartilharam conosco suas experiências e junto com elas a nossa vontade de fazer mais projetos dentro da escola que sejam dotados de sentido para auxiliar o corpo discente no processo de desenvolvimento. É possível sim, fazermos e contribuirmos com a esperança por uma educação significativa, capaz de desenvolver o alunado em sua plenitude. Como bem afirmou Paulo Freire: “Num país como o Brasil manter a esperança viva é em si um ato revolucionário.”

Dentro dessa prática percebemos caminhos que poderão auxiliar para mitigarmos a formação exclusivamente técnica e certificatória que vislumbra apenas alimentar o mundo do trabalho. Percebemos a possibilidade de criarmos um espaço para reflexão, leitura, criticidade, usando a obra de Carolina como suporte para analisar as diversas realidades vividas e conhecidas ao longo das décadas. Problemas que permanecem os mesmos.

O desemprego, a fome, a desigualdade social, a violência, a inacessibilidade de compra dos brasileiros, o alto preço dos itens básicos de alimentação foram alguns dos assuntos específicos tratados em nossas oficinas.

O partilhar das observações ao longo da pesquisa é um pedido para pensarmos juntos como podemos construir ferramentas capazes de colaborar com o processo de educação, onde os sujeitos sejam plenamente ativos e participativos da vida em sociedade. E é isso que desejamos a todos.

Thaís Marinho
Professora Doutora Gabriela Ventura da Silva do Nascimento

SUMÁRIO



10

INTRODUÇÃO

12

PARTE 1-
INQUIETAÇÕES
INICIAIS

17

PARTE 2- CONCEPÇÕES
E FUNDAMENTOS

27

PARTE 3 - AS OFICINAS
DE LEITURA

40

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

42

REFERENCIAS

44

SOBRE AS AUTORAS

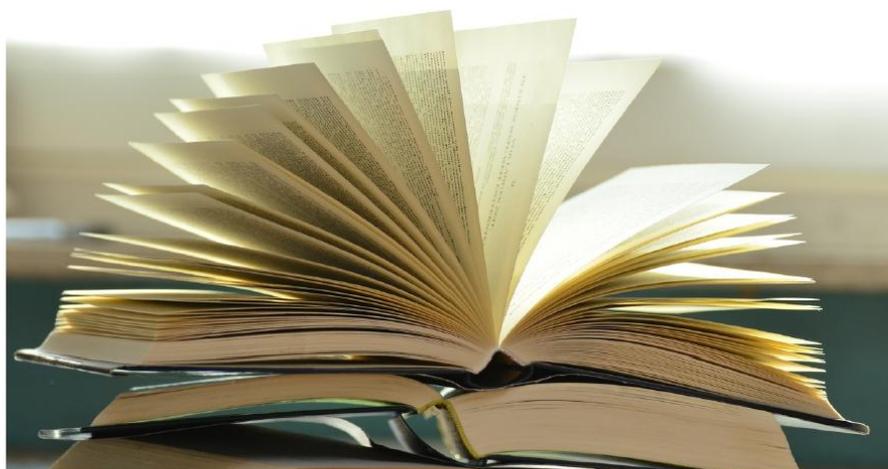
INTRODUÇÃO

Segundo a Agência do Brasil- Retratos da leitura no Brasil, o país perdeu nos últimos 4(quatro) anos, mais de 4,6 milhões de leitores. Entre 2015 e 2019, houve um decréscimo. De 56% para 52%. Entre os brasileiros, 48%, não leram nenhum livro há mais de 5 (cinco) anos, ou seja, dentre os mais de 213 milhões de pessoas, mais de 102 milhões estão dentro do percentual da não leitura.

Conforme os estudos da pesquisadora Failla (2020), a internet e as redes sociais são apontadas como motivadoras da queda da leitura. As pessoas, em seu tempo livre, usam demasiadamente as redes. Tal fato corrobora os dados da pesquisa realizada: as 6 (seis) participantes da pesquisa não leem. Alegam cansaço, falta de motivação ou simplesmente que a leitura não é apreciada. A fonte de suas informações são as redes sociais. O Whatsapp e o Instagram foram canais de informação mais sinalizados na coleta de dados. Por essa razão, desenvolvemos as oficinas de leitura com vistas a uma formação crítica e desenvolvimento integral das participantes.

Percebemos ao desenvolver deste Produto Educacional que todas alunas moram nas comunidades próximas à escola. Quatro delas se declararam pretas, uma se declarou parda e a outra, branca. Duas delas estão aposentadas e veem a escola como uma possibilidade de conhecimento e ocupação, três estão desempregadas e informaram que os cem reais fornecidos pelo governo aos alunos frequentes são sua única fonte de renda e uma trabalha informalmente. Todas precisaram abandonar a escola muito cedo para auxiliar os familiares. Assim, as oficinas que permitiram o início do desenvolvimento das habilidades comunicativas em situações de leitura, reflexão e fala, permitindo às alunas meios de contribuir com sua formação para além da escola, valorizando o seu aprendizado.

Conhecendo a importância da leitura e compreensão da informação lida para um bom desenvolvimento social dos alunos provocamos uma mudança, ainda que mínima, mas benéfica, capaz de proporcionar lazer e conhecimento. Estimular o desenvolvimento pessoal, profissional, intelectual, social e cultural foi um grande desafio.



Durante a aplicação do questionário: “Conhecendo o leitor” no Apêndice B da nossa dissertação, obtivemos respostas como: “Só leio porque sou obrigada!”, entretanto aplicando o questionário: “Avaliação das Oficinas de leitura.” a mesma participante que no início foi relutante, percebeu que a leitura poderia ser uma ferramenta de conhecimento. Que há fontes de informações seguras e que não podemos acreditar em toda e qualquer notícia que chega em grupos de família/amigos. Há a necessidade de verificarmos sua fonte. Portanto, percebemos uma grande mudança na postura das concluintes ao longo do desenvolvimento deste Produto Educacional.

Em conformidade com Freire (1997), o ato de ler não se esgota na decodificação da palavra escrita. A leitura não é mera decodificação de símbolos porque permite ao leitor ir além das marcas linguísticas. Assim, entendemos a leitura como uma relevante prática integradora, uma ação transformadora capaz de modificar a realidade.

Na perspectiva de Giordani (2013), o hábito de leitura no comportamento é capaz de possibilitar o desenvolvimento necessário à interpretação e produção de textos. Além de ser uma ferramenta para aquisição da linguagem. A leitura, então, permite a inserção do sujeito em seu contexto sócio-histórico, propiciando a construção do indivíduo crítico, capaz de modificar sua realidade dentro da sociedade. Assim, a luta pela inclusão e oportunidades igualitárias dos indivíduos na escola, assim como o direito à permanência e das condições de aprender e concluir os estudos com êxito escolar devem permanecer contínuos.

Outro ponto indispensável é a luta teórica e política sobre a concepção de educação que desejamos para as classes trabalhadoras. Uma educação que se baseie nos princípios do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como aportes primordiais da formação humana omnilateral foi o que almejamos na elaboração do nosso trabalho.



PARTE 1- INQUIETAÇÕES INICIAIS

IMAGEM: APLICAÇÃO DA 4ª OFICINA (TEMA ESPECÍFICO: DESIGUALDADE SOCIAL).



FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2022.

Leitura crítica e formação integral: pelo que lutamos

Emancipação humana: Conforme Della Fonte (2018) entendemos um novo arranjo social em que o ser humano é fim de si mesmo e não meio. Isto posto, não se trata de mera emancipação e sim de ordem integral do ser humano. Em oposição ao ser humano cindido pela divisão social do trabalho manual versus o trabalho intelectual, vislumbra-se o ser humano total, omnilateral, em todas as suas capacidades e faculdades.

**O nosso objetivo foi:
Apresentar oficinas de
leitura baseadas na obra
de Carolina Maria de
Jesus “Quarto de
despejo - Diário de uma
favelada” que possam
contribuir com a leitura
crítica e formação
integral para os
concluintes do Proeja.**

Formação integral: Segundo Ciavatta (2005) sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social.

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.



Leitura crítica: Gadotti (2007) explica que uma leitura pode ser considerada como crítica se o leitor consegue identificar no texto o contexto, as raízes daquilo de que fala o texto. É o oposto da leitura ingênua ou superficial. Não é apenas a leitura de “textos críticos”, dos textos que fazem o leitor compreender radicalmente o mundo. Leitura crítica supõe leitor crítico. Se o leitor for crítico, mesmo com um texto muito ruim, ele pode “fazer um bom trabalho”. O leitor crítico precisa superar a primeira leitura, interpretativa e compreensiva, para relacioná-la com uma certa totalidade relativa a um contexto muito maior. Essa habilidade crítica depende, sempre, de muita leitura e de uma formação geral ampla. A leitura crítica sempre leva à produção ou construção de um outro texto: o texto do próprio leitor.

Em conformidade com Freire (2000), não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho, pois o ato de ler não se esgota na decodificação da palavra escrita, já que a leitura não é mera decodificação de símbolos e sim uma reflexão e criticidade que permite ao leitor ir além das marcas linguísticas. Nesse sentido, temos a leitura como uma importante prática integradora, uma ação transformadora da realidade.

POR QUE REALIZAR AS OFICINAS DE LEITURA NO PROEJA?



- Desenvolver a leitura crítica;
- Contribuir para a formação integral para além dos muros escolares;
- Formar para a vida;
- Oportunizar momentos de reflexão;
- Valorizar a leitura de mundo do discente;
- Enfatizar a relevância dos hábitos de leitura;
- Organizar tempo e espaço com as práticas escolares;
- Investigar as fontes de informações;
- Mitigar o dualismo histórico dentro do cenário escolar;
- Propiciar práticas orais e letradas;

ONDE FORAM REALIZADAS AS OFICINAS DE LEITURA?



FONTE: [HTTP://WWW.CP2.G12.BR/BLOG/ENGENHONOVO2/](http://www.cp2.g12.br/blog/engenhonovo2/)

O Napne é o núcleo responsável pela Educação Especial dentro do colégio Pedro II com respaldo legal na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96, Art. 58). Assim é o imbuído de assistir aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Além de acompanhar aqueles que em razão de questões psicológicas e até mesmo vulnerabilidades sociais de caráter permanente ou temporário, venham a apresentar dificuldades na aprendizagem ou limitações acadêmicas.

As atribuições do Napne são correntes e seus esforços contumazes em todas as etapas e modalidades de ensino da instituição. Atendimentos pedagógicos, grupos de estudos, acompanhamentos individuais por docentes, oficinas fonoaudiológicas, acompanhamentos remotos especializados aos estudantes impossibilitados de frequentarem a escola por questões de saúde, como ferramenta de inclusão escolar, instrumentalizando e contribuindo para a permanência dos jovens no colégio, além da formação educacional integral.

As oficinas ocorreram no NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) do Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II com os alunos concluintes do Curso Técnico em Administração.

DE QUAIS MANEIRAS AS OFICINAS PODEM VIABILIZAR A FORMAÇÃO INTEGRAL E LEITURA CRÍTICA DENTRO DO PROEJA?

Levando em consideração que as oficinas foram realizadas com o suporte do livro de Carolina Maria de Jesus “Quarto de Despejo - Diário de uma favelada”, bem como o contexto dos sujeitos da pesquisa que moram em favelas próximas na escola (Engenho Novo), reparamos que apesar do passar das décadas, continuamos a vivenciar o processo de exclusão social retratado no livro Quarto de Despejo. Percebemos que os marginalizados pelo sistema de ensino em seu tempo adequado, dentro da faixa etária sinalizada pelas esferas educacionais têm cor, classe social e residem nas comunidades carentes.

Assim sendo, vislumbramos a possibilidade de trabalharmos o livro em conjunto com as próprias vivências dos alunos com os temas narrados por Carolina Maria de Jesus, os quais são dotados de sentido, já que fazem parte da realidade de muitos brasileiros. Proporcionamos momentos de leitura e reflexão dentro de uma perspectiva de formação integral que serão apresentados ao longo desse PE.

Durante as oficinas de leitura foram abordados vários temas como violência doméstica, fome, desigualdade social, política.

IMAGEM: APLICAÇÃO DA 11ª OFICINA (TEMA ESPECÍFICO: ALTA DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS).



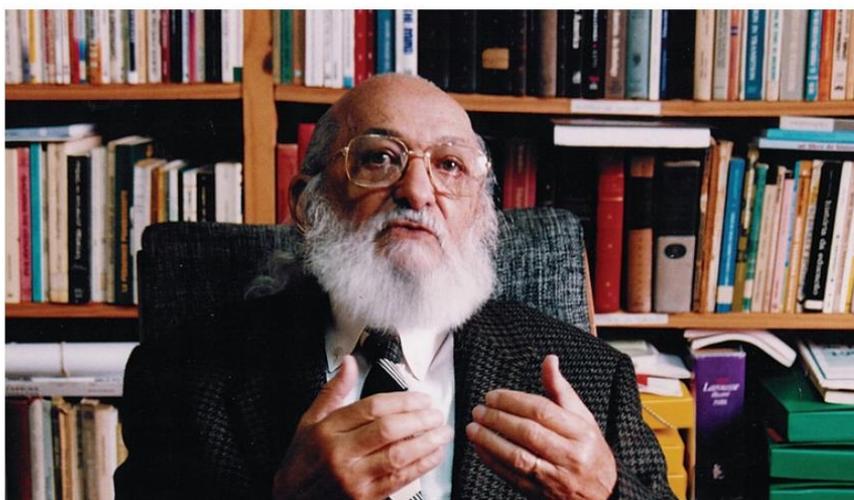
FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2022.



FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2022.

PARTE 2 – CONCEPÇÕES E FUNDAMENTOS

BASES TEÓRICAS



Fonte: <https://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia>

FREIRE (1997): Temas geradores; Leitura de mundo; Educação libertadora; Transformação da realidade.

FRIGOTTO/ CIAVATTA/ RAMOS/ DELLA FONTE (2012/2014/2018): Formação integral; Ensino Médio Integrado; Bases conceituais da EPT; Omnilateralidade; Trabalho histórico/ontológico; Emancipação humana.

FOUCAMBERT (1994)/ GIORDANI (2001): Leitura.

GADOTTI (2007): Leitura crítica; Formação de indivíduos; Formação do leitor.

KLEIMAN (2022): Oficinas de leitura e interpretação; Planejamento e realização das oficinas.

MARX (1984) / IAMAMOTO (2001): Trabalho.

MOLL (2010): Proeja.

BREVES CONCEITOS

Leitura: É o único meio para alcançar a democracia e o poder individual. Assim, tornar a leitura objeto de estudo é urgente para o avanço da educação, considerando que o hábito de ler contribui para a vida escolar e em sociedade. (FOUCAMBERT, 1994).

O hábito de leitura no comportamento é capaz de possibilitar o desenvolvimento necessário à interpretação e produção de textos, além de ser uma ferramenta para aquisição da linguagem. A leitura, então, permite a inserção do sujeito em seu contexto sócio-histórico, propiciando a construção do indivíduo crítico, capaz de modificar sua realidade. (GIORDANI, 2013).

Imagem: Aplicação da 11ª oficina (Tema específico: alta dos preços dos alimentos)



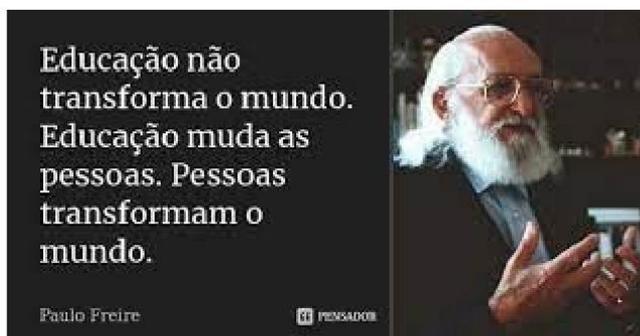
Fonte: Dados da Pesquisa. 2022

Leitura Crítica: Uma leitura pode ser considerada como leitura crítica se o leitor consegue identificar no texto o contexto, as raízes daquilo de que fala o texto. É o oposto da leitura ingênua ou superficial. (GADOTTI, 2007).



Fonte: Dados da Pesquisa. 2022

Transformação da realidade: O ato de ler não se esgota na decodificação da palavra escrita, já que a leitura não é mera decodificação de símbolos e sim uma reflexão e criticidade que permite ao leitor ir além das marcas linguísticas. Nesse sentido, temos a leitura como uma importante prática integradora, uma ação transformadora da realidade. (FREIRE, 2000).



Educação Profissional e Tecnológica: Trata-se de uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cuja finalidade precípua é preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade, de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. (MEC, 2020).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pode ser compreendida conforme a dualidade acadêmica e prática em relação ao seu propósito. Moura (2014) explicita os lados dessa dualidade com a apresentação de dois projetos educacionais vigentes. De um lado, o projeto hegemônico que alimenta os interesses do mercado de trabalho dentro de uma formação direcionada à qualificação profissional que atenda o desempenho de uma função dentro de um estabelecimento.

Do outro lado, o projeto societário com foco no sujeito, visando uma formação omnilateral, capaz de unir trabalho, ciência, tecnologia e sociedade dentro de uma perspectiva de formação integral. Por conseguinte, busca-se uma formação para além do capital econômico, cujo objetivo é contribuir para uma ação emancipatória e crítica de sujeito ativo e participativo dentro da sociedade. Logo, precisamos de ações e políticas educacionais para uma formação omnilateral dos indivíduos ao valorizar o “processo que envolve a totalidade da vida humana, o qual não pode ficar restrito ao âmbito da educação escolar” (DUARTE, 2017).

Trabalho histórico/ ontológico: O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção). (RAMOS, 2014).

Imagem: O trabalho segundo Marx



Fonte: https://pt.wikiversity.org/wiki/Ficheiro:Trabalho_em_Marx.png, 2022.

Emancipação humana: Caracteriza-se por um novo arranjo social em que o ser humano é fim de si mesmo e não meio. Isto posto, não se trata de mera emancipação e sim de ordem integral do ser humano. (DELLA FONTE, 2018).

Omnilateralidade: Em oposição ao ser humano cindido pela divisão social do trabalho manual versus o trabalho intelectual, vislumbra-se o ser humano total, omnilateral, em todas as suas capacidades e faculdades. (CIAVATTA, 2014).

Ensino Médio Integrado: É a concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Dimensões que são constituídas pelo trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (RAMOS, 2014).

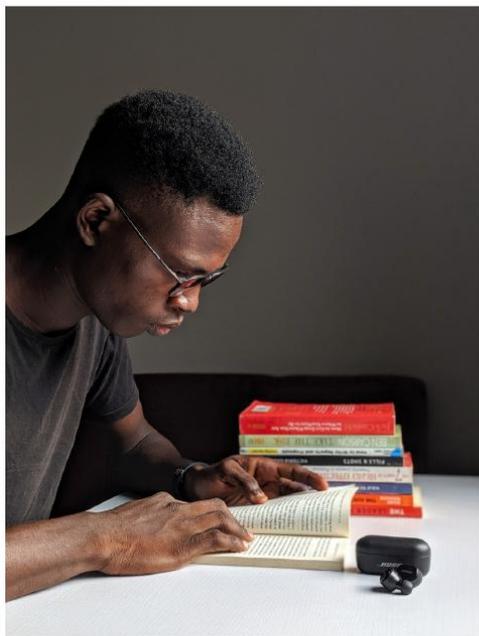
A LEITURA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO

O acesso à leitura é o único meio para alcançar a democracia e o poder individual. Assim, tornar a leitura objeto de estudo é urgente para o avanço da educação, considerando que o hábito de ler contribui para a vida escolar e em sociedade.

Em conformidade com Freire (1997), o ato de ler não se esgota na decodificação da palavra escrita. A leitura não é mera decodificação de símbolos porque permite ao leitor ir além das marcas linguísticas. Portanto, entendemos a leitura como uma relevante prática integradora, uma ação transformadora capaz de modificar a realidade.

Na perspectiva de Giordani (2013), o hábito de leitura no comportamento é capaz de possibilitar o desenvolvimento necessário à interpretação e produção de textos, além de ser uma ferramenta para aquisição da linguagem. A leitura, então, permite a inserção do sujeito em seu contexto sócio-histórico, propiciando a construção do indivíduo crítico, capaz de modificar sua realidade.

Gadotti (2007) argumenta que a formação de indivíduos letrados está relacionada à utilização da leitura nas práticas sociais. A trajetória sociocultural e de educação escolar são a identidade dos sujeitos. De tal forma, defende que a tarefa da escola é refletir sobre essa jornada para a formação do estudante e auxiliá-lo enquanto cidadão crítico que transita por espaços sociais fazendo uso da linguagem caracterizada pelos diferentes gêneros textuais existentes, entendendo seus diferentes usos em sociedade.



Gadotti (2007) esclarece que a leitura é crítica quando leva o leitor a mudar a sua prática, questionar o mundo e desacomodá-lo. Um leitor somente é crítico se, além de possuir uma visão crítica da realidade, é criativo e capaz de recriar aquilo que lê, ou seja, é necessário que se conheça a realidade e seus processos, a fim de que possa agir com reflexão e modificar suas próprias ações dentro do contexto ao qual esteja inserido.

A HISTÓRIA DA EPT E O PROEJA

O marco inicial de uma política nacional de formação profissional ocorreu com a publicação do Decreto Federal número 7.566 em 23 de setembro de 1909, com autoria de Nilo Peçanha, criando a rede federal de educação profissional e tecnológica, com o nome de Escola de Aprendizes e Artífices (EAAES). Havia uma em cada capital dos estados da República. O principal objetivo era profissionalizar as classes populares, a fim de formar mão de obra especializada para alimentar o mercado local de oficinas artesanais, bem como de manufaturas. Havia convergência entre o regime educacional e o fabril, o que direcionava os fins educacionais da EAAES, pautados por características higienistas, correccionais e assistencialistas.

De acordo com Pinto (2006), apenas em 1965, sob o nome de Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Etfes), ocorreu uma modificação em relação ao público atendido, que passou a não se restringir aos desvalidos de sorte. A classe média capixaba, então, seria em maior número na escola, cada vez mais distanciando-se das classes populares. E apesar dessas modificações, não se pode esquecer que a ideia principal da Escola de Aprendizes Artífices era formar para o trabalho manual, os profissionais artesãos.

Consonante Pinto (2006), a história da educação profissional teve como característica precípua a formação de capital humano para alimentar o ramo industrial, vista como uma ferramenta que formava exclusivamente para o trabalho. Um local existente para atender os pobres, os desfavorecidos da fortuna, direcionando-os ao labor. Apesar desse “atendimento”, esclarece que por um longo período se manteve elitizada, deixando de fora os alunos oriundos de classes trabalhadoras, já que em 1960, deparou-se com o processo de elitização, o qual foi modificado parcialmente com a proposta de inclusão do Ensino Médio para Jovens e Adultos Trabalhadores (Emjat), em 2001, regulado pelo Decreto nº 2.208/97.

Destarte, dentro dessa realidade, houve a necessidade de superação da perspectiva de uma educação pobre para os desfavorecidos de fortuna, os excluídos, assumindo um papel capaz de proporcionar uma formação para os trabalhadores que possibilitasse não só a inserção no mercado de trabalho, responsável por reproduzir as relações sociais capitalistas, mas que fornecesse minimamente condições de modificar a alienação vivenciada pelos indivíduos ao longo dos anos.

Nesse sentido, Bento (2011) analisa que a sociedade brasileira tem uma dívida histórica com os trabalhadores, que foram cerceados do direito de acesso ao conhecimento escolar. Tais pessoas que ingressaram na execução do trabalho produtivo e contribuíram com o crescimento econômico, conhecidas como “infames da história” apenas seriam incluídas na esfera escolar no começo do século XX, caso favorecessem, de alguma maneira, com o desenvolvimento do país.

Concebe alguns esclarecimentos relevantes, Bento (2011), sobre os argumentos utilizados nessa terrível estratégia, onde o poder público defendia o aproveitamento dos “normais”, o perigo e o peso social, bem como o desperdício econômico de excluir os “anormais” da escola primária. Desse modo, os citados “trabalhadores de reserva” e os “irrecuperáveis”, são atualmente, os inseridos na Educação de Jovens e Adultos em nosso país.

Sob a ótica dos educadores, pesquisadores e militantes da EJA e do Proeja, a luta pela inclusão e oportunidades iguais desses indivíduos na escola, assim como o direito à permanência e das condições de aprender e concluir os estudos com êxito escolar deve permanecer contínua. Outro ponto indispensável é a luta teórica e política sobre a concepção de educação que desejamos para as classes trabalhadoras. Uma educação que se baseie nos princípios do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como aportes primordiais da formação humana omnilateral.

Sendo assim, no início de 2001, com a criação do Emjat originou-se o movimento nessa direção. Conforme documentos indicados pelo CEFET, o EMJAT surgiu do exame voluntário de alguns docentes, cuja preocupação inicial era formar indivíduos conscientes do seu papel dentro da sociedade e que tivessem a capacidade de participar das melhorias em seu cotidiano e assim, pudessem contribuir com o crescimento social. Com esse intuito, o curso oferta aos jovens e adultos trabalhadores, excluídos do processo educativo na faixa etária regular, a possibilidade de conclusão do Ensino Médio e o ingresso, opcional, em um curso técnico do CEFET.

Vale destacar que o período da criação do Emjat foi regido pelo Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997) e pela dualidade ensino profissional/ensino médio. Provisão legal que foi revogada posteriormente pelo Decreto nº 5154/2004. Entretanto foi apenas com a vigência dos Decretos nº 5.478 (BRASIL, 2005) e nº 5.840 (BRASIL, 2006) que a educação de jovens e adultos se tornou mais expressiva, na criação do Proeja durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. No interior desse instrumento legal, nº 5840/2006, destacam-se as alterações no processo de seleção, o aumento da carga horária total dos cursos, a oferta de vagas e sua duração, com uma nova roupagem de quatro anos. Os dois primeiros anos reservados aos componentes curriculares visando à formação geral e os dois últimos, para as disciplinas de formação profissional técnica do discente. Essas alterações, ainda que robustas, infelizmente, não foram capazes de findar com a dualidade entre formação profissional e formação humanística. Muito pelo contrário, acabou por deixá-la mais nítida, já que continuamos a perceber a diferença em relação às oportunidades educacionais.

De acordo com Moll (2010), o Programa Nacional de Integração da Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), foi iniciado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2005, através do Decreto 5.478. Relacionado dentro de tendência inclusiva e na obrigação do Estado em ofertar uma educação básica gratuita, pública e de qualidade. O referido programa é orientado aos indivíduos com 18 anos ou mais que não puderam finalizar o ensino básico e que manifestem a vontade de conciliar a formação básica conjuntamente com a qualificação profissional.

Todavia, Moll (2010) salienta que em 2006, o Decreto 5.478/2005 foi revogado e substituído pelo atual Decreto 5.840/2006, expandindo o horizonte de atuação “do ensino médio para a educação básica da rede federal para os sistemas públicos de ensino, bem como para o Sistema S, além de possibilitar a oferta na forma concomitante. É o que preceitua o artigo 1º do Decreto nº 5840/2006:

Art. 1o Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1o O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II - educação profissional técnica de nível médio.

§ 2o Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores.

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante.

§ 3o O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”).

Assim sendo, aumentar a oferta da EPT articulada com a educação básica continua sendo um grande desafio e é uma meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), com a intenção de que, pelo menos 25% da oferta da matrícula esteja integrada à EPT.

No interior do documento, a fim de implementar o Proeja foram realizadas inúmeras ações, tais como:

- financiar a abertura de cursos do Proeja ofertados nas redes federal e estadual;
- elaborar documentos base da política;
- ofertar cursos de formação continuada para profissionais da educação e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- melhorar o processo educativo e minimizar a evasão escolar;
- incrementar os recursos da assistência estudantil da Rede Federal para o atendimento de jovens e adultos matriculados no Proeja e fomento à oferta de curso Proeja FIC Fundamental, junto aos municípios, inclusive, com a articulação de processos de certificação profissional.

Consequentemente, a EPT engloba os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de ensino médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008).

Frigotto (2005) complementa que no âmbito brasileiro, a EPT possui uma função especificamente estratégica com fins de desenvolvimento nacional em diversas áreas produtivas, atendendo grupos heterogêneos. Por abrigar tantas diferenças de estrutura e distribuição, a heterogeneidade dentro do país, cumpre ressaltar a forte presença da dualidade educacional no cenário brasileiro, ou seja, na história da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, como esclarecido nos parágrafos acima.

Em harmonia com Moura (2015), as políticas implementadas estiveram atreladas à dualidade educacional. De um lado, uma escola feita para a classe trabalhadora e de outro lado, uma que atenda a classe média e a elite. Para os mais humildes é direcionada a formação para trabalho manual e, para os privilegiados, a educação formativa para o trabalho intelectual.

Para Arroyo (2017), não é por acaso que as escolas públicas chegam aos coletivos sociais, étnicos, raciais, das periferias carregadas de preconceitos e representações sociais. Além da dualidade educacional enraizada por longos séculos existe um grande contingente de jovens e adultos carentes da devida formação básica, situação que para Kuenzer (2016) necessita da criação de mecanismos inclusivos para que as escolas consigam atender aos trabalhadores adultos, inseridos no processo produtivo, proprietários de um saber experienciado na prática cotidiana, mas com poucas chances de analisar sistematicamente sobre esse saber e até mesmo incorporá-los.

Dentro dessa perspectiva, Arroyo (2017) participa que o acompanhamento a esses indivíduos carece de reconhecimento, pois em nosso país há a terrível tradição política e cultural da exclusão, a qual precisa ser urgentemente superada, tendo em vista que a própria dualidade educacional nada mais é que a reação natural dos coletivos humanos de maneira injusta e preconceituosa, impedindo o livre exercício da democracia.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, O ENSINO MÉDIO INTEGRADO E O TRABALHO

A Educação Profissional e Tecnológica, pode ser compreendida conforme a dualidade acadêmica e prática em relação ao seu propósito. Moura (2014) explicita os lados dessa dualidade com a apresentação de dois projetos educacionais vigentes. De um lado, o projeto hegemônico que alimenta os interesses do mercado de trabalho dentro de uma formação direcionada à qualificação profissional que atenda o desempenho de uma função dentro de um estabelecimento. Do outro lado, o projeto societário com foco no sujeito, visando uma formação omnilateral, capaz de unir trabalho, ciência, tecnologia e sociedade dentro de uma perspectiva de formação integral. Por conseguinte, busca-se uma formação para além do capital econômico, cujo objetivo é contribuir para uma ação emancipatória e crítica de sujeito ativo e participativo dentro da sociedade.

Duarte (2017) defende que precisaremos de ações e políticas educacionais para uma formação omnilateral dos indivíduos ao valorizar o “processo que envolve a totalidade da vida humana, o qual não pode ficar restrito ao âmbito da educação escolar”. Nesse cenário, Moura (2013) sinaliza que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) carece de uma aprendizagem significativa e contextualizada, capaz de possibilitar aos estudantes a capacidade de resolver problemas e conduzir projetos nos mais diversos setores. Os estudiosos trazem que a aprendizagem em EPT deve se afastar urgentemente da aprendizagem tradicional, calcada em abordagens apenas teóricas, onde o aluno depende do uso intensivo da memória e é mero receptor dos conteúdos.

Ramos (2014) explica que o Ensino Médio Integrado visa superar a dualidade da formação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A existência da dualidade educacional é uma declaração específica da dualidade social ligada ao modo de produção capitalista, já que é muito conveniente fornecer educação rasa para a classe trabalhadora e seus filhos. Precarizar o ensino, limitar a oportunidade de conhecimento, frear as chances de prosseguimento nos estudos, manter os explorados em seu devido lugar para alimentar a lógica irreformável e incorrigível do capital. Conforme Ramos (2014), o Ensino Médio Integrado é:

...uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Dimensões que são constituídas pelo trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (RAMOS, p.87, 2014).

Nos ensinamentos de Frigotto (2021) não se trata apenas de uma oferta da educação profissional de nível médio. O ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais.

Corroborar com a elaboração deste trabalho no que diz respeito ao público atendido pelo Proeja, como desejamos que fosse sua real educação e como de fato ela é, as obras de Dante Henrique Moura (2013) sobre o ensino médio como condição de etapa final da educação básica, pois a realidade socioeconômica e educacional brasileira, em que grande parte dos filhos das classes populares precisa trabalhar antes dos 18 (dezoito) anos de idade. Parte-se do pressuposto que o objetivo a ser alcançado, na perspectiva de uma sociedade justa, é a formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do Estado, visando a emancipação humana. Apesar de essa representar uma utopia a ser buscada, a realidade atual está muito distante dessa perspectiva formativa integrada.

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, p.85, 2005).

Della Fonte (2018) entende por emancipação humana, um novo arranjo social em que o ser humano é fim de si mesmo e não meio. Isto posto, não se trata de mera emancipação e sim de ordem integral do ser humano. Em oposição ao ser humano dividido pela divisão social do trabalho manual versus o trabalho intelectual, vislumbra-se o ser humano total, omnilateral, em todas as suas capacidades e faculdades. Na base da construção de um projeto de formação que, enquanto reconhece e valoriza o diverso, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, está a compreensão do trabalho no seu duplo sentido:

- a) ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;
- b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos (RAMOS, 2014, p.91)

Nessa linha, Ramos (2010) destaca que o direito ao trabalho deve ser garantido à pessoa, entretanto, no lugar de oferecer diretamente o trabalho é ofertada a educação de jovens e adultos com uma formação profissional, buscando qualificar para atender às necessidades urgentes do mercado e conseguir o trabalho. Nessa linha de pensamento, o “projeto hegemônico”, citado por Moura (2013), é imposto dentro da sociedade capitalista, já que a prioridade absoluta é atender as necessidades incessantes do mercado de trabalho no lugar das necessidades pessoais e sociais de seus sujeitos participantes.

Nas explicações de Moura (2014), o trabalho manual que, em tempos passados, era vergonhoso para aqueles que tinham liberdade, todavia, era a única possibilidade que os pobres tinham de garantir seu próprio sustento e de suas famílias. Daí o elo com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país, pois originou-se da necessidade de qualificação para o máximo de pessoas, com a finalidade de atender a produção industrial, além de estimular o consumo. Foi direcionada para a formação da classe trabalhadora e seu ingresso no mercado de trabalho, conduzindo a massa para a execução de uma tarefa específica, guiada pelas demandas do capitalismo, formando a mão-de-obra para atender as exigências da região e da nação.

Gradativamente, mas ainda marcada por contradições, as percepções sobre o trabalho começam a modificar e o ensino profissional passa a ser valorizado e estendido. Só então, o trabalho começa a ser percebido como uma constituição do ser humano, crucial para a vida e formação profissional. A educação profissional, é conduzida para a autonomia e emancipação humana, voltando-se à superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, pendendo à transformação social.

Pela palavra “trabalho” usaremos o conceito de Marx, segundo o qual é o fator de mediação entre o homem e a natureza, a expressão da vida humana. Com o trabalho, altera-se a relação do homem com o meio. “É o esforço do homem para regular seu metabolismo com a tão rica natureza”, (MARX, 1989). Dessa maneira, ao transformar a natureza, o homem também se transforma e esse processo é a corporificação de um trabalho concreto e real capaz de gerar valor de uso. O primeiro é o trabalho, atrelado à matéria bruta retirada da natureza. O segundo, é o meio de trabalho, através de meios e instrumentos utilizados para produzir algo.

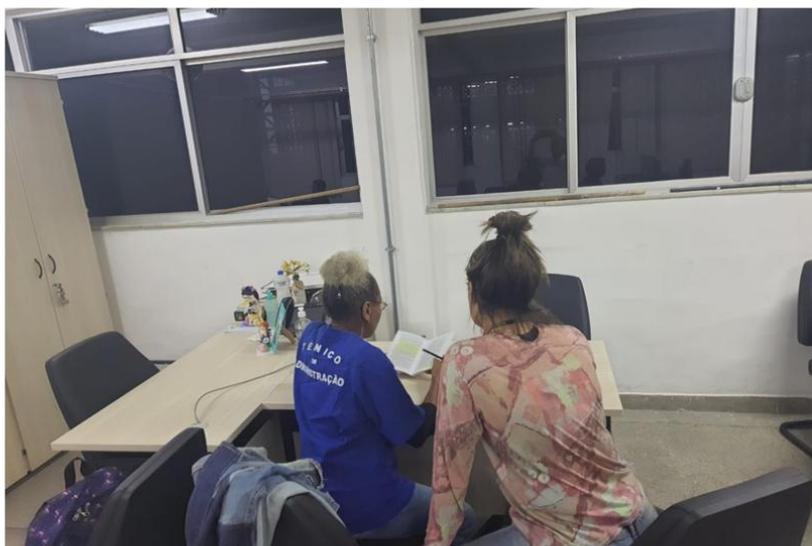
Segundo Yamamoto (2001), o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. De tal modo que se tornam imprescindíveis em qualquer processo de trabalho, tornando o labor elemento essencial na vida do ser humano, possibilitando o atendimento de suas necessidades e elemento responsável por dignificar os indivíduos na sociedade, isto é, relaciona-se à estrutura socioeconômica, social e cultural. Por essa razão, o homem e a natureza participam de forma equivalente do processo em que o ser humano, através de sua própria ação, impulsiona, regula e controla a natureza e a si mesmo.

Temos como referência os estudos de Maria Ciavatta (2016) que vão ao encontro de nossas inquietações dentro de um sistema secularmente dominado pelo capital como a educação no Brasil. As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e em qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação porque não há interesse em manter um padrão elevado de educação.



PARTE 3 - AS OFICINAS DE LEITURA

imagem: Aplicação da 5ª oficina (Tema específico: Políticos e as promessas)



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Conforme Alves (2004), oficinas de leitura são entendidas como uma estratégia do fazer pedagógico em que o ambiente de construção e reconstrução do conhecimento têm seu principal destaque por intermédio de uma construção individual e coletiva. Assim, proporcionamos um ambiente onde temas contemporâneos foram tratados, baseados no livro de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, Diário de uma favelada, bem como na história de vida e conhecimento de mundo das participantes da pesquisa.

A dinâmica do produto desenvolvido, a análise das condições de vida conforme a coleta de dados e a construção das oficinas auxilia no processo de ensino aprendizagem para fins de uma leitura crítica e formação integral do ser humano. Portanto, realizar nossa proposta a partir da obra da escritora Carolina, coaduna com o propósito de formar o sujeito em sua plenitude dentro da EPT.

Dentro dessa estruturação, percebemos que foi ofertado ao discente uma experiência para além da escola e para além de sua própria formação, colaborando para o exercício de sua cidadania plena dentro da sociedade em que vivemos.

**OFICINAS DE
LEITURA
COMO
RECURSO
PEDAGÓGICO
DENTRO DE
UMA
PERSPECTIVA
INTEGRAL**

CAROLINA MARIA DE JESUS: DA ORGANIZAÇÃO À REALIZAÇÃO DAS OFICINAS DE LEITURA

De acordo com Fernandez (2021), Carolina Maria de Jesus foi uma autora brasileira, nascida em Sacramento, interior de Minas Gerais, em 14 de março de 1914. Era neta de escravos e cresceu com 7 (sete) irmãos, filhos de uma mulher negra, analfabeta e lavadeira. Carolina é considerada uma das primeiras autoras negras do país com diversas obras conhecidas: Diário de Bitita, Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada, Pedacos da fome, Provérbios, O Quarto de Despejo- Diário de uma favelada, etc. Este último é a obra presente em nossa pesquisa e base do nosso Produto educacional.

Foi incentivada a estudar por uma freguesa de sua mãe, a Srª Maria Leite Monteiro de Barros. Aos 7 (sete) foi matriculada na escola Allan Kardec onde cursou os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Mesmo passando pouquíssimo tempo na escola, logo despertou o gosto pela leitura e escrita.

Buscando chances de emprego, mudou-se com sua família para Lajeado em 1924. Lá trabalharam na colheita, mas retornaram para Sacramento em 1927. Ao voltarem, Carolina e sua mãe foram acusadas de roubo a um padre e ficaram presas, até que verificassem que não houve roubo nenhum. Em 1930, mudou-se para Franca, São Paulo, com sua família. Carolina trabalhava de lavradora e empregada doméstica. A mãe de Carolina morre e ela decide ir para a capital de São Paulo trabalhar como faxineira e empregada doméstica. Em 1948 ela vai residir na favela do Canindé, próxima ao Rio Tietê em São Paulo e lá têm seus três filhos de diferentes relacionamentos: Vera Eunice de Jesus Lima, João José de Jesus e José Carlos de Jesus. Carolina então passa a viver catando recicláveis como papéis, madeiras e ferros para sustentar sua família.



Fonte: <https://fernandapompeu.com.br/wp-content/uploads/2017/09/carolina.jpg>

Imagem: Carolina Maria de Jesus, Audálio Dantas e Ruth de Souza na Favela do Canindé. São Paulo, 1961.



Fonte: <https://brasilelpais.com/cultura/2021-11-30/o-que-audalio-dantas-fez-com-carolina-maria-de-jesus.html>

Carolina escreveu em seus 20 cadernos encardidos como eram os seus dias dentro da favela: a fome, a violência, o desespero, a falta de oportunidade, a politicagem, a desigualdade social, etc. até que em 1958, o jornalista Audálio Dantas, incumbido de realizar uma reportagem sobre a comunidade que crescia aceleradamente às margens do Rio Tietê, a conheceu. E como o jornalista afirmou: “Repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história- a visão de dentro da favela.” E dessa maneira, teve trechos de seu diário publicados na Folha da Noite, em 1958. Em 1959 houve publicação na Revista Cruzeiro, chegando ao livro em 1960 com a marca de 100 mil exemplares em um único ano. Com tanta repercussão, jornais, revistas, rádios e televisão do mundo inteiro abriram voz para o livro e para a história da escritora.

Mesmo ganhando muito dinheiro do dia para a noite, a autora não conseguiu administrar o que recebeu. Encarou o preconceito numa sociedade que atrelava o talento de autora com a figura do jornalista Audálio Dantas, homem branco, conhecido e letrado. Em suas obras posteriores, não obteve o lucro alcançado em sua primeira publicação e então, voltou a catar papel para se sustentar, até sua morte, em 1977, aos 62 anos.

Imagem: Audálio Dantas e Carolina Maria de Jesus



Fonte: https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2021/09/10/1801_estacao-livre-relembra-audalio-dantas-e-sua-parceria-com-carolina-maria-de-jesus.html

Sua imagem é símbolo de força e determinação, pois é referência de mulher negra brasileira. A escritora é uma figura de capacidade por toda a sua história, origem e caminho. Ainda que tenha passado muito tempo preterida, Carolina Maria de Jesus lançou seus livros fora do país com traduções em 14 línguas.

É a obra de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo- Diário de uma favelada, a fonte das nossas oficinas de leitura com 6 (seis) participantes da pesquisa. São as alunas concluintes do Curso Técnico em Administração do Proeja no Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II, com idades entre 18 e 76 anos..

Para que os objetivos traçados ao longo desta jornada fossem alcançados, determinados pontos como: a atenção em relação ao perfil dos sujeitos, suas particularidades, o quantitativo, o contexto da pesquisa e aquilo que almejamos. Todos os pontos precisaram de muita cautela, já que são determinantes para a escolha das estratégias, para a forma de desenvolvimento e para o tempo empregado em relação a cada participante.

Como recursos disponíveis tivemos a sala do Napne, um espaço iluminado, fresco e silencioso para fins de leitura do livro escopo de nossa pesquisa, tendo em vista que a realização das oficinas ocorreu após as 16h. Horário de término dos grupos de estudos para o Ensino Fundamental e Médio, além de 6 (seis) exemplares do livro emprestados aos alunos durante a decurso de tempo das oficinas. De tal forma que conseguimos criar um ambiente de tranquilidade e reflexão para os sujeitos de nossa pesquisa.



A aplicação das oficinas de leitura ocorreu através de encontros individuais/semanais. Os encontros tiveram a duração de 1h e 20min.

Utilizamos a obra de Carolina Maria de Jesus, “Quarto de Despejo- Diário de uma favelada” diante da perspectiva da própria autora, mulher preta, mãe solteira, catadora de papel, morando em favela na década de 50. A obra apresenta os costumes de seus habitantes, a violência, a privação, a politicagem, o preconceito, a marginalização dos pretos e pobres, o alto preço dos produtos alimentares básicos, a fome e as complicações para se obter comida. Fatos tão contemporâneos, apesar do passar do tempo, demonstram que a realidade de quem vive na miséria não teve mudanças significativas. Analisamos fatos pretéritos em conjunto com eventos presentes.

Ao longo da realização das oficinas, percebemos que os 5 (cinco) encontros pensados inicialmente seriam insuficientes e por essa razão ampliamos o quantitativo de oficinas para o mínimo de 14 (quatorze), as quais também foram estendidas conforme o desenvolvimento do trabalho e acompanhamento das estudantes. Tanto que duas participantes se fizeram presentes em 16 (dezesesseis) oficinas.

Ofertamos oficinas individuais por considerarmos que pudessem se expressar mais livremente sem receio de serem julgadas ou intimidadas pelas demais, diminuindo a possibilidade de se sentirem constrangidas, já que trabalhamos com pessoas mais maduras e por gozarmos de tempo disponível.

Vale ressaltar que o Napne foi o espaço utilizado pela pesquisadora durante a realização das oficinas. Delimitamos os concluintes do Curso Técnico em Administração como participantes exclusivos por verificarmos que os índices de evasão escolar continuam muito altos. 40% em 2021 e 52% em 2022, usando o lócus de pesquisa como referencial. Como os alunos concluintes estão em seu último ano, muitos contemplados pelo Edital de Tecnologias Assistivas com notebooks e pacotes de internet, percebemos que as possibilidades de êxito na execução das oficinas e a verificação dos resultados poderiam ser mais satisfatórios. Todavia entendemos que há plena possibilidade de ofertar as oficinas para as demais turmas do Proeja.

Imagem: Aplicação da 6ª oficina (Tema específico: Alta dos preços no mercado/ discriminação racial)



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

A REALIZAÇÃO DAS OFICINAS



FASE 1 Pesquisa

Investigar o perfil do público-alvo, número aproximado de participantes, local para a realização das oficinas e possíveis recursos disponíveis. Nesta etapa percebemos que todas as participantes moravam nas comunidades próximas ao lócus da pesquisa. O convite, por email, foi feito aos 19 concluintes. Seis aceitaram. A sala do Napne foi o local utilizado para a realização, pois é um ambiente silencioso, bem iluminado e conta com internet e computadores.



FASE 2 Organização

Selecionar passagens do livro de acordo com as realidades narradas pelos participantes, as quais permitam criticidade e reflexão durante a leitura; Delimitar data, horário, local para desenvolvimento das atividades, anotações individuais sobre os temas abordados; Estabelecer um programa descritivo com as etapas realizadas.



FASE 3 Realização

Conferência diária da sala para a realização das oficinas individuais; Atenção à leitura e abordagem dos temas; Respeito aos objetivos delimitados.

Imagem: Aplicação da 2ª oficina (Tema específico: Violência doméstica/ Desigualdade social)



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

ROTEIRO DAS OFICINAS DE LEITURA

Tema das oficinas: Leitura crítica no Proeja como ferramenta de formação integral usando como aporte o livro de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, Diário de uma favelada.

Temas específicos: Fome, miséria, desigualdade social, exclusão social, violência doméstica, discriminação racial, alta de preços dos alimentos e politicagem.

Data e horário: A partir de 01º de novembro de 2022. Após às 16h.

Local: Napne do Colégio Pedro II.

Participantes: 6 (seis) alunas concluintes do Curso Técnico em Administração (Proeja).

Duração: 1h20m. Para cada tema específico foi realizado pelo menos um encontro e no máximo dois. Assim, para finalizar as nossas oficinas fizemos 14 encontros com três participantes, 15 encontros com uma participante e 16 encontros com as outras duas participantes.

Objetivo geral: Contribuir para a formação integral e leitura crítica das discentes.

Objetivos específicos: Propiciar formação integral para as estudantes do PROEJA por meio do estímulo à leitura crítica utilizando o livro de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, Diário de uma favelada, com temas conhecidos pelos participantes; Destacar a leitura crítica como ferramenta essencial para o desenvolvimento pleno do indivíduo.

Material necessário: Livro base, Computador com internet, papel A4, canetas. Conteúdo da apresentação: slides com trechos do livro e informações/dados contemporâneos extraídos de sites idôneos.

Atividades: Conversa inicial para apresentar o tema que será abordado na oficina, exposição e leitura do livro, análise dos trechos, oitiva dos participantes sobre os temas geradores e pesquisa sobre dados e fontes estimulando a criticidade e reflexão das participantes sem deixar de lado a leitura de mundo de cada uma delas.



MOMENTO INICIAL

SENSIBILIZAÇÃO:

Oportunidade fundamental para que as oficinas ocorram conforme o planejamento. Nesse momento, o responsável pela realização ficará incumbido de fazer a ponte entre os participantes e os temas geradores, bem como descrever a conjuntura entre ações e objetivos a serem alcançados.

Dentro da nossa proposta, realizamos a atividade: “Assunto que me fragiliza”. O participante dentre os temas específicos que serão tratados, narra um fato/ experiência que o tenha abalado negativamente e a partir de sua perspectiva faz a exposição do motivo.



EXECUÇÃO:

- Primeiro passo: Acolher o participante dentro da sala. Como a oficina foi individual visando diminuir o constrangimento e o possível desconforto, sugerimos que haja uma proximidade, respeitando o espaço corporal de cada um.
- Segundo passo: Apresentar o tema de cada oficina.
- Terceiro passo: Iniciar o momento individual com cada participante, permitindo que seja dada voz ativa, além de permitir que sejam sujeitos dos processos de construção de conhecimento.
- Quarto passo: Apresentar o livro e começar a leitura, fazendo destaques aos temas específicos que serão abordados ao longo das atividades.

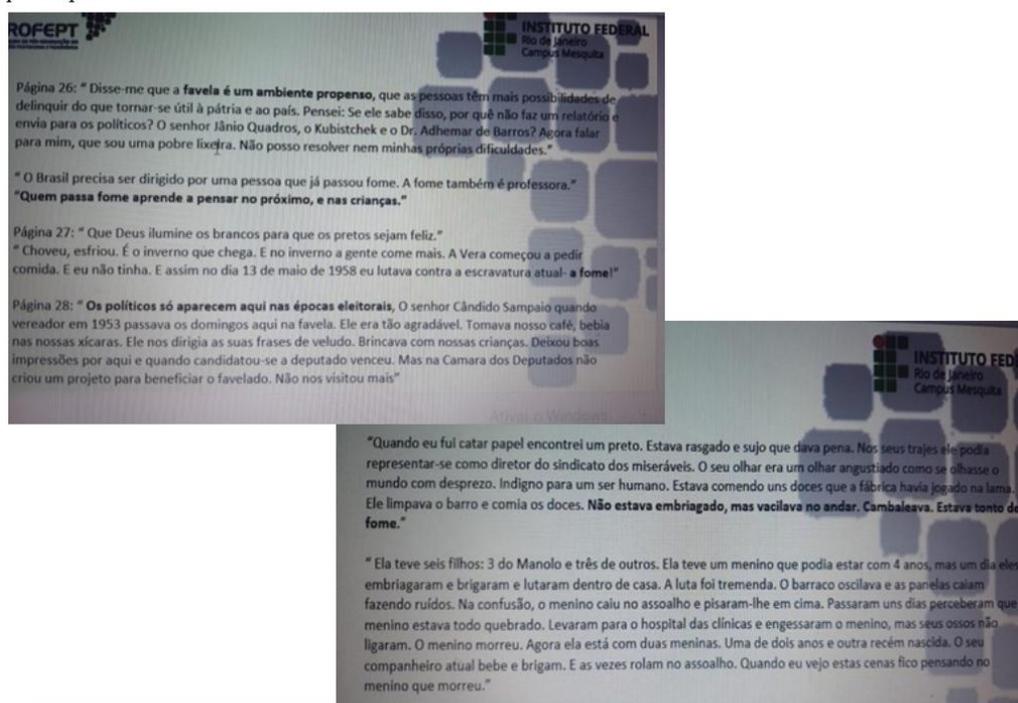
Finalidade da atividade: Estimular a participação do aluno durante as oficinas diante da sua própria leitura de mundo; Demonstrar a relevância sobre a leitura crítica para fins de uma formação integral; Expor temas atuais para criar um ambiente de integração entre o livro e os fatos contemporâneos vivenciados na sociedade, expondo as fontes e permitindo a criticidade durante aquilo que está sendo lido.

SEGUNDO MOMENTO

EXPOSIÇÃO DOS TEMAS ABORDADOS:

Alguns trechos do livro de Carolina Maria de Jesus foram destacados durante a realização das oficinas de leitura. Dentre eles, os elencados acima, por se tratar de temas específicos bem contextualizados com o cenário brasileiro e de conhecimento dos participantes.

Objetivo da atividade: Contextualizar os temas narrados por Carolina Maria de Jesus à realidade das participantes.



Durante a leitura do livro e a oitiva das experiências de vida, percebemos comportamentos emocionados, como os olhos marejados. Por isso, interrompemos três encontros para que as alunas pudessem se recompor. O compartilhar da vida, a lembrança dos momentos difíceis foi muito presente e por isso consideramos que o lado humano, a atenção dada, a preocupação em cada etapa desenvolvida foram cruciais para os satisfatórios resultados obtidos.

TERCEIRO MOMENTO

DISCUSSÕES/ ATIVIDADES:

Finalidade da atividade: Contribuir com a participante na busca pela leitura crítica, no sentido de que busquem conhecimento em canais idôneos. Não basta ler o livro e destacar alguns trechos. Trabalhamos para que houvesse a contextualização das informações, dando sentido e estimulando a reflexão. Assim, fizemos a conexão entre as informações/ narrativas de Carolina de Jesus, ocorridas em 1967 com fatos presentes (2021/2022) de conhecimento das participantes.

VIOLENCIA



FOME



VIOLENCIA CONTRA A MULHER



PREÇOS ALIMENTAÇÃO



Depois de apresentar o livro e os temas trabalhados é necessário destinar um momento para os debates e finalização das atividades. Para que pudéssemos efetivar os objetivos das oficinas de leitura reservamos um espaço para que as participantes formassem suas reflexões, ideias e sugestões a fim de criarmos discussões sobre os temas específicos já sinalizados acima.

Objetivo dessa etapa: Ouvir as reflexões sobre os assuntos tratados ao longo das oficinas de leitura, a partir das experiências de vida das participantes e de fontes idôneas de informações consultadas no decorrer dos encontros e apresentadas nos slides.

AS REFLEXÕES DAS PARTICIPANTES

A atividade de leitura crítica do livro de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, Diário de uma favelada trouxe temas específicos, os quais versavam sobre: fome, miséria, desigualdade social, exclusão social, violência doméstica, discriminação racial, alta de preços dos alimentos e politicagem, possibilitando opiniões, compartilhamento de experiências e impressões ao longo das oficinas. Esse momento de diálogo e troca de conhecimentos possibilitou momentos de criticidade e reflexão. Vejamos o que as estudantes pontuaram sobre:

Fome e miséria

P6: *“Cara, tipo assim, passei perrengue com a minha mãe. É só eu e ela. O que salvou a gente foi esse dinheiro da escola e a cesta básica que o pessoal da igreja deu para a gente.” Teve dois dias que a gente só comeu biscoito com frescos porque o gás acabou e a gente não tinha dinheiro para comprar. Fiquei com medo de morrer de coronavírus na pandemia, mas a dor da fome é horrível e também dá medo. Eu não catei do lixo igual a mulher do livro, mas eu sei que muita gente passou fome no Brasil. Tem criança que morre por não ter o que comer e esses políticos tudo metendo o “bicho!”*

P4: *“Foi barra. Tive dias de beber água com açúcar para dormir. Por isso eu sou magra assim. Meu apelido de criança era “vara de virar tripa”. Senti falta da comida da escola porque meu genro trabalha com obras e sustenta a casa.... Eu moro de favor...”* (participante se emocionou e precisamos encerrar a oitiva).

P3: *“Já passei fome. Eu sei como é ter tonteira e desmaiar. Eu tenho dois filhos que moram com o pai. Eu já deixei de comer para dar para os meninos. Já catei resto de legumes nessa feira aqui. Eu fazia sopa e não tenho vergonha de dizer isso. Vergonha é roubar, é matar, é vender o corpo igual as cracudas lá do Rato. Eu me coloco no lugar da mulher do livro porque também vivo em comunidade e quem mora em comunidade é esquecido.”*

P1: *“Passei fome, humilhação, chorei muito pedindo a Deus para me ajudar. Batia de porta em porta vendendo empada e às vezes não vendia nenhuma. As pessoas nem olhavam para mim. Eu me vi dentro desse livro. Eu agradeço muito ao mestre Jesus por ter meu dinheirinho certo todo mês.”*

P2: *“Eu já passei momentos de dificuldade quando minhas meninas eram pequenas. Fazia faxina para fora, levava marmitta e até minha água porque a patroa não queria que eu abrisse a geladeira e comesse as coisas dela. Já dividi 1 (um) ovo para quatro pessoas, misturava com batata. Já bebi água para enganar a fome, já fiz mingau de farinha para enganar a fome, já peguei manga no chão para comer. Eu tenho história, minha filha. Vi muita gente passando fome. Hoje eu não passo necessidade porque sou aposentada e eu tenho duas filhas formadas que me ajudam.”*

Violência doméstica

P3: *"Já sofri violência doméstica porque meu marido bebia muito e me batia na frente dos meus filhos. Um dia o meu maior de quatorze anos quase matou o pai para me defender. Depois disso, eu nunca mais apanhei."*

P1: *"Tive um namorado que me bateu, mas eu fui na boca e o pessoal lá mandou ele ralar pra não morrer. Ele era viciado e eu sabia. Quando bebia se transformava. Cresci com meu pai batendo na minha mãe, até que um dia ela tomou coragem e saiu de casa. Tenho várias colegas que apanham dos maridos porque precisam deles. O negócio é trabalhar e não depender de ninguém. O problema aqui é que a gente não pode chamar a polícia porque "os caras" não querem "os canas" aqui. O pessoal da boca resolve esses casos. Eles batem nos maridos ou mandam eles ralarem da comunidade. Soube de caso que mataram um conhecido porque ele continuou batendo na esposa depois de ser avisado. Aqui é assim, tem que ficar no sapato."*

P2: *"Já apanhei e desmaiei. Fiquei com o rosto todo deformado. Tive que sair de casa para não morrer. Tem homem que acha que mulher é propriedade deles. Que tem que estar disponível quando eles quiserem. Conheço várias pessoas que apanham dos maridos e ficam quietas."*

P4: *"Nunca apanhei, mas tive alguns companheiros que me humilhavam e me ameaçavam. É melhor que apanhar."*

P5: *"Meu marido foi um homem muito bom pra mim. Nunca gritou comigo, nunca me bateu, mas eu conheço muitas mulheres lá na rua que apanham dos maridos."*

P6: *"Meu marido era muito agressivo comigo e com as meninas, mas ele sempre quis o nosso melhor. Hoje ele tá mais calmo, entrou pra igreja."*

A alta de preços dos alimentos

P5: *"Vou no mercado com 100 reais e não trago quase nada. Já gasto um dinheirão com remédios e o mercado cobrando preços altos até no fígado de galinha, na moela. Muito difícil. Fico pensando nessas mulheres com tantos filhos. Como alimentam essas crianças? Eu agradeço porque minhas filhas me ajudam. São boas meninas. Se não fosse elas, eu estaria na pior."*

P1: *"Garota!! No mercado tá tudo caro. O arroz está quase 20 reais. Carne vermelha nem pensar e até o ovo aumentou. O cartelão com 30 ovos custava 10 reais e hoje já está 18. Trabalhamos apenas para não morrer de fome. Ainda bem que não gosto de legume mesmo. Não posso nem comprar um biscoito da piraquê porque tá custando 5 (cinco) reais o pacote. Tá difícil. É isso que a gente leu no livro também, né?!"*

P4: *"Não tá dando não. Mercado tá caro demais. Tem maior tempão que não como um bife porque a carne tá quase 50 reais e com 50 reais a gente compra muito miúdo de boi, frango. Até a batata, a cenoura está pela hora da morte. O quilo do feijão tá quase 10 reais. Misericórdia! Ninguém tem pena dos pobres, quer mais que o pobre se exploda! Tanto faz se passa fome ou não. Ninguém quer ajudar."*

P2: "O mercado tá parecendo um filme de terror. Só falta a gente entrar e perder um rim de tão caro. Aqui na região só tem o Prix. Eu vou alterando os alimentos. Quando a batata tá cara eu compro aipim e aipim rende, tá?! 1 kilo de aipim na feira custa 5 reais, compro duas couves e 1 linguiça pra dar um gosto. Faço um caldo verde que dá pra comer uns três dias. Só cortar um pãozinho e estou alimentada. A escola ajuda muito também nas despesas. Eu como aqui e posso repetir, por isso eu não falto (gargalhadas...). Essa feira daqui é uma beleza. Eu vou no final, daí compro o saquinho de legumes por 1(um) real. Lote de banana por três reais. Com 30 reais eu faço a feira da semana pra minha família. A gente vai se reinventando. Eu costumo fazer sopa lá em casa de noite porque é saudável e nutritiva. Na pandemia eu passei muito aperto mesmo e vi muita gente catando lixo."

P3: "Eu vou no mercado por semana e acho que gasto menos assim. Compro o básico mesmo: arroz, feijão, macarrão, coxa de frango. Eu gasto 60 reais por semana. Meu genro deixa o dinheiro pra mim porque eu não trabalho e assim vamos indo. As vezes eu vou na feira comprar uma banana, uma laranja, mas como ele trabalha com obra e nem sempre tem trabalho vamos sobrevivendo com a benção de Deus. Às vezes eu faço um migau com fubá, açúcar e canela pra gente comer. Todo mundo se amarra. Queria poder vir pra escola até nas férias porque a comida da Dona X é uma delícia. A escola podia ficar aberta sábado e domingo pra gente comer. Queria ter um trabalho pra poder tomar um sorvete, comer um x tudo de vez em quando."

Politicagem

P1: "Eu sempre consigo uns bicos pra trabalhar para os políticos. Já me prometeram emprego várias vezes se ganhassem. Ganharam e me esqueceram. Eles sobem o morro, abraçam os moradores e fazem promessas que nunca cumprem."

P2: "Sempre tem um bonito com um monte de gente atrás pedindo voto, batendo no nosso portão sorridente e apertando nossas mãos, dando beijinhos. Não quero beijo não. Quero um emprego. Eles só sobem o morro nas campanhas e só aparecem na próxima eleição. Tudo safado."

P6: "Eu tenho quase 80 anos, mas continuo indo votar porque penso num mundo melhor para as minhas filhas, para meus netos e para todos. Precisamos de alguém que cuide do povo. Lá na igreja estavam pedindo votos para vários candidatos, mas não votei em nenhum porque aqui na escola ensinam a gente a pensar e não é certo apoiar político que é preconceituoso."

P3: "O deputado "E" estava pagando 50 reais pra quem votar nele. Geral aqui votou. Ele ganhou só com os nossos votos porque o pessoal da boca tava ajudando também, mas eles só aparecem nas eleições. Esse pelo menos deu dinheiro e tava distribuindo camisa pro povo. Melhor que votar de graça. Já salvou o mercado da semana."

P4: "Toda época de eleição a história se repete. Eles dão os santinhos, bonés, blusa com a cara deles e o número e fica aquele bando de gente se humilhando por causa de uma camisa. O povo se vende por pouco. Eu lembro do Collor. Todo mundo votou nele porque era um homem bonito."

P5: "Não voto mais porque tenho mais de 70 anos. Não acredito nos políticos. Só pensam em si."

Desigualdade e exclusão social

P2: *"Trabalhei muitos anos em casa de família. Um dia, um cordão da madame sumiu e ela disse que eu tinha roubado, me chamou de "preta safada", "favelada". Não fui eu. Tinha sido o menino mais velho dela que pegou para usar droga e disse na cara dela que tinha pegado. Só peguei minha bolsa, nem troquei de roupa. Eu saí de lá com a roupa da faxina, tava igual a barata tonta, só chorava de vergonha. Quando eu lembro dá um nó na garganta, uma vontade de gritar. A safada no mesmo dia me ligou, implorando para "mim" voltar. Mandei meu irmão ir lá para pegar o dinheiro que ela me devia. Nunca mais passei perto da rua, com vergonha, com medo. Sou preta sim e sou muito honesta. Tenho orgulho de mim!"*

P1: *"Sofro preconceito por morar em comunidade. Uma vez a moça que fez uma entrevista de emprego disse que eu tenho um jeito diferente, que falo alto e uso gíria. Fiquei cheia de ódio e chorei muito. No mercado, o segurança sempre vem atrás de mim achando que eu vou roubar. No shopping também. Se eu fosse loira de olho azul, duvido que alguém ia meter essa bronca pra cima de mim."*

P3: *"Às vezes eu me sinto esquecida, sabe?! Queria ter um emprego, morar num lugar bacana, longe de bandido e tiroteio. Eu percebo sim, a desigualdade social porque as chances do morador de comunidade não são as mesmas que das pessoas do asfalto. Somos tratados com diferença. As pessoas olham para a gente com medo. Aqui não tem saúde, casa digna, emprego. Não vejo mudança"*

P4: *"Te contei que mataram meu marido, né?! Foi morto com mais de 20 tiros. Vê se apareceu na televisão? Eu saí de lá voada, só com a roupa que tava vestindo e uns documentos. A polícia não entra na casa do rico atirando, só mete bronca com o favelado. Sabe por que ele morreu? Porque ele era preto, Thaís, porque morava em comunidade e para os "verme" todo mundo é vagabundo. O cabelo dele tava grande porque não teve dinheiro pra cortar. Mais desigualdade e exclusão que isso não tem. O tratamento, o jeito de falar com a gente é sempre no "esculacho". Não me sinto respeitada e por isso que eu gosto de vim para o colégio porque aqui vocês me fazem ter esperança."*
Esse relato emocionou a pesquisadora.

P6: *"Eu percebo a desigualdade na cor da pele, na diferença que fazem entre mulheres e homens. A mulher tem que ficar em casa cuidando da casa e dos filhos para o marido trabalhar. Mulher trabalha muito e ganha pouco. Percebo a exclusão porque não entregam as encomendas na nossa casa. Moro num lugar que é considerado área de risco. Vejo gente jovem revirando as lixeiras procurando resto de alimento ou objetos para vender. Eu li isso no livro e vejo que nada mudou, sabe?! Hoje ainda temos essas drogas todas que destroem tantas famílias. A impressão que tenho é que aqui é mesmo um lugar de despejo onde quem não tem valor vem pra cá."*

P5: *"Criei minhas meninas com o dinheiro da faxina. Eu ganhava menos que a babá e que a passadeira da casa que me aposentei. Não sei por que, talvez porque eu moro em favela e o rico acha que quem mora em favela tem que aceitar qualquer coisa, os restos. A patroa olhava nossas bolsas quando a gente ia embora. Queria saber se quando ela morrer, vai levar as riquezas dela. Lá no prédio dela tinha elevador para empregado e para morador. O elevador de empregado vivia quebrado e a gente não podia andar junto com os moradores, mas os dos moradores nunca quebrava. Restava subir as escadas. Um dia o porteiro me disse que o patrão falou que pobre fedia, que pobre só servia para trabalhar. Desde sempre percebi que há um mundo diferente para as pessoas. O pobre é sempre o que se lasca!"*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe uma inspiração à leitura baseada na obra de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo- Diário de uma favelada. A proposta de realizar as oficinas de leitura surgiu mediante a percepção das dificuldades dos concluintes, além da necessidade de criarmos novas estratégias para a formação de leitores críticos, para além dos muros da escola.

Formar leitores críticos e participativos não é tarefa fácil e formar leitores letrados pode ser ainda mais desafiador dentro de uma realidade que segrega a população mais carente, aquela que habita as comunidades e que continua sendo esquecida pelo Poder Público. Infelizmente, uma grande maioria dos discentes, ao findar o Ensino Médio, apesar de estarem supostamente alfabetizados, ainda não conseguem construir as habilidades de compreensão de textos mais complexos. De tal maneira, a escola poderia ser o lugar de somar esforços em prol da formação de estudantes letrados e conscientes de seu papel no mundo. Pessoas capazes de participar ativamente dos processos existentes de nossa sociedade e que não fiquem alheios a ela.

Foi diante dessa realidade, de propor um experimento de estímulo à leitura, que nossas oficinas foram idealizadas, tendo em vista que as nossas participantes não cultuavam o hábito da leitura de livros. Liam o material didático usado durante suas aulas por solicitação dos professores e todas elas tinham acesso a notícias apenas pelas redes sociais. Logo, a escola se torna o lugar fundamental, senão o único em que as práticas de leitura acontecem.

A experiência vivida dentro do Mestrado Profept através da realização das oficinas de leitura foi majestosa e absolutamente humana, pois nos permitiu conhecer de perto o nosso público e suas condições de vida tão desafiadoras. Perceber o engajamento de participantes, o brilho no olhar ao ler e compreender assuntos rotineiros, além dos problemas sociais que se repetem ao longo das décadas e que passam de geração em geração foi o que tornou a realização desse trabalho tão prazerosa. O comprometimento com os horários e com os encontros realizados. A dedicação de cada uma delas, só nos fazem agradecer por essa oportunidade tão significativa.

A aplicação das oficinas de leitura foi um aprendizado onde conseguimos perceber de perto a desigualdade social, o preconceito, os sonhos de muitos que ficaram pelo caminho. Enxergamos que a exclusão tem endereço, tem cor e que ocupa as cadeiras nas turmas do Proeja.

Salientamos que desde o deferimento pelo CEP, até a finalização da última etapa desse trabalho, a pesquisadora e sua orientadora trabalharam intensamente e incansavelmente, somando esforços para contribuir com uma pesquisa pautada na ética. Sempre atentas aos prazos, mas sobretudo, dedicando-se conjuntamente pela qualidade na finalização de cada uma das etapas desenvolvidas, além de cuidarem de questões tão singulares, como a apresentação do Projeto à banca examinadora.

A análise das oficinas de leitura demonstrou que é urgente continuarmos com essa prática de levar conhecimento e momentos prazerosos aos nossos alunos. Muitos destes precisam apenas de uma orientação, de um espaço e uma oportunidade de desenvolvimento para que consigam desfrutar da prática da leitura.

A proposta das oficinas para contribuir com uma leitura crítica e reflexiva foi bem aceita pelas alunas, inclusive pela participante que afirmou que “só lia por obrigação” e que informou no início que “não gostava de ler”.

Vivenciamos o engajamento de cada uma delas. Algumas com a idade bem avançada, todavia, sempre dispostas em participar e fazer parte dessa realização. Apesar da evidente falta de prática da leitura por parte delas, conforme declarações fornecidas à pesquisadora, durante a aplicação dos questionários individuais, não percebemos dificuldades em desenvolver o nosso produto, pois dentro da obra os assuntos são tão reais, tão vivenciados por todos, facilitaram a compreensão e participação das nossas colaboradoras.

Nossa pesquisa procurou desvendar que é possível e viável a realização de projetos institucionalizados que estimulem a leitura, amparados na leitura de mundo e conhecimentos dos próprios participantes. Quando utilizamos assuntos de conhecimentos coletivos como preconceito, exclusão, violência doméstica, falta de oportunidades, fome, desigualdade, preços de alimentos, possibilitamos que o aluno forneça seu ponto de vista e compartilhe sua realidade. Os ambientes escolares carecem de formar leitores autônomos e para que a educação possa dar um salto de qualidade, é imperioso priorizar a leitura crítica e reflexiva como fonte de conhecimento e formação integral do ser humano.

Imagem: A escritora Carolina Maria de Jesus



Fonte: <https://s2.glbimg.com/wrESEI7GldBpPwgm8-aHwGtjrB8=/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2019/03/29/carolina-maria-de-jesus.jpg>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, L.G.C, ALVES L. Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Editora Univille, 2004.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ARROYO, M. G. Passageiros da noite: do trabalho para EJA : itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BENTO, M. A. S. Branquitude e poder - a questão das cotas para negros. 2011. Disponível em: geledes.org.br. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Instituiu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos -PROEJA. Brasília-2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm. Acesso em 18 de abril de 2022.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em 03 de maio de 2022.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 de abril de 2022.

_____. Constituição Federal da República do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 17 de maio de 2022.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 17 de fevereiro de 2023.

CIAVATTA, M. Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: por que lutamos? Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em 07 de abril de 2022.

- DELLA FONTE, S. S. Formação no e para o trabalho. Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 2, n° 2. Vitória: IFES, 2018, p. 6-19. Disponível em:
<<http://ojs2.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1221/709>> Acesso em 19 de junho de 2022.
- DU BOIS, W. E. B. As almas da gente negra. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- FAILLA, Z. (Org.) Retratos da leitura no Brasil 4. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- FERNANDEZ, R. Percursos de uma poética de resíduos na obra de Carolina Maria de Jesus. São Paulo. Editora Unesp, 2008.
- FOUCAMBERT, J. A leitura em questão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, M. ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta. 7. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007 (Guia da escola cidadã: v. 5)
- GIORDANI, E. M. Leitura como instrumento de construção do sujeito histórico. Revista Latino-Americana de História. Vol. 2, n°. 6. 2013 p.1145 -1158.
- HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016
- IAMAMOTO, M. V. Trabalho e indivíduo social. São Paulo, Cortez, 2001.
- JESUS, C. M. de. Quarto de despejo- Diário de uma favelada. 8 ed. São Paulo: Ática,2000.
- KLEIMAN, A. B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. In: Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.
- KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. Reunião Científica Regional da ANPED - XI ANPED SUL. Curitiba/PR, 2016.
- MARX, K. A ideologia alemã. [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MOLL, J. PROEJA e democratização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MOURA, D. H. Trabalho e formação docente na educação profissional. 1ª edição. Coleção Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.
- SOUZA, W. Biografia de Carolina de Jesus. <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/carolina-maria-jesus.htm>. Acesso em 14 de março de 2021.

SOBRE AS AUTORAS



Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ (2016) e em Direito pelo Centro Universitário Augusto Motta- UNISUAM (2012). Pós-graduada em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes (UCAM 2015); Inspeção Escolar e Orientação Educacional pela UCAM, 2019; Educação Especial pela FAVENI (2023). É servidora pública federal no Colégio Pedro II no cargo de Pedagoga. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, no campus Mesquita do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1807580522847601>
Email: thaisjurista@yahoo.com.br / thais.silva.1@cp2.edu.br

Professora do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro IFRJ. Doutora em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUTES)/UFRJ. Mestre em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz / Instituto Oswaldo Cruz. Licenciada em Ciências Biológicas pela UFRJ. Docente do Programa de pós-graduação Lato sensu em Educação e Divulgação Científica do Campus Mesquita/IFRJ e docente do Programa de Mestrado em Rede em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Líder do grupo de pesquisa Diálogos sobre a Educação Profissional e Tecnológica em espaços formais e não formais de educação. Atualmente é coordenadora da Especialização em Neuroeducação do Campus Mesquita/IFRJ. Desenvolve pesquisa, ensino e extensão nas áreas da Educação Ambiental, Educação em Ciências, Divulgação Científica e Educação Profissional e Tecnológica. Mãe de três meninas e um menino.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1205952380472567>
Email: gabriela.silva@ifrj.edu.br



APÊNDICE B

Questionário 1- Entrevistas aos sujeitos da pesquisa

Pesquisa sobre Formação de leitores

Olá, queridos concluintes! Sou Thais Marinho da Silva, pedagoga no Napne do Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II e aluna do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Estou realizando a presente pesquisa com a orientação da Professora Doutora Gabriela Ventura, cujo propósito será analisar **o perfil do aluno leitor concluinte no Colégio Pedro II**, Campus Engenho Novo II e desenvolver oficinas que poderão contribuir na área de leitura.

Sua participação envolve apenas o preenchimento deste formulário. Você não terá nenhuma despesa!

Deixo claro que a participação neste estudo é voluntária. Você participa apenas se quiser, tá?! E se decidir **não participar** ou quiser **desistir de continuar** em qualquer momento, terá **absoluta liberdade para fazê-lo**. Prezamos pelo respeito por todos vocês, acima de tudo.

Se você se sentir desconfortável com alguma pergunta poderá marcar a opção: **Não quero responder**

Pessoal, na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida sob sigilo absoluto, isto é, todas as informações sobre sua identificação serão omitidas (nome, matrícula, telefone, sexo, renda). Tudo em total sigilo e discrição. Somente eu terei acesso aos dados e já antecipo que atribuirei códigos aos nomes, visando preservar a identidade de vocês. **Durante** a coleta de dados, as informações ficarão salvas no meu e-mail e no drive do e-mail (nuvem) e terei o cuidado de trocar a senha quinzenalmente para aumentar a segurança das informações. **Após a coleta de dados**, farei o download para dispositivo eletrônico local (pen drive) e apagarei todo e

qualquer dado existente no e-mail e na nuvem. Riscos existem, mas farei o possível para eles serem mínimos, zelando pelo aspecto ético do trabalho.

Outra coisinha: não há benefícios financeiros para aqueles que participarem. Não haverá acréscimo de notas das disciplinas, mas lembre-se: se você participar, contribuirá com a compreensão do fenômeno estudado, para a produção de conhecimento científico, já que vou poder pesquisar um pouquinho de você.

OBS: Se concordar em participar, será considerada anuência (o seu aceite/acordo) quando responder ao questionário a seguir. Sugerimos que você guarde esse e-mail com os esclarecimentos.

Portanto, ao responder ao formulário, haverá concordância com os termos, sabendo que a participação é voluntária e em qualquer etapa da pesquisa poderá desistir sem dar explicações, sem custos ou quaisquer outras implicações.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas e sanadas pela pesquisadora Thaís Marinho da Silva (21) 9 7903-0624, e/ou thaisjurista@yahoo.com.br/ thais.silva.1@cp2.edu.br

Questionário: “Conhecendo o leitor.”

Pesquisa: Oficinas de Leitura: Contribuições para a formação integral dos alunos concluintes do curso Técnico em Administração do Proeja no Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo II.

Questionário: Conhecendo o leitor

Nome (opcional): _____ **Código:** _____

Matrícula: _____

Sexo: () Masculino () Feminino () não quero responder

Idade: _____ **Telefone:** _____ **E-mail:** _____

Cor de acordo com o IBGE: () branca () preta () parda () amarela () não quero responder

Renda familiar: () até 1 salário () entre 1 e 2 salários () acima de 2 salários

Onde mora: () Rio de Janeiro () Outro município: _____ () não quero responder

Entrevistadora: Thaís Marinho da Silva

1. Você aprecia a leitura?

() Gosto muito

() Gosto um pouco

() Não gosto

() Não quero responder

2. Você prefere a leitura de textos:

() impressos

() online

() Não quero responder

3. Quantos livros leu nos últimos 3 meses?

() 1 a 3

() 3 a 6

() mais de 7

() Não quero responder

4. Considera esse número suficiente?

() sim

não

Não quero responder

5. Está lendo algum livro atualmente?

Sim Não Não quero responder

6. Qual a sua principal motivação para ler um livro? (pode marcar mais de uma resposta, se preferir)

Sugestão do professor

Cobrança em atividades/provas

Gosto ou interesse pessoal

Passatempo

Crescimento pessoal

Não quero responder

7. Quem influenciou seu gosto pela leitura? (pode marcar mais de uma resposta):

Cônjuge ou companheiro(a), namorado (a)

Professor (a)

Mãe ou pai

Parentes

Amigos

Colegas de trabalho/ escola

Não quero responder

8. Quais fatores influenciam sua escolha de livro? (pode marcar mais de uma alternativa)

- Dicas de professores
- Redes sociais
- Tema ou assunto
- Dicas de amigos/ outras pessoas Autor
- Título do livro/capa Não quero responder

9. Quais técnicas você costuma usar para leitura de um livro?

- Sublinho as partes importantes/ palavras chave
- Faço resumos
- Anoto as partes importantes
- Apenas leio
- Uso a imaginação e me coloco dentro da história lida
- Não quero responder

10. Quais lugares em que você costuma ler? (pode marcar mais de uma resposta)

- Sala de aula
- Biblioteca
- Transporte
- Casa
- Não quero responder

11. Principais formas de acesso aos livros:

- Emprestado da biblioteca da minha escola
- Emprestados por alguém da família ou amigos
- Comprados em lojas físicas ou pela internet
- Baixados da internet
- Xerocados ou digitalizados
- Não quero responder

12. Você já recebeu incentivo de alguém para utilizar a biblioteca da escola?

- sim
- não
- raramente
- Não quero responder

13. Motivos para ida à biblioteca:

- Ler livros para pesquisar ou estudar
- Trabalhos escolares/ em grupo com a turma
- Ocupar meu tempo livre
- Acessar a internet
- Ver filmes/ escutar música
- Não quero responder

14. Motivos para não ir à biblioteca

- Não tenho tempo
- Não gosto de ler
- A biblioteca não tem livros atuais
- Não gosto de ir a bibliotecas
- Não quero responder

15. Quais gêneros textuais você costuma ler? (pode marcar mais de uma resposta)

- Contos
- Romance
- Poesia
- Policial
- Quadrinhos, gibis
- Didáticos, ou seja, livros utilizados nas matérias do seu curso Técnico em Administração
- Autoajuda
- Não quero responder

16. Motivo para não ler com habitualidade: (pode marcar mais de uma resposta)

- Falta de tempo
- Não tenho paciência ou concentração para ler
- Não gosto de ler
- Leio devagar
- Não tenho o costume de ler

- Porque me sinto muito cansado para ler
- Porque tenho dificuldades para ler
- Não compreendo o que leio
- Porque não tenho um lugar apropriado para ler
- Ler pra quê?
- Não quero responder

17. Você compreende os textos verbais?

- Sim. Basta uma simples leitura
- Sim, mas preciso ler mais de uma vez
- Nem sempre porque preciso ler várias vezes
- Apenas compreendo com auxílio de outras pessoas
- Tenho muita dificuldade para compreender
- Não quero responder

18. Você compreende os textos não verbais? (imagens, gráficos, quadros etc.)

- Sim. Facilmente
- Sim, mas preciso olhar mais de uma vez
- Nem sempre porque preciso analisar mais de uma vez
- Apenas compreendo com auxílio de outras pessoas
- Tenho muita dificuldade para compreender
- Não quero responder

19. O que a leitura significa para você? (pode marcar mais de uma resposta)

- A leitura é uma atividade interessante
- A leitura auxilia a aprendizagem dentro e fora da escola
- A leitura é uma atividade prazerosa
- A leitura traz conhecimento
- A leitura ocupa muito meu tempo
- A leitura é uma atividade cansativa
- Só leio porque sou obrigado(a)
- A leitura não serve pra nada
- Não quero responder

20. Você tem smartphone, computador e/ou tablet com acesso à internet?

- Sim Não Não quero responder

21. Atividades em geral que realiza através da internet: (pode marcar mais de uma alternativa)

- Acompanho os encontros síncronos da escola e envio as tarefas assíncronas.
- Assisto vídeos recomendados pelos meus professores
- Trocar mensagens no WhatsApp
- Enviar e receber e-mails
- Acessar ou participar de redes sociais
- Ler notícias diversas que contribuam com meu conhecimento
- Escutar música
- Assistir a vídeos e filmes

Trabalhar ou buscar notícias sobre o trabalho

Gosto de jogos online

Não quero responder

22. Atividades relacionadas à leitura que realiza na internet (pode marcar mais de uma opção)

Ler notícias e informações em geral

Estudar, fazer trabalho escolar ou pesquisar temas escolares

Aprofundar conhecimento sobre os temas de interesse

Ler jornais, livros ou revistas

Fofocas, reality shows e saber da vida dos artistas

Não quero responder

23. Nas suas horas de descanso, o que você costuma fazer?

descansar

assistir televisão

navegar na internet

ler

praticar esportes

interagir com meus amigos

Não quero responder

24. Gostaria de participar de oficinas de leitura sobre as obras da escritora Carolina Maria de Jesus?

Sim Não Não quero responder

25. Em caso positivo, qual período?

manhã, das 10 às 10:45h

tarde, das 16 às 16:45h

noite, das 19 às 19:45

sábados, das 15 às 15:45

Não quero responder

APÊNDICE C:**Questionário 2: "Avaliação das Oficinas de Leitura".**

1. Você participou de todas as oficinas de leitura baseadas na obra de Carolina Maria de Jesus?

- Sim
- Não
- Em algumas, apenas
- Não quero responder
- Outros _____

2. Qual sua opinião sobre os temas trabalhados (pobreza, fome, miséria, desemprego, violência física e sexual, alcoolismo)?

- Importante
- Sem importância
- Presenciamos os assuntos no dia a dia
- Não quero responder
- Outros _____

3. Depois de ter participado das oficinas de leitura, você se sentiu motivado a ler algum livro?

- Sim
- Não
- Tanto faz
- Não quero responder
- Outros _____

4. Na sua opinião, qual o motivo de muitas pessoas viverem em situação de pobreza extrema?

- Falta de políticas sociais/ investimento em educação, emprego e moradia
- O modelo capitalista se alimenta da miséria e é importante dentro do cenário neoliberal os pobres serem pobres
- São preguiçosas e não se esforçam suficientemente
- Não quero responder
- Outros _____

5. Na sua opinião, o que pode ser feito para mudar o cenário de pobreza no país?

- Consciência na hora de votar, analisando as propostas políticas e trabalhos anteriores realizados pelos candidatos
- Investimentos em políticas sociais de combate a fome a pobreza
- A situação é difícil, não vejo possibilidades de reverter o atual quadro
- Valorizar a educação como ferramenta de reflexão
- Não quero responder
- Outros _____

6. Você acredita na leitura como ferramenta de conhecimento?

- Sim
- Não
- Não quero responder
- Outros _____

7. A partir da sua participação nas oficinas de leitura, a que conclusão você chega sobre o descaso com os mais vulneráveis?

- Desde muitas décadas as pessoas mais humildes são esquecidas dentro da sociedade
- Não há preocupação em levar igualdade e oportunidades às pessoas

É importante para sociedade ter pessoas miseráveis e alienadas que compõem a mão de obra barata que alimenta o sistema capitalista

O país nunca vai mudar

não quero responder

Outros _____

8. A partir de seu conhecimento de mundo, você acredita que a pobreza e a violência têm cor?

Sim

Não

Não quero responder

Outros _____

9. De acordo com suas observações sobre o cotidiano em que vivemos, a frase: que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes” de Carolina Maria de Jesus, carrega uma tristeza, uma lamentação e um desabafo?

sim

não

não vejo diferenças entre pretos e brancos

não quero responder

Outros _____

10. Um dos diversos questionamentos trazidos pela escritora é a questão de submissão e miséria que se encontram os pretos no país. Você concorda com ela?

Sim, pois percebo que funções que demandam força física (trabalhos braçais) têm majoritariamente pessoas pretas. Babás, faxineiras, pedreiros, auxiliares de serviços gerais etc.

Não, pois verifico oportunidades iguais às pessoas, independente da cor.

Talvez

não quero responder

Outros _____

11. Conforme seu ponto de vista, ler alguns trechos do diário de Carolina Maria de Jesus durante as oficinas contribuiu para perceber que a escritora ao relembrar fatos de seu passado, traz para o dia a dia os traumas que enfrentou?

Sim, já que ao escrever a escritora revive suas experiências.

Não, pois ela já superou suas dores.

Talvez

Não quero responder

Outros _____

12. De acordo com sua compreensão, Carolina Maria de Jesus utilizou a escrita como ferramenta para manifestar a invisibilidade feminina, violência de gênero, clamando por uma transformação social através das próprias histórias vivenciadas?

Sim. Em seu diário há denúncias graves sobre violência, miséria, exclusão e ofensas.

Não percebi nenhuma exposição de problemas sociais

Talvez

Não quero responder

Outros _____

13. Quando Carolina afirma que em São Paulo, o “Palácio é a sala de visita”, “a prefeitura é a sala de jantar”, “a cidade é o jardim”, e “a favela é o lugar onde jogam o lixo” ela manifesta através dessas considerações seus medos e frustrações?

Sim

Não

Não quero responder

Outros _____

14. Verifica-se que em muitos trechos do diário, Carolina repete sua rotina: “Levantar, pegar água, voltar para casa, cuidar dos filhos e catar papel.” Rotina que é vivenciada por diversas mulheres cotidianamente. Há um desabafo, um lugar de fala que entristece a autora. Por qual motivo?

- A falta de perspectiva de mudança
- A denúncia sobre as obrigações das mulheres
- Um testemunho sentimental
- Questionamentos políticos sociais
- Não quero responder
- Outros _____

15. A prática da leitura sinalizada pela autora a acompanha em diversos momentos, sejam eles quando o tempo está chuvoso e ela não poderia sair para catar papel e até a própria fome, tendo em vista que relata que ler acalma os ânimos. Pode-se afirmar que Carolina utiliza a leitura como instrumento para esquecer seus problemas?

- Sim
- Não
- Não quero responder
- Outros _____

16. Os temas trabalhados nas oficinas foram úteis no seu dia a dia?

- Sim
- Não
- Indiferente
- Não quero responder
- Outros _____

17. Qual/quais os assuntos trabalhados mais chamaram a sua atenção?

- pobreza
- miséria
- invisibilidade social
- a percepção sobre o preconceito
- violência
- importância da leitura
- nenhum
- não quero responder
- Outros _____

18. Você concorda com a autora “o livro é a melhor invenção do homem”?

- Sim
- Não
- Não quero responder
- Outros _____

19. Participaria de novas oficinas de leitura?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não quero responder
- Outros _____

20. Você acredita que as oficinas proporcionaram um ambiente de reflexão e criticidade sobre assuntos que fazem parte da nossa vida?

- Sim
- Não
- Não quero responder
- Outros _____

21. Qual sua percepção sobre o estímulo à leitura durante as oficinas, sobre a leitura realizada, propriamente dita?

- Não gostei de ler porque fiquei constrangido
- Ler em voz alta estimulou meu entendimento
- Não leria e nem participaria da pesquisa novamente
- Não quero responder
- Outros _____

**ANEXO A- EDITAL Nº03/2021, DE 18 DE AGOSTO DE 2021, EDITAL INTERNO PARA
CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO DE APOIO AO ESTUDANTE**



**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO COLÉGIO
PEDRO II**

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

**EDITAL Nº03/2021, DE 18 DE AGOSTO DE 2021
EDITAL INTERNO PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO
FINANCEIRO DE APOIO AO ESTUDANTE**

A PRÓ-REITORA DE ENSINO torna públicos, nos termos deste Edital, as normas e procedimentos necessários para a realização do processo seletivo interno de estudantes regularmente matriculados na Educação Básica e Superior, em curso de Graduação, do Colégio Pedro II, para a concessão de Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante, observados os critérios e orientações estabelecidos no Decreto nº 7.234 de 19/07/2010 e nas Portarias nº 1.190/2021, 1.197/2021 e 1.230/2021 do Colégio Pedro II, que normatizam o ano letivo de 2021.

1. DO OBJETIVO

1.1. O Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante tem por objetivo contribuir para democratizar e ampliar as condições de permanência dos/as estudantes regularmente matriculados/as no Colégio Pedro II, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, diante das atividades remotas que se mantêm no ano letivo de 2021.

2. DO AUXÍLIO

2.1. O Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante será pago em **quatro parcelas no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) cada, totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais) por estudante.**

2.2. O pagamento será feito por meio de repasse financeiro em conta corrente (quaisquer **bancos**) ou conta poupança da Caixa Econômica Federal, **inscrita em nome e CPF do/a estudante, não sendo aceitas contas conjuntas ou em nome de terceiros.**

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Os recursos financeiros destinados a este Edital são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 e direcionados ao desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil, condicionados à disponibilidade orçamentária.

3.2. A concessão do auxílio obedecerá a limitação orçamentária destinada ao Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante.

4. DO PÚBLICO ALVO

4.1. O Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante destina-se a estudantes regularmente matriculados na Educação Básica e Superior em Curso de Graduação, que **não** tenham sido contemplados em quaisquer editais de auxílios da Assistência Estudantil em 2020 e 2021 e que, prioritariamente, tenham renda familiar bruta per capita de até um salário mínimo e meio (R\$ 1650,00 por pessoa da família).

4.2. São editais de auxílios da Assistência Estudantil de 2020 e 2021:

4.2.1. Auxílio Estudantil Emergencial - Primeira Fase (Portaria nº 892/2020, de 27 de abril de 2020);

4.2.2. Auxílio Estudantil Emergencial - Segunda Fase (Portaria nº 1415/2020, de 11 de agosto de 2020);

4.2.3. Auxílio Estudantil Emergencial - Terceira Fase (Edital nº 05/2020, de 27 de outubro de 2020);

4.2.4. Auxílio Estudantil Financeiro Inclusão Digital - Primeira fase (Edital nº 01/2020, de 18 de agosto de 2020);

4.2.5. Auxílio Estudantil Financeiro Inclusão Digital - Segunda fase (Edital nº 04/2020, de 28 de setembro de 2020);

4.2.6. Auxílio Estudantil Financeiro Inclusão Digital - Curso subsequente Técnico em Tradutor e Intérprete de Libras (Edital nº 06/2020, de 11 de dezembro de 2020);

4.2.7. Auxílio Estudantil Financeiro de Inclusão Digital - Cursos de Graduação (Edital nº 02/2020, de 26 de agosto de 2020).

4.2.8. Auxílio Estudantil Financeiro de Inclusão Digital - Terceira Fase (Edital nº 01/2021, de 07 de abril de 2021).

4.3. Os estudantes que já tiverem sido contemplados em algum dos editais mencionados no item 4.2. serão contemplados **automaticamente**, não sendo necessária a realização de inscrição, conforme Portaria nº 1.199/2021.

4.4. O Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante previsto pela Portaria nº 1.199/2021 e o auxílio do presente edital não são cumulativos.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. Para se inscrever é preciso:

5.1.1. Preencher o Formulário de Inscrição Digital disponível exclusivamente no *link*:

http://www.cp2.g12.br/formtools/modules/form_builder/published/auxilioestudantil.php

5.1.2. Informar os dados bancários do estudante - **conta corrente (qualquer banco)** ou **conta poupança da Caixa Econômica Federal** no ato da inscrição.

5.1.2.1. Conforme a Resolução nº 3.919 de 25/11/2010 do Banco Central do Brasil, art. 2º, que trata dos serviços essenciais, é vedada a cobrança de tarifas pela prestação de serviços bancários essenciais relativos à conta de depósitos à vista para “fornecimento de cartão com função débito” e conta de depósitos de poupança para “fornecimento de cartão com função movimentação”.

5.1.2.2. De acordo com a página eletrônica da Caixa Econômica Federal, não há valor mínimo a ser depositado para abertura de Conta Poupança da Caixa. Além disso, este tipo de conta é totalmente isenta de tributos.

5.1.2.3. Caso necessário, durante o período de inscrição, o responsável ou estudante maior de 18 anos poderá solicitar ao Setor de Assistência Estudantil ou à Direção do *campus* onde está matriculado o documento de encaminhamento para abertura de conta.

5.1.2.3.4. Os estudantes que não possuem dados bancários no ato da inscrição, deverão encaminhá-los por e-mail ao setor de Assistência Estudantil do seu *campus*.

5.2. As inscrições serão realizadas de acordo com as datas divulgadas no Cronograma constante neste Edital disponibilizado no endereço eletrônico do Colégio Pedro II, <http://www.cp2.g12.br>, e nos demais canais oficiais de cada *campus*.

5.3. As informações prestadas no Formulário de Inscrição, bem como qualquer documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do estudante/responsável.

5.4. É de inteira responsabilidade do estudante/responsável o acompanhamento do Cronograma e suas alterações, divulgado neste Edital, no endereço eletrônico do Colégio Pedro II, <http://www.cp2.g12.br>, e nos demais canais oficiais de cada *campus*.

6. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

6.1. O Setor de Assistência Estudantil de cada *campus*, ao realizar a análise socioeconômica do/a estudante inscrito/a, adotará os seguintes critérios para realizar a classificação e a seleção:

I) Ingresso no Colégio Pedro II por meio de uma das modalidades de Ações Afirmativas que preveem renda per capita igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo;

II) Estar regularmente matriculado em turmas do PROEJA;

III) Prioritariamente, possuir renda familiar bruta per capita até um salário mínimo e meio (**R\$1650,00 por pessoa da família**)

7. DAS VAGAS

7.1. Serão atendidos pelo presente Edital os estudantes regularmente matriculados em um dos *campi* do Colégio Pedro II que tenham tido seu pedido **DEFERIDO**, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

7.2. Os estudantes que já tiverem sido contemplados em quaisquer dos auxílios mencionados no Item 4.2., não serão novamente contemplados neste edital. Logo, a inscrição de estudantes nesta situação constará como **INDEFERIDO** no Resultado Final.

8. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E DISPONIBILIZAÇÃO DO AUXÍLIO

8.1. A lista nominal dos/as estudantes contemplados/as será divulgada no endereço eletrônico do Colégio Pedro II, <http://www.cp2.g12.br>, e nos demais canais oficiais de cada *campus*, conforme Cronograma estabelecido no presente Edital (Item 9).

8.2. Sempre que necessário, a Pró-reitoria de Ensino divulgará normas e avisos complementares, inclusive com relação ao Cronograma, que passarão a integrar a documentação referente a este Edital.

8.3. A PROEN/CGAE ou o Setor de Assistência Estudantil do *campus* poderão solicitar, mesmo após a publicação do resultado, a apresentação de documentação a fim de subsidiar a análise socioeconômica e, em caso de omissão ou apresentação de informações divergentes, o auxílio será imediatamente suspenso e o estudante/responsável poderá devolver os valores correspondentes ao auxílio indevidamente recebido.

8.4. Informações sobre este Edital poderão ser solicitadas, através de e-mail, ao Setor de Assistência Estudantil do *campus* do/a estudante:

Campus	Contato
Centro	saecce@cp2.g12.br
CREIR	sae.creir@cp2.g12.br
Duque de Caxias	assistencia.cdc@cp2.g12.br
Engenho Novo I	assistenciaestudantilcen1@cp2.g12.br

Engenho Novo II	asest.cen2@cp2.g12.br
Humaitá I	saech1@cp2.g12.br

Humaitá II	saech2@cp2.g12.br
Niterói	assistenciapcp2niteroi@cp2.g12.br
Realengo I	sae.cre1@cp2.g12.br
Realengo II	aer2@cp2.g12.br
São Cristóvão I	sae_sc1@cp2.g12.br
São Cristóvão II	sae-sc2@cp2.g12.br
São Cristóvão III	assistenciaestudantilcsciii@cp2.g12.br
Tijuca I	saecp2tj1@cp2.g12.br
Tijuca II	assestudantiltjii@cp2.g12.br

9. DO CRONOGRAMA

ETAPAS	DATAS
Divulgação do Edital	18/08/2021
Período de Inscrições	18/08/2021 à 29/08/2021
Análise das Solicitações de Auxílio	31/08/2021 à 13/09/2021
Resultado Final dos Contemplados/as	14/09/2021

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A realização das inscrições implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá haver reclamações posteriores.

10.2. É de responsabilidade dos/as estudantes/responsáveis a observância dos prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital, bem como o acompanhamento de publicações por meio da página eletrônica do Colégio Pedro II: <http://www.cp2.g12.br>.

10.3. Eventuais comunicados acerca deste processo seletivo por meio do endereço eletrônico do Colégio Pedro II, têm caráter meramente complementar, não afastando a responsabilidade do/a estudante/responsável de manter-se informado conforme o estabelecido no Item 5.4.

10.4. Por grupo familiar, poderá ser concedido mais de um auxílio, desde que observado o grau de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontra a família e o limite orçamentário da Instituição.

10.5. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público ou por ilegalidade, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10.6. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão analisados pela Pró-Reitoria de Ensino do Colégio Pedro II.

10.7. Caso haja disponibilidade orçamentária, os/as estudantes atendidos neste edital poderão receber novas parcelas em valor menor, igual ou maior aos valores estabelecidos neste edital visando a ampliação das condições de permanência.

Rio de Janeiro, 18 de agosto
de 2021. ELIANA MYRA DE
MORAES SOARES
Pró-Reitora de Ensino

ANEXO B- EDITAL Nº 04/2021, DE 18 DE AGOSTO DE 2021- EDITAL INTERNO PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO ESTUDANTIL FINANCEIRO INCLUSÃO DIGITAL.



**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO
II
PRÓ-REITORIA DE
ENSINO**

EDITAL Nº 04/2021, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

**EDITAL INTERNO PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO
ESTUDANTIL FINANCEIRO INCLUSÃO DIGITAL**

A PRÓ-REITORA DE ENSINO torna públicos, nos termos deste Edital, as normas e procedimentos necessários para a realização do processo seletivo interno de estudantes regularmente matriculados na Educação Básica e Superior, em curso de Graduação, do Colégio Pedro II, para a concessão de Auxílio Financeiro Inclusão Digital, observados os critérios e orientações estabelecidos no Decreto nº 7.234, de 19/7/2010 e nas Portarias nº 1.190/2021, 1.197/2021 e 1.230/2021 do Colégio Pedro II, que normatizam o ano letivo de 2021.

1. DO OBJETIVO

1.1. O Auxílio Financeiro Inclusão Digital tem por objetivo democratizar e ampliar as condições de permanência dos alunos regularmente matriculados na Educação Básica e Superior, em curso de Graduação, do Colégio Pedro II, proporcionando aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica as condições técnicas necessárias para o acesso à internet e assim contribuir para a igualdade de oportunidades e a promoção da permanência.

2. DO AUXÍLIO

2.1. O Auxílio Financeiro Inclusão Digital consistirá em ofertar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica as condições técnicas necessárias para o acesso à internet, por meio de repasse financeiro em conta corrente (quaisquer bancos) ou conta poupança da Caixa Econômica Federal, **inscrita em nome e CPF do/a estudante, não sendo aceitas contas conjuntas ou em nome de terceiros.**

2.2. O valor do auxílio estudantil financeiro inclusão digital será de R\$ 600,00 (seiscentos reais), destinados a aquisição de algum dos seguintes produtos:

2.2.1.1. 01 (um) Chip Pré-pago ou outro(s) acessório(s) que auxilie(m) a conexão e/ou o acesso digital às atividades remotas.

2.2.1.2. Antes de finalizar a compra do chip pré-pago, recomendamos consultar a operadora se ela permite a utilização do pacote de dados em equipamentos do tipo tablet.

2.2.1.3. Equipamentos: Para que seja possível acessar as atividades pedagógicas com uso de pacotes de dados ou internet fixa, é necessário possuir equipamentos compatíveis. O acesso poderá ser realizado por dispositivos do tipo tablet, smartphone, notebook, computador de mesa ou qualquer outro aparelho que permita o acesso digital. Para que o dispositivo ofereça condições de visualização e interação com os conteúdos, é preciso estar atento para as seguintes especificações técnicas mínimas de armazenamento:

I) Armazenamento: 8 Gb

II) Conexões: Wi-Fi e 3G

III) Memória RAM: 1 GB

IV) Processador: Quad Core

2.3. Pacote de Dados: Para que o estudante possa consumir as atividades pedagógicas disponibilizados pelo Colégio Pedro II é imperativo que possua uma internet fixa ou um pacote de dados que possibilite o acesso à internet.

2.4. O estudante/responsável se compromete a adquirir os produtos indicados em 2.2 tão logo receba o valor do Auxílio Estudantil Financeiro Inclusão Digital, de forma a garantir as condições necessárias para que o estudante possa participar das atividades propostas por meio eletrônico.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Os recursos financeiros destinados a este Edital são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 e direcionados ao desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil, condicionados à disponibilidade orçamentária.

3.2. A concessão do auxílio obedecerá a limitação orçamentária destinada ao Auxílio Estudantil Financeiro Inclusão Digital

4. DO PÚBLICO ALVO

4.1. O Auxílio Inclusão Digital destina-se a estudantes regularmente matriculados na Educação Básica e Superior, em curso de Graduação, do Colégio Pedro II que **não tenham sido contemplados** nos editais de Auxílio Inclusão Digital conforme o Item 4.2 e que, **prioritariamente, tenham renda familiar bruta per capita de até um salário mínimo e meio.**

4.2. São editais de Auxílio Inclusão Digital:

4.2.1 Auxílio Estudantil Financeiro Inclusão Digital - Primeira fase (Edital nº 01/2020, de 18 de agosto de 2020);

4.2.2 Auxílio Estudantil Financeiro Inclusão Digital - Segunda fase (Edital nº 04/2020, de 28 de setembro de 2020);

4.2.3 Auxílio Tecnologia Assistivas e Inclusão Digital - Primeira fase (Edital nº 03/2020, de 22 de setembro de 2020) - Contemplados com recurso para inclusão digital;

4.2.4 Auxílio Tecnologia Assistivas e Inclusão Digital - Segunda fase (Edital nº 07/2020, de 23 de dezembro de 2020) - Contemplados com recurso para inclusão digital;

4.2.5 Auxílio Tecnologia Assistivas e Inclusão Digital – Terceira fase ([Edital nº 02/2021 de 28 de abril de 2021](#)) - Contemplados com recurso para inclusão digital;

4.2.6 Auxílio Estudantil Financeiro Inclusão Digital - Curso subsequente Técnico em Tradutor e Intérprete de Libras (Edital nº 06/2020, de 11 de dezembro de 2020);

4.2.7 Auxílio Estudantil Financeiro de Inclusão Digital - Cursos de Graduação (Edital nº 02/2020, de 26 de agosto de 2020).

4.2.8 Auxílio Estudantil Financeiro Inclusão Digital – Terceira fase (Edital nº 01/2021, de 07 de abril de 2021);

5 DA INSCRIÇÃO

5.2 Para se inscrever é preciso:

5.1.1 Preencher o Formulário de Inscrição Digital disponível exclusivamente no link: <https://bit.ly/3iS6VLy>

5.1.2. Informar os dados bancários do estudante - **conta corrente (qualquer banco)** ou **conta poupança da Caixa Econômica Federal** no ato da inscrição;

5.1.3. Os estudantes que não possuírem dados bancários no ato da inscrição deverão encaminhá- los através de e-mail, ao Setor de Assistência Estudantil do campus do/a estudante

5.1.2.1. Conforme a Resolução nº 3.919 de 25/11/2010 do Banco Central do Brasil, art. 2º, que trata dos serviços essenciais, é vedada a cobrança de tarifas pela prestação de serviços bancários essenciais relativos à conta de depósitos à vista para “fornecimento de cartão com função débito” e conta de depósitos de poupança para “fornecimento de cartão com função movimentação”.

5.1.2.2. De acordo com a página eletrônica da Caixa Econômica Federal, não há valor mínimo a ser depositado para abertura de Conta Poupança da Caixa. Além disso, este tipo de conta é totalmente isenta de tributos.

5.1.2.3. Caso necessário, durante o período de inscrição, o responsável ou estudante maior de 18 anos poderá solicitar ao Setor de Assistência Estudantil ou à Direção do *campus* onde está matriculado o documento de encaminhamento para abertura de conta.

5.2 As inscrições serão realizadas de acordo com as datas divulgadas no cronograma constante neste Edital, disponibilizado no endereço eletrônico do Colégio Pedro II, <http://www.cp2.g12.br> e nos demais canais oficiais de cada *campus*.

5.3 As informações prestadas no formulário de inscrição, bem como qualquer documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do estudante/responsável.

5.4. É de inteira responsabilidade do estudante/responsável o acompanhamento do Cronograma e suas alterações, divulgado neste Edital, no endereço eletrônico do Colégio Pedro II, <http://www.cp2.g12.br>, e nos demais canais oficiais de cada Campus.

6. DAS VAGAS

6.1. Serão atendidos pelo presente Edital, os estudantes regularmente matriculados em um dos campi do Colégio Pedro II que tenham seu pedido **DEFERIDO**, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

7. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

7.1. O Setor de Assistência Estudantil de cada *campus*, ao realizar a análise socioeconômica do estudante inscrito, adotará os seguintes critérios para realizar a classificação e a seleção dos/as estudantes:

I) Ingresso no Colégio Pedro II por meio de uma das modalidades de Ações Afirmativas que preveem renda per capita igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário;

II) Estar regularmente matriculado em turmas do PROEJA;

III) Possuir cadastro na Assistência Estudantil por meio das inscrições deferidas nos anos de 2019/2020, e;

IV) Prioritariamente, possuir renda familiar bruta per capita até um salário mínimo e meio (**R\$1650,00 por pessoa da família**)

7.2. A situação constará como INDEFERIDO no Resultado Final caso o estudante tenha apresentado documentação incompleta, informações incoerentes ou contrárias ao disposto neste Edital.

7.3. Os estudantes que já tiverem sido contemplados em quaisquer outros auxílios da Pró- Reitoria de Ensino que visem auxílio digital, não serão novamente contemplados neste edital. Logo, a inscrição de estudantes nesta situação, constará como **INDEFERIDO** no Resultado Final.

8. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E DISPONIBILIZAÇÃO DO AUXÍLIO

8.1. A lista nominal dos estudantes contemplados será divulgada no endereço eletrônico do Colégio Pedro II, <http://www.cp2.g12.br>, e nos demais canais oficiais de cada *Campus*, conforme Cronograma estabelecido no presente Edital (item 9).

8.2. Sempre que necessário, a Pró-reitoria de Ensino divulgará normas e avisos complementares, inclusive com relação ao Cronograma, que passarão a integrar a documentação referente a este Edital.

8.3. O estudante ou seu responsável (no caso de menor de 18 anos) deverá guardar as notas fiscais referentes aos produtos e serviços adquiridos para posterior comprovação dos gastos.

8.4 Caso o estudante/responsável seja convocado para apresentação das notas fiscais correspondente à compra dos produtos indicados no item 2.2, deverá estar ciente de que sua não apresentação ou a não aquisição dos produtos implicará no reembolso imediato do recurso financeiro concedido ao estudante por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU simples, que será entregue pelo Setor de Assistência Estudantil do Campus.

8.5 A PROEN/CGAE ou o Setor de Assistência Estudantil do campus poderão solicitar, mesmo após a publicação do resultado, a apresentação de documentação a fim de subsidiar a análise socioeconômica e, em caso de omissão ou apresentação de informações divergentes, o auxílio será imediatamente suspenso e o estudante/responsável poderá devolver os valores correspondentes ao auxílio indevidamente recebido.

8.6 Informações sobre este Edital poderão ser solicitadas, através de e-mail, ao Setor de Assistência Estudantil do campus do/a estudante:

Campus	Contato
Centro	saecce@cp2.g12.br
CREIR	sae.creir@cp2.g12.br
Duque de Caxias	jeremiasviana@cp2.g12.br
Engenho Novo I	assistenciaestudantilcen1@cp2.g12.br
Engenho Novo II	asest.cen2@cp2.g12.br

Humaitá I	saech1@cp2.g12.br
Humaitá II	saech2@cp2.g12.br
Niterói	assistenciap2niteroi@cp2.g12.br
Realengo I	sae.cre1@cp2.g12.br
Realengo II	aer2@cp2.g12.br
São Cristóvão I	sae_sc1@cp2.g12.br
São Cristóvão II	sae-sc2@cp2.g12.br
São Cristóvão III	assistenciaestudentilcsciii@cp2.g12.br
Tijuca I	saecp2tj1@cp2.g12.br
Tijuca II	assestudentiltjii@cp2.g12.br

9. DO CRONOGRAMA

ETAPAS	DATAS
Divulgação do Edital	18/08/2021
Período de Inscrições	18/08/2021 à 29/08/2021

Análise das Solicitações de Auxílio	31/08/2021 à 13/09/2021
Resultado Final dos Contemplados/as	14/09/2021

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A realização das inscrições implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá haver reclamações posteriores.

10.2. É de responsabilidade dos estudantes/responsáveis a observância dos prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital, bem como o acompanhamento de publicações por meio da página eletrônica do Colégio Pedro II: <http://www.cp2.g12.br>.

10.3 Eventuais comunicados acerca deste processo seletivo, por meio do endereço eletrônico do Colégio Pedro II, têm caráter meramente complementar, não afastando a responsabilidade do estudante/responsável de manter-se informado conforme o estabelecido no item 5.4.

10.4. Por grupo familiar, poderá ser concedido mais de um benefício, desde que observado o grau de vulnerabilidade social em que se encontra a família e o limite orçamentário da Instituição.

10.5. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público ou por ilegalidade, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10.6. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão analisados pela Pró- reitoria de Ensino do Colégio Pedro II.

10.7. Caso haja disponibilidade orçamentária, os estudantes atendidos neste e em outros editais de inclusão digital divulgados pela PROEN poderão receber auxílio menor, maior ou igual aos valores estabelecidos neste edital, visando à manutenção do acesso às atividades remotas.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2021.

ELIANA MYRA DE MORAES SOARES

Pró-Reitora de
Ensino

